

COMO INTRODUÇÃO

Aos estudiosos de África, mas, em especial, dos antigos impérios, reinos e nações da Costa Oeste desse continente, o Projeto Cultural DACOSTA oferece duas obras fundamentais: 1 – O original de ***A Short Story of the Gold Coast***, de W. E. Ward, obra de 1935; 2 – A tradução para o Português, de ***Topics in West African History***, de Adu Boahen, trabalho de 1966. Ambas vão além das histórias que se iniciam no primeiro milênio da era Cristã, com os impérios de Ghana, Songhai e Mali, tecendo considerações sobre o surgimento das novas nações e Estados; sobre a chegada dos europeus e o trágico tráfico de escravos, alcançando, enfim, a independência do Continente.

Ward, com sua narrativa do atual Gana, quando era ainda a colônia inglesa, Costa do Ouro, seguramente inspirou o professor Boahen. De forma que a leitura em Português da obra de Boahen, em grande parte substitui a leitura de *A Short Story of the Gold Coast*.

Topics in West African History

Adu Boahen

Pequena História de Onde Viemos

A Costa

Tradução: José Luiz Pereira da Costa

Original: Topics in West African History, por Adu Boahen
Tradução: José Luiz Pereira da Costa
© Registro na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O livro e seu autor.

A versão que me chegou às mãos, oferecida em fins dos anos 70 pelo então embaixador de Gana, no Brasil, Mr. Kofi Vishnu Wasiamal.

O autor, professor Albert Adu Boahen, dedicou o livro a seus discípulos, alunos da Universidade de Gana, também conhecida pelo nome do bairro onde fica, Legon. Em seu prefácio esclarece haver sido convidado, em 1963, a proferir uma série de palestras, na Ghana Broadcast Corporation, a rádio estatal do país, então, recém independente.

Pela natureza do trabalho, que foi transformado em livro com certa relutância, esclarece o autor, alguns atalhos na História serão encontrados. Da mesma forma, adverte, tendo sido endereçado a uma audiência de Gana, houve certa ênfase para a história daquele país e das nações e estados que foram suas raízes.

Diz textualmente, ao prefaciá-lo, o professor Boahen: " Muitos dos capítulos não foram explicados em toda a extensão dos documentos originais disponíveis, o que fez nada mais do que deixar muitos leitores com o apetite refreado. Mas, de qualquer forma, fico satisfeito por saber que isto estimulará leituras complementares."

Num registro sumário do volume VII de História Geral da África, projeto da UNESCO, editada no Brasil pela Editora Ática, à página 815, sobre autor, que coordenou essa obra se lê: A. Adu Boahen (Gana). Especialista em história colonial da África ocidental; autor de numerosas publicações e artigos sobre a história da África; professor e chefe do Departamento de História da Universidade de Legon-Acra, Gana.

Na última capa da edição aqui traduzida, também sobre o autor, diz a Longmans: "Adu Boahen foi educado no Colégio Mfantsipin e cursou a Universidade de Gana, antes de receber o título de Doutor na Faculdade de Estudos Orientais e Africanos, de Londres. Retornou, após, para sua Universidade para lecionar no Departamento de História. Em 1967 tornou-se professor associado e diretor do Departamento".

Porto Alegre, novembro de 1992.

José Luiz Pereira da Costa

Agradecimento: As primeiras 20 folhas desta tradução foram feitas por João José Correia Rosa, Jeanot, estudante da Guiné Bissau, para quem o deputado Carlos Santos instituiu, em 1977, uma bolsa-de-estudos na Faculdade de Engenharia da UFRGS, e que trabalhou ao longo de seu curso em meu escritório de advocacia. Jeanot voltou para sua terra, após formado, para dirigir os serviços de telecomunicações. Faleceu, todavia, prematuramente logo após.

Índice de Matérias

Seção 1

Impérios e Estados Sudaneses

- 1. Um Retrato do Antigo Ghana*
- 2. O Islã e a Queda de Ghana*
- 3. Ascensão do Mali*
- 4. Mansa Musa do Mali*
- 5. O Reino de Sunni Ali de Songhai*
- 6. Mohammed Askia, o Grande, de Songhai*
- 7. A Queda do Império Songhai*
- 8. Os Estados Hauçás e o Fulani Jihad*

Seção 2

Os Estados da Floresta e Costa da Guiné

- 9. Os Estados da Bacia do Volta*
- 10. Os Antigos Estados Akan*
- 11. Surgem os Estados da Costa*
- 12. Império Asante, Nascimento*
- 13. O Declínio de Asante*
- 14. O Reino de Daomé*
- 15. Oió, Cultura e Civilização*
- 16. Oió no Século 19*

Seção 3:

Europa e África Ocidental

- 17. A Chegada dos Europeus*
- 18. O Tráfico Atlântico de Escravos*
- 19. A Era da Abolição e Exploração*
- 20. Os Humanitários e a Costa — 1808-80*
- 21. Os Comerciantes e a Costa*
- 22. A Partilha da África*
- 23. Os Colonialistas e a África do Oeste*
- 24. Nascem os Atuais Países da África Ocidental*

Seção 1
Impérios e Estados Sudanesas

1 Um retrato do antigo Ghana.

Quando da independência, a Costa do Ouro foi rebatizada com o nome de Gana, em homenagem a um império que nasceu e desenvolveu-se entre os anos 500 e 1200 de nossa era, na região em meio à curva do rio Níger e a metade do rio Senegal. Ghana, naturalmente, não foi o único Estado que emergiu ali. Também surgiram os de nome Tekrur, Mali e Songai. Mais para o leste, despontaram os estados hauçás de Kano, Katsina, Zaria, Gobir, bem como os chadianos de Kanem e Bornu. Nesta seção, discutiremos a história de alguns deles, iniciando com o antigo Império de Ghana. Gostaria, sobretudo, de fixar um aspecto geralmente negligenciado pelos historiadores, ou seja, o cultural, com a resposta a questões tais como a real situação do Império quando de sua fase mais notável, em torno de 1060.

Mas, antes de assim proceder, vou dizer duas palavras sobre as origens dos entes políticos antes mencionados. Todos surgiram na região da savana, que se alonga da embocadura dos rios Senegal e Gâmbia para o leste; do lago Chade e o rio Nilo para o oeste; e do Saara para o norte e para o cinturão florestal, para o sul. Isso teria ocorrido por duas razões: em primeiro lugar, há cerca de quatro mil anos a savana oferecia melhores condições para a vida humana do que a floresta, nas regiões do sul. O cinturão da savana, chamado de **Bilad as-Sudan**, pelos árabes, presenciou uma grande multiplicação de povos, muito antes da região florestal, um processo que foi grandemente acelerado pelo aumento da desertificação da zona do Saara, em torno de 4.000 a.C., bem como pela introdução da agricultura na curva do rio Níger e, também, ao despontar do uso do ferro. Povos como os **soninke**, **mandingas**, **serer**, **susu**, **songhai** e, provavelmente, os ainda hoje habitantes da floresta, como os **akan**, **iorubás** e **temen** (na Serra Leoa) foram os que primeiro envolveram-se na multiplicação de grupos dessa região.

O segundo fator foram os mercadores das caravanas que se moviam através do Saara. Povos chamados de berberes, por volta de 3.000 e 2.000 a.C., podem ser responsabilizados por esse tipo de intercâmbio, que não foi nem importante, nem volumoso até que começou a ocorrer a introdução do camelo como meio de transporte no norte da África, provavelmente no primeiro século de nossa era. Como resultado do uso desse animal, que é capaz de cruzar imensas distâncias arenosas com relativa facilidade, uma complicada rede de rotas comerciais estabeleceu-se através do Saara. Ao longo dessas rotas comerciantes do Saara, África do norte, Egito e Oriente Médio trocaram suas mercadorias, tais como vidros, pérolas, quinquilharias, vestimentas e livros árabes em couro, por ouro, marfim e escravos, estes capturados comumente nas regiões da floresta. Como intermediários desse comércio, os povos do Sudão, ou seja, os do cinturão da savana, enriqueceram. E, como riqueza geralmente enseja poder e ambição, ambas asseguraram o surgimento de várias estados e reinos. É óbvio, assim, que os sudaneses, que habitavam mais ao norte, por onde as caravanas passavam com maior frequência, foram os primeiros a enriquecer — os **soninke** ou **sarakole** no

oeste e o **kanembu** no leste. É significativo citar que foram esses dois povos que formaram os primeiros estados sudânicos, chamados de Ghana e Kanem. Também é interessante notar que isso não ocorreu antes do século 18, quando o intercâmbio comercial entre a costa dos Berberes e a Terra dos Hauçás despontou, e os estados hauçás começaram a nascer. Naturalmente, essa situação não se devia à atividade indiscriminada de invasores de pele clara; nem tampouco ao descobrimento e utilização do ferro — mas, essencialmente, por causa da acessibilidade e da posição estratégica do cinturão da savana, ou Sudão, e da riqueza dos antigos povos sudânicos.

Ghana foi o primeiro desses estados a nascer e atingir grande fama e glória. Surgira em torno a 500 d.C e chegara a seu clímax em meados do século 11. Teria ocupado toda a área dos modernos países, Senegal, Mauritânia e Mali. Muitos professores e mercadores coletaram e escreveram histórias a respeito do que viram ou ouviram sobre Ghana. Os mais conhecidos dentre esses escritores foram Al-Bakri e Al-Idrise, que narraram suas impressões, o primeiro em 1067, exatamente quando o Império estava no máximo de sua vitalidade, e o segundo, em 1154. A imagem que pretendo oferecer-lhes está baseada, essencialmente, em contos desses dois escritores árabes.

Ghana foi melhor conhecida, por que motivo?

Foi melhor conhecida por sua riqueza vinda do ouro. Nisto todos os escritores árabes concordam. Al-Fazari, eminente astrônomo, num livro escrito em 772, faz uma primeira referência a Ghana, chamando-a simplesmente de **Terra do Ouro**. Al-Hamadhani, que escreveu um século depois, descreve-a, com certo exagero, como um "lugar onde o ouro cresce como vegetais na terra, assim como cenouras, e é colhido ao entardecer"; Al-Masudi chamou Ghana de "a terra do ouro que está além do Sijilmasa". Ibn Haekal, que teria visitado Sijilmasa em 951 — o centro de encontro, no norte, das caravanas, no Marrocos — e, embora haja dúvida se teria, em verdade, cruzado o deserto em direção ao norte de Ghana, descreveu o mandante desse Império como "o mais rico de todos os reis na face da terra, se contado tudo o que possuía, tanto fruto do entesourado, quanto do adquirido por herança de seus antecessores, desde tempos imemoriais". Al-Bakri e Al-Idrisi também confirmam isto e asseguram mais detalhes. Al-Bakri informa que "todas as pepitas de ouro achadas no reino eram reservadas para o rei; apenas o pó de ouro era deixado para o povo". E acrescenta: "o rei possuía uma pepita de ouro tão grande quanto uma pedra". Ele também informa: mesmo os cachorros que guardavam o rei, enquanto no trono, usavam colares de ouro e prata. Al-Idrisi, escrevendo em 1154, também se achava convencido de que o rei tinha em seu poder "uma pepita de puro ouro pesando cerca de 15 quilos, em absoluta formação natural". Al-Bakri aduz que um furo havia sido feito na pepita, através do qual era passado o arreio do cavalo real, quando estacionado. Pode-se entender, pelas narrativas, que todo esse ouro não provinha do Império, mas de mais ao sul, uma área chamada de Wangara, pelos árabes. Igualmente importante e lucrativo foi o comércio com o sal, que era obtido de Taghaza, no Saara. Tão imprescindível era esse gênero para os povos do Sudão e o cinturão florestal que, de acordo com muitos dos escritores árabes, era trocado por seu peso em ouro. Escravos também se constituíam em importante item de exportação.

Qual o valor desse comércio? Uma resposta para essa questão pode ser

encontrada em Ibn Hawkal. Ele, preliminarmente, testemunhou o estado de opulência em que encontrou as cidades de Awdaghost e Sijilmasa, servindo, cada uma, respectivamente, de ponto de encontro das rotas das caravanas, nos extremos sul e norte. Depois, diz que, estando em Sijilmasa, viu um cheque de 42.000 **dinares** (cerca de 50 mil dólares, de hoje) emitido por um homem dessa cidade, chamado de Muhammad Ali Sadun. Para citar suas próprias palavras: "Eu vi um título de pagamento relativo a um débito que favorecia Muhammad Ali Sadun, assinado em Awdaghost e testemunhado por assessores, num total de 42.000 **dinares**". E acrescenta nunca haver visto algo assim no Leste e que, quando narrou tais fatos em Faris e Al-Iraq (Síria e Iraque), as pessoas desacreditaram. Por isso, tal comércio deve ter sido, tanto bem organizado, quanto lucrativo.

Desde que ouro, escravos e o sal não eram obtidos em Ghana, a riqueza desse povo deve ter tido origem no papel que desempenhavam como intermediários entre os produtores de ouro do sul e os mercadores do norte da África e do Egito. Não é de surpreender-se que Al-Idrisi descreveu o Império como possuidor "da mais ampla rede de conexões comerciais". Foi, pois, sem qualquer dúvida, para reforçar seu domínio sobre o comércio das caravanas e manter seu papel de principal intermediário que, em 990, conquistou Awdaghost, o importante centro bárbaro de comércio no Saara.

A seguir, é relevante saber como funcionou seu sistema. Como muitos dos estados, o Império era governado pelo rei, assistido por um Conselho de Ministros. No tempo em que Al-Bakri escreveu, ou seja, em torno a 1067, o rei chamava-se Tunka Manin, o qual descreve como possuidor de grande autoridade. Seu imediato predecessor, chamado Basi, assumiu o trono na propecta idade de 85 anos, e teria levado uma "louvável vida, considerando seu amor pela justiça e a amizade com os muçulmanos". Todavia, o que mais assombrou aos escritores árabes foi o método de sucessão familiar, baseado na matrilinearidade, e não no sistema patrilinear, como ocorria em seus países. Assim que Tunka Manin era sobrinho de Basi, mas não seu filho. A razão oferecida para tal comportamento, bastante interessante, era a mesma que dão certos grupos **akan**, do moderno Gana, ao usar idêntico sistema de sucessão. "O Rei — dizia o escritor árabe 990 anos passados — não tinha qualquer dúvida a respeito de seu sucessor, posto que filho de sua irmã, portanto, do mesmo sangue; ao passo que seu filho poderia não, verdadeiramente, sê-lo. A irmã asseguraria um genuíno relacionamento familiar.

Não apenas o sistema sucessório no antigo Ghana recorda os presentes dias do grupo **akan**; da mesma forma o palácio real, a etiqueta da corte, o uso dos tambores, o funeral do rei e o sistema de culto real. O rei, de acordo com os autores árabes, vivia num palácio que consistia em um número de casas com abóbadas, protegidas por uma cerca, como uma fortificação.

Quando o rei sentava-se no trono o fazia cheio de adornos. Para citar, novamente, o escritor árabe, ele portava-se "como uma mulher, com colares e braceletes; vestia um gorro sobre o turbante decorado com ouro, encobrindo fina fazenda. Em volta do rei — prossegue a narrativa — ficavam os pajens, empunhando escudos e espadas decorados intensamente com ouro". É interessante notar que as audiências eram anunciadas pelo soar de tambor. Outro autor também informa que um atabaque, emitindo um som aterrador, era usado para reunir a multidão.

A maneira como os reis eram sepultados também foi descrita e apresenta algo muito semelhante aos grupos **akan** de hoje: " Quando o seu rei morre — escreve Al-Bakri — eles constroem, no local onde será seu jazigo, uma sepultura, com enorme abóbada, feita em madeira de grande resistência. Então seu corpo é trazido numa cobertura com uns poucos tapetes e colocado no interior da sepultura sob a cúpula. A seu lado depositam os ornamentos, utensílios usados para beber e comer, os quais são abastecidos com diversos tipos de comida e bebida. Põem, também, junto, o homem que costumava servir ao rei.

Feçam, então, a porta e cobrem a sepultura com esteiras e enfeites domésticos. Reúnem, a seguir, grande número de pessoas que vão colocando terra até cobrir toda a construção, ficando o local como um montículo. Cavam, por fim, um fosso ao redor, de forma que somente se possa ter acesso ao túmulo por uma única passagem.

O povo — acrescenta o autor — sacrifica vidas pela morte do rei e faz oferendas com o uso de bebidas tóxicas". Todas as sepulturas reais estavam no mesmo local, rodeadas por uma cerca que não dava acesso senão ao encarregado da manutenção. Em informações posteriores, encontra-se a narrativa segundo a qual era dentro desse cercado que os deuses naturais ficavam — uma espécie de **Nanamom Mpow**, do grupo **fante**, do moderno Gana. Evidente, como a maioria dos povos negros, os antigos **ghanenses** eram animistas em sua religião e, assim, tinham deuses da natureza.

Também a prestação de justiça soa familiar. De acordo com Al-Bakri ela era de responsabilidade do rei. Escrevendo cerca de 100 anos após, Al-Idrisi assinala que o rei saía às ruas diariamente em seu cavalo e estimulava a todos que haviam sido vítimas de injustiças ou infortúnios a comparecer ante ele e clamar por reparo.

Julgamento com base em fetiche também era lá praticado: "Quando um homem é acusado de negar um débito ou outro tipo de delito, um justiceiro apanha uma pequena peça de madeira, de onde purga um líquido amargo, quando em contato com a água. A bebida é, então, dada ao acusado. Vomitando, sua inocência é reconhecida e ele recebe congratulações. Se não, se o líquido permanece em seu estômago, então a acusação é aceita".

Como era o Império governado e como funcionavam suas finanças? Em primeiro lugar, Ghana, em seu apogeu, consistia em uma área metropolitana e em uma periferia provincial. Esta era formada pelos estados que foram, aos poucos, sendo conquistados e anexados. O governo estava em mãos de um rei e seus ministros; o governador da capital e administradores das cidades, bem como um corpo de funcionários públicos os quais, no século 11, eram muçulmanos e, por isto, puderam guardar registros escritos em árabe.

O governo das províncias ficava em mãos dos reis das unidades conquistadas. E, para assegurar que o vencido manter-se-ia fiel ao vencedor, o governo central exigia que cada um dos reis vassalos enviasse um de seus filhos para a capital. Por fim, tem-se a evidência do que Al-Bakri afirmara: ao sentar-se no trono ele ficava rodeado, não apenas de seus ministros, mas, também, dos filhos de seus vassalos, estes vestindo-se com luxo e com cabelos emplastados em ouro.

Para defesa do Império, os reis poderiam, em 1067, chamar às armas cerca de

*200 mil homens, dos quais 40 mil eram arqueiros. E, para fazer face aos custos da administração pública, valiam-se de impostos. Os reis vassallos pagavam anualmente tributos. Em adição, e aqui novamente cita-se Al-Bakri: "para cada jumento carregado com sal que entrava no país o rei retirava, como imposto, um **dinar** em ouro. Para cada jumento que partia, a taxa era dois **dinares**. Por uma carga de cobre o tributo real era igual a cinco **mithqals** e por cada carga de outras mercadorias chegava a dez **mithqals**. Considerando a agilidade do comércio das caravanas, quando do auge do poder de Ghana, a receita vinda de tributos deveria ser considerável.*

Então, com um serviço público, uma monarquia forte, um Gabinete, um Exército, um efetivo sistema de administração pública, Justiça e fonte regular de receita, o Império oferecia, nas palavras de Davidson, "a fotografia familiar de um governo centralizado, que descobriu a arte do exercício da tributação, sendo isto outra testemunha de estabilidade e soberania".

*Igualmente fascinante é o fato de a instituição monárquica, o rito da hereditariedade, a etiqueta da corte, o funeral dos reis, bem como as crenças religiosas, além dos sistemas do antigo Ghana serem virtualmente idênticos àqueles dos **akan** de hoje, em particular, e à maioria dos outros povos do oeste do Sudão, bem como dos cinturões costal e florestal. Por isto, pode-se concluir, com firmeza, que, embora os **akan**, como outros, não hajam migrado do antigo Ghana, eles podem, seguramente, ver naqueles povos seus ancestrais quanto à cultura.*

2 O Islã e a Queda de Ghana

*A*pesar de seu esplendor, opulência e riqueza, no século 11, Ghana não ultrapassou 1240. Portanto o que teria provocado sua queda?

A primeira razão para a derrocada foi a maneira pela qual o Império esteve organizado: não tinha unidade, nem política, nem étnica, nem cultural; ou seja, era constituído por muitos estados e povos, e seus reis haviam falhado em juntá-los, formando uma verdadeira nação-Estado. Diferentes povos como os **soninke**, **susu**, **serer**, **berberes** e **tuculor**, cada um com suas próprias culturas, bem como seus idiomas, estavam sob o domínio dos reis **ghanenses**. Os estados conquistados de **Tekrur**, **Silla**, **Diara** e **Kaniaga**, foram abandonados a seu próprio governo, apenas esperando, a administração central, que fizessem o pagamento dos tributos e, quando necessário, contribuíssem com homens para o Exército real. Era, assim, natural que esses povos se mantivessem permanentemente preocupados em reconquistar sua independência. A sobrevivência do Império passou a depender, largamente, do esforço do governo central. Por conseqüência, se, e quando, o poderio militar se tornasse precário, o Império estaria na iminência de fragmentar-se em partes. Desafortunadamente, foi o que ocorreu na segunda metade do século 11; primeiro, devido à introdução do islamismo ou maometismo no Saara e no Sudão ocidental; segundo, ao surgimento, no sul, de duas novas e poderosos estados: Susu e, adiante, Mali.

O islamismo foi introduzido na África do norte, pelos árabes, durante sua meteórica passagem pela região, do Egito ao Marrocos, entre 641 e 708. Em meio aos soldados e flibusteiros, estavam missionários que tinham como objetivo converter os povos do Saara e do interior da África ao islamismo. Logrando sucesso pelo seu esforço, os berberes de Sonhaja — principais habitantes do Saara ocidental — haviam estabelecido, no século 10, um poderoso reino, tendo Awdaghost, que se rendera, como capital.

O mesmo ocorreu com o importante cento de trocas do Saara, chamado Tadmekket. Ibn Hawkal, escrevendo em fins do século 10, descreve os reis de Tadmekket como "portadores de liderança, conhecimento e versados na jurisprudência". Foram aqueles berberes, no curso de suas atividades normais na terra dos negros — isto é, no Sudão — que começaram a propagar a religião do islã. Já em 985, o governador de Gao foi derrotado e, em meados do século 11, os reis de Tekrur, Silla e Kugha, todos vassalos do rei de Ghana, tinham sido convertidos ao islamismo.

Embora os reis não se tenham convertido à fé islâmica, continuando fiéis aos seus antigos deuses, permitiram completa liberdade religiosa e de adoração tendo, mesmo, empregado muitos muçulmanos como servidores públicos. Al-Bakri informa que o intérprete do rei, o oficial encarregado da tesouraria e a maioria dos ministros eram muçulmanos. Em 1607 a capital, segundo Al-Bakri "consistia de duas cidades situadas

numa planície. Uma delas habitada por muçulmanos. Era grande e possuía 12 mesquitas; numa destas mesquitas, reuniam-se para as preces das sextas feiras. Havia muezins e imãs, bem como juristas e professores". Formava uma espécie de **zongo** (nome que é dado hoje em dia, na África ocidental, aos quarteirões habitados por muçulmanos nas grandes cidades). A outra, habitada pelo rei e sua corte. Em todos os grandes centros comerciais do Império, os **zongos** eram encontrados.

Se apenas a face pacífica da pregação maometana fosse mantida, tudo teria continuado bem. Mas, entre os anos de 1042 e 1054, um movimento marcadamente fanático, liderado pelos almorávidas, surgiu em meio aos berberes de Sonhaja, na região do Saara, ao norte do Império. Essa verdadeira revolução tinha como objetivo a propagação do islamismo através da Guerra Santa, ou, em árabe, do **Djihad**. Ghana sendo um Estado pagão cujo rei, por consequência, havia resistido à conversão ao islamismo, naturalmente chamou a atenção desses fanáticos, que tinham, além da ânsia de espalhar a fé, também, razões econômicas e políticas.

Comercialmente, os berberes desejavam readquirir o controle sobre o amplo negócio das caravanas, que haviam perdido desde que Awdaghost fora conquistada pelos **ghanenses**. Não foi, pois, por acidente que os almorávidas atacaram e reconquistaram o ponto de convergência de comércio das caravanas, bem como Sijilmasa, o outro importante caravançará no norte, tudo num mesmo ano, ou seja, 1054. Politicamente, os berberes sentiram que estavam sendo travados pelas expansões, ao norte do Reino de Zenata, baseado em Sijilmasa e, ao sul, da unidade vassala de Ghana, o Soninke, sendo imperioso que desejassem acabar com tais desafios à sua independência.

O movimento iniciou por atacar as unidades vassalas, cujos povos estavam ansiosos de readquirir sua independência. Muitas delas, inclusive **Tekrur**, **Sila** e **Anbara**, mais adiante, uniram-se às forças dos almorávidas. Assim, com maior número de homens, primeiramente libertaram Awdaghost, em 1054, e, então, atacaram e capturaram Ghana, a capital, 22 anos após.

Embora os **ghanenses** hajam reconquistado sua capital em 1087 e readquirido sua independência, a vitória anterior dos almorávidas havia reduzido a força do Império, pois muitos povos haviam-se separado. Desta forma, a unidade começou a fragmentar-se. Os povos **tekrur**, **silla** e **kaniaga** adquiriram sua independência. Pelo início do século 12, o antigo Império estava reduzido à, apenas, sua capital.

A atividade dos almorávidas contribuiu para a queda de Ghana em outras duas maneiras. Primeiro, a guerra e conquista, entre 1054 e 1087, afastou o homem da terra. Os camponeses estavam desagregados e a agricultura negligenciada. O país deve ter perdido parte de suas terras férteis e, conseqüentemente, parte de sua produtividade e riqueza. Segundo, como já vimos, os reis obtinham grande parte de seu orçamento a partir da importação e exportação, enquanto o homem ghanense vivia sobremodo da intermediação das caravanas. As guerras dos almorávidas, que afetaram todo o Saara ocidental e o Marrocos, chegando mesmo à Península Ibérica, devem, naturalmente, ter afastado o comércio de caravanas daquela zona. O resultado inevitável foi o grande decréscimo na tributação. Nada ilustra melhor esse declínio do que Awdaghost em torno de 1154. Ibn Hawkal havia descrito o país, em 990, como "uma agradável cidade lembrando a terra de Deus, em Meca", e estimava sua população, obviamente com

exageros grotescos, em torno a 300 mil proprietários de casas, ou seja, cerca de 2 milhões de habitantes. Em 1054, na véspera da conquista dos almorávidas, a cidade, então sob o governo do rei de Ghana, estava no auge da prosperidade. Era descrita como uma sólida metrópole, com finas residências, muitos mercados e, entre seus habitantes havia, também, árabes muito ricos. Mas, de acordo com Al-Bakri, os almorávidas desfecharam sobre esse importante centro comercial tão violento assalto, que jamais voltou a se recuperar. Escrevendo, em 1154, Al-Idrise descreveu-a como "uma pequena cidade no deserto, com pouca água. Sua população não é numerosa e o comércio é fraco". Obviamente, outras cidades **ghanenses** que dependiam de Awdaghost, devem ter sofrido destino similar.

Ghana metropolitana, todavia, readquirira algo de seu antigo poder e esplendor — e é dito que o rei fundou uma nova capital numa das margens do rio Níger, que se teria desenvolvido 60 anos após a ocupação dos almorávidas — transformando-se numa grande metrópole comercial. Al-Idrisi dá a seguinte descrição: "Ghana consiste de duas cidades às margens do rio. É a maior de todas do **Bilad as-Sudan**, ou seja, da terra dos homens negros, no que concerne à área; a mais populosa, e com as mais amplas conexões comerciais. Mercadores lá compareceram para vender seus produtos aos países vizinhos, bem como para outras regiões do **al-Magrib-al-Aqsa**. O rei tinha um castelo na margem do Nilo (geógrafos árabes consideravam o Níger como um braço do Nilo, do Egito) — solidamente construído e com várias esculturas, tendo no interior pinturas e dotado de janelas com vidros. Palácio que foi construído no ano de 570 depois da Hégira (ou 1116/17 - NT: 1192, pois a Hégira ocorreu em 622).

Todavia, apenas 50 anos após a narrativa de Al-Idrisi, até mesmo Ghana metropolitano perdeu sua independência. A cidade de Ghana tornou-se nada mais do que uma sombra do passado, e mesmo seus mais tradicionais comerciantes migraram, fundando outra, na direção nordeste, que chamaram de Walata.

Desastrosas e decisivas mudanças na vida de Ghana causaram ainda outro revés: readquirindo sua independência, em torno a 1076, o antigo vassalo Kaniaga chegou a se transformar, por volta de 1200, num influente reino, o Susu ou Soso. E mais, em 1203, seu rei, chamado Sumanguru Kante, conquistou Ghana e, por sua vez, reduziu-a a uma unidade vassala.

O Reino Susu, contudo, teve apenas um breve sopro de vida. Em 1235 Sumanguru foi assassinado pelo titular de um outro império nascente, o do Mali. Cinco anos mais tarde, a cidade de Ghana foi completamente arrasada por legiões do Exército do Mali. Ibn Khaldun, famoso filósofo e historiador árabe, descreveu o inglório final do Império com as seguintes palavras: "A dominação do povo de Ghana, já bastante enfraquecido, com suas forças em declínio, deu-se com a ação velada dos berberes, anexando-o, irremediavelmente, ao norte que ia aumentando. Dominaram os negros, saquearam seus territórios, impuseram-lhes tributos, além de forçar muitos deles a converterem-se ao islamismo. Como resultado, o poder declinou e a autoridade de seus governantes escapou em favor de outros povos sudânicos vizinhos, como os **susu**, que os conquistaram e anexaram-nos a seus domínios. A seguir, o Mali, com sua população aumentada, da mesma forma, conseguiu ascendência sobre outros grupos negros da área. Conquistaram Susu, apoderando-se de tudo o que possuíam — tanto seu território original, quanto aquele que pertenceu a Ghana, indo tão longe que

chegaram ao Atlântico, no oeste".

Dividido pelo islamismo, enfraquecido política e economicamente pelos almorávidas, derrotado pelo Susu e a seguir pelo Mali — o Império de Ghana desapareceu do palco da História. Seu lugar foi tomado, em meados do século 13, pelo Mali, cuja evolução e desenvolvimento consideraremos a seguir.

Ascensão do Mali

O Império do Mali, que derrubou, primeiro, o Reino de Susu e depois o de Ghana, não surgiu da noite para o dia. Segundo alguns historiadores, começou sua vida como um pequeno agrupamento sob as ordens de um chefe mandinga ou **mande**, chamado Kangaba. Sua capital era a cidade de Jeriba, situada próxima à junção do rio Sankarani com o Níger — não muito longe da moderna cidade de Bamako, a atual capital do Mali. O processo de evolução desse pequeno grupo, de apenas um núcleo independente de famílias, vivendo numa diminuta vila, haver-se-ia completado em torno ao século 10, como fruto do trabalho de um chefe **mande**. Pela metade do século seguinte, seus governantes haviam-se convertido ao islamismo. De acordo com o xeque Uthman, o **mufti** de Ghana, os primeiros governantes de Kabanga a serem convertidos ao islã foram Barmandana, que, segundo dizem, fez a primeira peregrinação a Meca.

Todos os seus sucessores, segundo se sabe, também puderam alcançar a graça muçulmana de visitar Meca em peregrinação. Assim, de forma diversa que Ghana, o do Mali nasceu e desapareceu como um ente islâmico e, em sua ascensão ao poder, deve ter-se beneficiado pelas novas normas de administração da justiça e pela alfabetização empregada pelos árabes no Sudão.

Durante os séculos 11 e 12, esse pequeno agrupamento mandinga, a semente do Mali, foi crescendo forte e influente. Pelo início da décima terceira centúria tornou-se tão pujante que Sumanguru Kante, o poderoso rei de Susu, voltou suas atenções para esse vizinho, após haver subjugado e anexado Ghana em 1224. De acordo com a tradição oral, Sumanguru teria sido alguém cruel, eis que, ao conquistar os mandingas, matou 11 dos 12 filhos do rei, poupando apenas um, por ser coxo. Chamava-se este aleijado Mari Jata e, mais tarde, viria a ser conhecido como Sundiata. Anos adiante, recobrado o uso normal de sua perna manca, foi-se tornando famoso na corte por suas habilidades como soldado e como caçador. Ganhou tamanha evidência, que o rei mandou-o para o exílio.

Em 1234, todavia, Sundiata retornou, então para sentar-se no trono. Durante seu longo reinado, de 1234 a 1255, transformou seu pequeno reino mandinga, vassalo do rei Susu, no poderoso e rico Império do Mali.

Sundiata foi capaz de conseguir esse, aparentemente, impossível objetivo, por três razões principais: a posição favorável de seu pequeno grupo; a existência, na sua época, de condições políticas e, por fim, sua coragem, sabedoria e habilidade pessoal.

Olhando-se para o mapa do Sudão ocidental poder-se-á ver que Kangaba ocupava uma posição mais avantajada, tanto quanto Ghana. Esta posição significava que o povo de Kabanga tinha condições para manter-se mais com a produção agrícola do que como intermediário no comércio das caravanas. Aliás, sabe-se que o forte de Sundiata foi haver estimulado a agricultura, tendo introduzido a cultura e fiação do

algodão.

Além disto — e este detalhe é mais importante — Kangaba situava-se na fronteira das regiões produtoras de ouro, Bure e Bambuk, e Sundiata conseguiu conquistá-las. Deste modo, enquanto Ghana nunca conseguiu controlar as regiões produtoras de ouro, o Mali controlou-as mesmo antes do fim do reinado de Sundiata, e os reis do Mali fizeram bom uso dessa vantagem.

Como o Império controlava as regiões auríferas, não foi com dificuldade que, aos poucos, conseguiu atrair para sua órbita a rota das caravanas. Então, em meados do século 14, quatro de suas cidades, Niani, então a capital, Jenne, Tombuctu e Gao haviam-se tornado os mais importantes centros comerciais do Sudão ocidental. Em 1553, Ibn Khaldun encontrou o rei de Takedda — na região produtora de cobre — que lhe informou haver passado, naquele ano, através de sua cidade, a caminho do Mali, uma caravana de mercadores do Leste com um total de 12.000 camelos carregados.

Contudo as causas mais imediatas para o florescimento do Mali foram as condições políticas naquele tempo, a bravura de Sundiata, bem como sua habilidade como governante. Como já foi visto, Sumanguru Kante, de Susu, era um rei turbulento. Impôs pesada tributação ao povo e, mais, pode-se ler num relatório, privou os mandingas de "sua mais bela mulher, além de toda a comida e ouro". O povo, assim, sentiu-se tão oprimido que começou a pensar em libertar-se. Ao mesmo tempo, todas as unidades vassalas, fruto de conquistas, como Ghana, Bobo e Tobo, estavam prontos para se revoltarem e readquirirem sua independência. ****

Em seu secreto esconderijo no exterior, após haver sido expulso de Kangaba, Sundiata decidiu explorar o momento político. Começou a organizar o que viria a ser um forte exército. Em 1234, triunfalmente, entrou em Jeriba, a capital de Kangaba, e apoderou-se do trono. Os governantes da unidade vassala o receberam como a um libertador e juntaram seus exércitos ao dele. O rei de Bobo, no país hoje chamado de Alto Volta (N.T.: Burkina Faso, nome vigente na década de 80), por exemplo, somou um contingente de 1.500 arqueiros ao Exército de Sundiata.

Com sua tropa reforçada, Sundiata viu-se, pois, em condições de marchar contra Sumanguru. Na famosa batalha de Kirina, em 1235, Sumanguru foi derrubado e morto. Sundiata, a seguir, pressionou e ocupou Ghana em 1240. De imediato voltou sua atenção para as regiões mineiras de ouro ao sul, Bambuk, Bundu e Wangara, e, ao fim de seu reinado, havia conquistado todas elas, um feito que nem Susu, nem Ghana haviam conseguido.

Em 20 anos, Sundiata, com auxílio de seus generais, havia estendido as fronteiras do pequeno e insignificante reino em Kangaba para incluir, ao norte, Ghana e as regiões do sul do Saara; ao leste, o alto Senegal; ao sul, as disputadas regiões produtoras de ouro de Wangara e Bambuk; a leste o alto Níger. E, provavelmente para controlar o comércio pelo rio Níger para Tombuctu e Gao foi que ele edificou, bem ao norte, uma nova capital. Niani, que é comumente citada como se fosse o Mali.

De acordo com certos autores, Sundiata foi não apenas um conquistador, mas, também, um hábil administrador. É-lhe atribuído haver dividido o Império em províncias e ter colocado um de seus generais de administrador. Sundiata veio a morrer em 1255, após haver, efetivamente, assentado as bases do Império, e provê-lo de uma capital. As narrativas sobre sua morte são conflitantes. Alguns dizem que ele foi afogado no rio

Sankarani, próximo a Niani, enquanto outros sustentam que foi assassinado durante manifestações públicas.

*Infelizmente, existem poucas informações a respeito dos herdeiros de Sundiata. Seu sucessor imediato foi o filho **mansa** Wali, mas reinou por apenas 15 anos, de 1255 a 1270, e diz-se que teria sido um dos grandes governantes do Mali. Nada mais é conhecido a seu respeito, a não ser que também fez peregrinação a Meca, e que os dois governantes que o seguiram também teriam sido filhos de Sundiata.*

*Os registros silenciam sobre o imediato sucessor de mansa Wali, mas o segundo, **mansa** Khalifa, é retratado como um rei mau. É descrito como um fanático pelo arco e a flecha, tendo insanamente usado estas armas, mesmo para matar pessoas, alvejando-as, fazendo-o muito feliz. Não é de surpreender que uma revolta irrompeu contra ele, já no primeiro ano de seu reinado, quando foi morto.*

*Após a morte de **mansa** Khalifa, houve uma disputa sobre a sua sucessão e, ao contrário de ser mantido o sistema patrilinear, ali seguido, o candidato escolhido foi o filho de uma irmã de Mari Jata, que conseguiu manter-se no trono por 10 anos. Já em 1285, ocorreu uma revolta, quando um ex-escravo liberto, chamado Sabakura ou Sakura, apoderou-se do trono. Pela narrativa de Ibn Khaldun, Sakura veio a se tornar um dos grandes governantes do Mali. Seu reinado durou 15 anos, ao longo dos quais estendeu as fronteiras do país na direção leste, para incluir Takedda, o território produtor de cobre e, provavelmente, Gao, embora outros escritores sustentem que Gao foi conquistada mais tarde pelo general **mansa** Musa. Ibn Khaldun escreve que, durante o reinado de Sakura, a autoridade e o poder do Mali foram superiores, se comparados a outros povos negros. Após sua morte, em 1300, o trono voltou para a sucessão legítima. Primeiro reinou mansa Gaw, neto de Sundiata. Gaw foi sucedido pelo filho de mansa Mamadu. Mas eles não fizeram muito para estender as fronteiras ou aumentar o poder do Mali durante seus reinados, que duraram de 1300 a 1307. De 1307 a 1359, porém, o Mali cresceu ao máximo, atingindo o clímax de seu poderio, glória e riqueza. A grande fama e riqueza do Mali constituíram-se no resultado do trabalho de dois reis que estiveram no trono entre 1307 e 1359 — **mansa** Kankan e **mansa** Sulayman.*

4 Mansa Musa do Mali

*Não há dúvida de que o mais famoso dos reis do Mali, amplamente conhecido dos árabes e, também, em outros países, foi mansa Kankan Musa, que é comumente chamado de **mansa** Musa. Ele reinou de 1307 a 1337 e, mesmo até nossos dias, é o mais recordado dos reis do Mali. Dois anos após sua morte o Mali aparecia num mapa europeu, pela primeira vez — era o Mapa Mundi de Angelino Dulcert, de 1339. Surgiu, novamente, no mapa catalão, produzido em 1337, por Abraão Crisques, para Carlos V. A que se devia a fama e glória de **mansa** Musa?*

Parte da resposta é que, muito do que dele se conhece é através de escritores árabes, que se ocuparam mais dele do que de qualquer outro rei que o antecedeu. Mas a verdadeira razão, não obstante, pode ser encontrada no trabalho desenvolvido durante seu reinado nos campos da política, comércio e religião.

*Vamos examinar, primeiramente, seu trabalho na política. **Mansa** Musa estendeu as fronteiras do Mali e montou um sistema mais eficiente de governo do que o de seus antecessores. Ele não apenas soube ministrar justiça, mas, também, relacionou-se muito bem com outros estados africanos, como o Marrocos e o Egito. No tempo de sua ascensão o Mali parecia haver chegado ao seu mais possível limite. Mas, Musa e seus generais concentraram sua atenção nas regiões Norte e Leste. Capturaram Walata, o famoso centro comercial, que, como antes se viu, foi construído por mercadores de Ghana, após haverem sido expulsos pelo rei de Susu. Os generais de **mansa** Musa também capturaram Tombuctu, a pequena cidade ao norte do Mali, que havia surgido com um acampamento sazonal dos berberes, durante o século 11.*

*Pelo trabalho de **mansa** Musa e seus sucessores, o acampamento, em seguida, começou a se desenvolver, transformando-se num grande centro comercial e educacional no Sudão ocidental. **Mansa** Musa e **mansa** Sulayman, que o sucedeu, ativaram sua máquina administrativa do Império. Havia, pelo menos, quatorze províncias no sul, incluindo a do Mali, principal província, onde a capital do reino, Niani, situava-se. Muitas províncias, de acordo com Al-Umari, um escritor contemporâneo, eram chefiadas, ou por governadores ou por emires, **dya-mana-tigi**, os quais eram, via de regra, destacados generais. Outras, tais como as províncias berberes, eram chefiadas por seus próprios xeques. Alguns dos centros mais importantes tinham governadores ou **farbas**, dentre eles mesmos escolhidos. Todos estes administradores provinciais eram responsáveis perante o **mansa**, e eram bem pagos; alguns recebiam feudos, outros percebiam salário em ouro, cavalos e roupas. Com o objetivo de conseguir um serviço mais devotado, **mansa** Musa também instituiu condecorações nacionais, sendo a maior delas, a Ordem Nacional das Calças. "Assim que alguém é incluído na galeria dos heróis nacionais — Al-Dukkari, que viveu em Niani durante o reinado de mansa Musa e seu sucessor, disse Al-Umari — o rei o distingue com um par de grandes calças. Quanto maiores os feitos do cavaleiro, maior o tamanho das calças. Estas caracterizam-se por um estreitamento nas pernas e abundância de tecido nos*

fundilhos. Além disto, **mansa** Musa manteve-se sempre atento às queixas contra a opressão praticada por qualquer de seus governadores. Para auxiliá-lo nessa tarefa, o rei tinha juízes, escribas e servidores públicos civis. Toda essa bem elaborada máquina administrativa era custosa, e, para mantê-la, os reis do Mali tinham as fontes comuns de tributação, tais como taxas sobre as safras e pecuária, bem como sobre as propriedades reais, pagas em todas as unidades vassalãs. Assim que, mesmo muito após sua morte, era lembrado por seu senso de justiça.

É assinalado com destaque o relacionamento existente entre **mansa** Musa e seu contemporâneo, rei do Marrocos, sultão Abu Al-Hasan, e que "estadistas dos dois países eram trocados como embaixadores". O sucessor de **mansa** Musa manteve o intercâmbio e costumava permutar presentes.

O Mali desfrutou, durante o reinado de **mansa** Musa, não apenas de estabilidade política, mas, também, de prosperidade comercial. Como ficaram em poder do Império, tanto a produção de ouro, quanto a de sal, comerciantes do norte e do sul foram atraídos para negociar. Deve ser considerado, também, que o rei e seus homens de confiança tiveram a habilidade de manter a ordem mesmo entre as turbulentas tribos berberes ao sudeste do Saara, garantindo aos mercadores segurança em suas viagens através das regiões do Império. Com isto, o comércio tornou-se florescente e mercantes de todas as partes, especialmente do Egito e Marrocos podiam ser encontrados nas cidades comerciais do Mali.

Os principais centros comerciais do Mali eram sua capital Niani, Tombuctu e Gao que, mais tarde, viria a se transformar na capital de Songhai. Ibn Khaldun descreveu Niani como "um amplo lugar com terra cultivada, pela graça de água corrente, com uma população ativa, mercados movimentados e uma estação para as caravanas oriundas do Marrocos, Trípoli e Egito. Entretanto, os mercados de Tombuctu e Gao, ao norte de Niani, eram ainda mais ativos.

O elemento de troca nestes mercados eram conchas brancas, conhecidas como cauri. Al-Umari foi informado de que tão raro era o sal nessas regiões, especialmente no sul do Mali, que era trocado paritariamente por ouro. Como operador desse comércio, o povo do Mali tornou-se rico e desfrutava de alto padrão de vida. Viviam em boas casas — seus reis em palácio e o povo comum em casas de barro. Al-Umari escreveu uma interessante descrição do estilo dos prédios do antigo Mali. E a narrativa faz-nos pensar na semelhança existente entre o que foi descrito pelo autor árabe e as habitações ainda em moda na costa oeste. Transcrevo a seguinte passagem:

"Os prédios são de barro, como as paredes iguais às dos jardins em Damasco. Erguem-nas até a altura de 2/3 de um cúbito, deixando-as sem tocar até que sequem. Assim, repetindo a operação, fazem até chegar a altura desejada. Os telhados são construídos em madeira com palha, formando cúpulas, como corcovas de camelos. Os pisos são de chão batido."

Uma das coisas que fez **mansa** Musa famoso foi seu trabalho no campo religioso. Ele não se atinha, apenas, às questões materiais de seu povo, mas, também, a seu bem-estar espiritual. Era um homem profundamente coerente e um grande amante da virtude.

É dito que, quando viajou a Meca, confessou ao funcionário egípcio que o

acompanhou durante sua estada no Cairo, o desejo de abdicar em favor de seu filho e retornar a Meca para viver próximo ao santuário. A morte impediu-o de executar este desejo. Assim, não é de surpreender a devoção que deu à difusão do islame no Mali, especialmente após sua peregrinação. Sobre nenhuma outra atividade de **mansa** Musa tem-se maior registro do que a viagem que fez ao sacrário e Cairo, entre 1324 e 1325, e é certo que devido à romaria é que o nome de **mansa** Musa tornou-se famoso no Egito, Arábia e algumas partes da Europa. Sua **hajj**, ou peregrinação, foi efetivada numa escala não conhecida antes. De acordo com o relato de Al-Umari, **mansa** Musa deixou o Mali com a fantástica soma em ouro equivalente à carga transportável por 100 camelos (outro escritor, Ibn Khaldun reduz o número para 80), bem como uma numerosa horda de servidores. Quinhentos escravos, narra-se, compareceram ante o rei para entregar-lhe, cada um, uma pepita de ouro com 2 quilos. Mas, embora tenha carregado tantos valores e dinheiro consigo, **mansa** Musa foi tão generoso no Cairo e em Meca que seu dinheiro esgotou-se e ele teve de tomar emprestados grandes valores, pagando altos juros, antes de retornar para casa. Al-Umari, que visitou o Cairo 12 anos após, escreveu que **mansa** Musa, ao ir embora, " não deixou sem presente sequer um emir, ou encarregado de repartições do rei. E o volume das doações foi tão alto, que a cotação do metal caiu naqueles dias".

Mas o mais interessante aspecto de sua verdadeiramente extravagante romaria foi o efeito que ela teve em **mansa** Musa: retornou com a determinação de purificar o Mali e fortalecer o islã, promover a educação e introduzir coisas novas que havia visto em sua jornada. Para assisti-lo na execução desse plano, persuadiu um professor, poeta e arquiteto espanhol, chamado Abu Ishaq As-Sahili Tuwajjin a acompanhá-lo em seu retorno. Iniciou, pois, as reformas ordenando que as preces das sextas-feiras fossem executadas com todo o rigor. Para facilitar a prática religiosa, determinou ao arquiteto a execução de mesquitas em diversos locais, bem como alguns palácios para seu uso pessoal. Os palácios de Tombuctu e Gao, executados com tijolos, foram descritos, por um dos informantes de Ibn Khaladun, como " sólidos e altos edifícios com cúpulas, com incrustações coloridas, de forma a torná-los os mais elegantes dos prédios".

Há certa unanimidade no aceitar que o estilo de As-Sahili, na construção de edifícios, influenciou a arquitetura em todo o Sudão ocidental. **Mansa** Musa foi pioneiro, também, na prática de enviar estudantes para aperfeiçoamento no Marrocos, e assentou as fundações daquilo em que Tombuctu, mais tarde, tornar-se-ia: o centro comercial e educacional do Sudão do oeste. Assim, **mansa** Musa transformou-se no grande governante que conseguiu estabelecer a paz e a ordem, promover o comércio e, mais do que isto, fazer o nome de seu Império conhecido no mundo inteiro. Não é de surpreender que, após sua morte, em 1337, seu nome continuasse lembrado e reverenciado por muitos séculos.

Seu sucessor imediato foi **mansa** Maghan, que teve um breve e opaco reinado, de 1337 a 1341. **Mansa** Sulayman, irmão de **mansa** Musa, tornou-se rei e governou até 1359. Felizmente, para a posteridade, Ibn Battuta, renomado professor árabe e um dos grandes viajantes da história, foi enviado por Abu Inan, Sultão do Marrocos, até o Mali, entre 1352 e 1353, e deixou um testemunho ocular sobre o Império. É absolutamente correto, tanto de suas narrativas, quanto das de Al-Umari, que **mansa** Sulayman foi

*outro extremamente competente governante e um sucessor à altura de **mansa** Musa. Al-Umari escreveu: "todas as terras dos negros, conquistadas por seu irmão, foram trazidas por ele para a órbita do islã. Construiu mesquitas para o culto e instituiu o sistema de preces semanais, tornando-se um estudante de ciências religiosas". Ibn Battuta ficou também impressionado pela ordem e tolerância racial existentes e o cuidado com que os crentes cumpriam seus deveres religiosos. Também vale citá-lo aqui: " Os negros (ou seja, o povo do Mali) são, raramente, injustos, tendo grande aversão às iniquidades, mais do que outro povo qualquer. O seu sultão é inclemente com os culpados de qualquer falta. Há absoluta segurança no país. Nem viajantes, nem seus habitantes têm porque temer a ação de ladrões ou pessoas violentas". Seguramente, tal informação poderia adaptar-se a poucos povos europeus daquele tempo.*

*Graças à habilidade de **mansa** Musa e Sulayman, o Mali alcançou o apogeu de seu poder e glória durante a primeira metade do século 14 — período que pode ser chamado de idade de ouro do Mali.*

*Durante a segunda metade desse século e princípios do seguinte, o Mali regrediu para ser, novamente, o pequeno principado de Kangaba, onde tudo começou. O declínio ocorreu, internamente, por ambições desenfreadas, frivolidades e incompetência dos membros da dinastia dominante. Externamente, face a constantes ataques dos **mossi**, ao norte; dos tuaregues, ao sul e ao florescimento de Songhai a leste. Num curto período de 40 anos cerca de seis reis governaram, em meio à guerras civis, golpes de Estado e ao surgimento de constante rivalidades na corte. Muitas províncias aproveitaram tal situação para proclamar sua independência. Os tuaregues do Saara conquistaram as partes mais ao norte do Império, enquanto os **mossi** atacaram as regiões mais ao sul. O sopro final foi dado pela nova estrela que emergiu a leste do Mali, chamada Songhai. A respeito de seu surgimento e desempenho tratar-se-á nos próximos capítulos.*

5 O Reino de Sunni Ali de Songhai

Songhai, como o Mali, começou sua vida provavelmente na segunda metade do século 9º, como um pequeno principado citado em registros como *Al Kawkaw*. Ter-se-ia situado nas duas margens do Níger, da fronteira ocidental da Nigéria atual até a curva do rio Níger e sua capital foi Gao. Como o Mali, o reino desenvolveu-se numa área fértil, propícia tanto para a agricultura, quanto para a pecuária. O rio também ensejava excelente oportunidade para a pesca. De fato, os moradores daquela zona fizeram o mais amplo uso das reservas naturais de sua região e ao tempo em que ingressaram na história, já se encontravam divididos em dois grupos de produtores: os **sorko** eram os pescadores; os **gow**, ou **gâbibi**, entretinham-se tanto com a agricultura, quanto com a pecuária e caça.

Apesar dessas importantes atividades, os homens de Gao cedo tornaram-se mercadores. Com a introdução do camelo no norte da África e do Saara e o subsequente crescimento do número de rotas das caravanas, a área de Gao transformou-se, no alvorecer do século 9º, em término de três rotas importantes de caravanas: a Rota Ocidental, proveniente do Marrocos e da Argélia; a Rota Central, vinda de Túnis via Ghat, e, mais importante, a Rota Transcontinental vinda do Egito, passando por Fezzan, Ghat e Agades. Alguns dos habitantes de Gao, por isto, transformaram-se em comerciantes, e sua capital passou a atrair mercantes do Egito e outros países do norte da África.

Ligados, como estavam, à agricultura, à pesca e ao tráfego das caravanas, o rei e súditos do pequeno principado tornaram-se bastante ricos e, assim, conseguiram chamar a atenção de escritores árabes e mercadores, muito antes do Mali tê-lo feito. Dois escritores, *Al-Yaqubi* e *Al-Masudi*, escrevendo em torno de 871 e 943, respectivamente, descreveram Ghana e *Al-Kawkaw*. De fato, ambos estavam convictos de que *Al-Kawkaw* era, a seu tempo, tão poderoso quanto o fora Ghana. Por exemplo, *Al-Yaqubi* escreveu: "Há o Reino de *Al-Kawkaw*, que é o maior dentre os do Sudão, o mais importante e o mais poderoso, e todos os outros reinos obedecem suas regras". Depois ele aludiu a Ghana, descrevendo o seu rei também como muito poderoso. Escrevendo 72 anos após, *Al-Masudi*, da mesma maneira, referiu-se a *Al-Kawkaw* como o maior dos reinos de "as-Sudan"(dos negros) e acrescentou que muitos reinos dependiam de *Al-Kawkaw*.

No século 11, assim, Gao foi completamente eclipsado por Ghana, a tal ponto que, mais tarde, quando este ruiu, quem o substituiu não foi Gao, mas o Mali. Aliás, no século 13, Gao era apenas um tributário do Mali. Em 1275, porém, de acordo com *As-Sadi*, dois príncipes de Gao, *Ali Kolon* e *Sulayman*, que foram postos a serviço do rei

do Mali, como chefes de expedições militares, conseguiram escapar e fundaram a dinastia Si. Gao cedo teria perdido sua independência para o Mali, e quando Ibn Battuta visitou aquele, em 1353, encontrou-o ainda pagando respeito, mesmo que nominal, aos malineses. Mas, longe ainda do declínio, o Reino de Gao prosperou durante o período em que ficou sob o domínio do Mali, tendo Ibn Battuta mostrado-se impressionado por sua capital. "Gao — escreveu — é a maior cidade do Nilo (isto é, do Níger) e uma das mais famosas cidades da Negrolândia. É, também, uma das maiores e mais bem provisionadas cidades, onde se pode encontrar com abundância o arroz, leite e peixes. Há, também, uma espécie de pepino, chamado de **inani**, que não tem nada que se lhe iguale. A compra e venda, entre seus habitantes, é feita com a utilização de cauri, assim como ocorre no Mali.

Embora material e comercialmente fosse benéfico o laço que o prendia ao Mali, Gao desejou sempre poder governar-se. E, provavelmente em 1373, conseguiu-o. Os mandatários, a partir de então, ficaram ocupados com a manutenção da independência de seu pequeno reino e, por tal, não se meteram em lutas de conquista ou expansão. Gao continuou, assim, pequena, mas rica, até 1464, quando Sunni Ali tornou-se rei e transformou o pequeno Principado de Gao no Império de Songhai.

Em muitas formas, a carreira de Sunni Ali recorda a de Sundiata, do Mali. Como Sundiata, Sunni Ali chegou ao poder a um tempo em que as condições políticas eram muito favoráveis para um conquistador. O Mali tinha, como já se comentou antes, fracionando-se em muitas partes, e as áreas do norte, como Walata, Tombuctu e Arawan, foram capturadas pelos tuaregues. Como estes mostraram-se governantes tiranos e extorsionários, os habitantes dessas regiões passaram a esperar, com ansiedade, por um salvador, da mesma forma que os de Ghana, Bobo e Tabo, quando Sundiata apoderou-se do trono do Mali. Desta maneira, a gente de Tombuctu, que estava sofrendo o poder dos tuaregues mais intensamente, diz-se haverem convidado Sunni Ali para socorrê-los, assim que se tornasse rei.

Felizmente, como Sundiata, Sunni Ali teve coragem, tato, esperteza e ambição para fazer com que a situação política o favorecesse, e também a Gao. Tendo consolidado sua posição em casa e formado um poderoso Exército, com cavalaria, infantaria, bem como uma respeitável armada, a ser utilizada no rio Níger, ingressou em sua memorável carreira de conquistador no terceiro ano de seu reinado. Em primeiro lugar, devotou sua atenção para o nordeste e, valendo-se do convite do povo de Tombuctu como uma desculpa, partiu para esta cidade e a conquistou sem qualquer dificuldade. Após, dirigiu-se para o leste, tendo atacado e conquistado Jenne, que então era uma próspera cidade comercial, bem como um importante centro cultural e educacional muçulmano. Por algum tempo, Jenne conseguiu manter afastado o Exército **songhai**, tendo em vista o sistema hidrográfico que atuava como defesa. Contudo, após uma resistência, segundo a tradição, de sete anos, sete meses e sete dias, Jenne foi capturada por Sunni Ali em 1473.

Desde então, rumou, sem embaraços, para conquistar todas regiões ao sul de Tombuctu, até grandes distâncias como as fronteiras norte de Yatenga, no poderoso Reino Mossi.

Seus esforços para reduzir Mossi à condição de subjogado falharam. Assim, marchou adiante, através do Níger, chegando a conquistar o distante país hauçá de

Kebbi.

*Sunni Ali mostrava-se implacável com quem tentasse desafiar sua autoridade. Assim, conta-se haver assassinado a maioria dos clérigos e professores de Tombuctu que se haviam recusado a submeter-se às suas ordens. Ao passo que os de Jenne, que se curvaram, foram tratados com assinalada generosidade. Teria sido particularmente hostil aos **fulani**. Uma crônica relata que "ele odiava sobretudo os **fulbe (fulani)**; não podia ver um, inteligente ou ignorante, homem ou mulher, sem que desejasse matá-lo. Não admitiu **fulbes** na administração pública ou no judiciário. Dizimou a tribo Sangare (do ramo **fulani**) de tal forma que o total remanescente poderia, de tão poucos, abrigar-se sob a sombra de uma única árvore". Isto devia-se mais ao fato de não apenas os **fulani** comandarem incursões contra o reino, mas, especialmente, não acolherem a jurisdição do Império.*

*Além de estender as fronteiras de seu reino, Sunni Ali também sentiu a necessidade de implantação de um operante sistema de governo e, assim, empenhou-se em efetivá-lo. Dividiu suas conquistas em províncias. Em algumas delas apontou novos governadores, mas, nos distritos onde os administradores realmente tornaram-se submissos, ele os manteve, encarregando-os da cobrança e pagamento dos impostos anuais. Também apontou um comandante-em-chefe e um comandante da armada, chamado de **hi-Koy** por seus subordinados. Para a administração da turbulenta região de Hombori, que ficava ao sul de Tombuctu e ao norte do Reino Mossi, criou um governador especial, chamado **tondifari**, um título **songhai**, significando governador das montanhas. Sunni Ali estava, ainda, ordenando suas conquistas, montando um estado organizado, quando, deslocando-se para casa, de um dos locais que havia conquistado, em 1492, morreu afogado, em circunstâncias não bem esclarecidas.*

Assim, num período de 28 anos, Sunni Ali transformou o pequeno Reino Gao no impressionante Império Songhai, espalhando-se de Kebbi, no leste, em direção a Jenne, no oeste, em Tombuctu, a norte, a Hombori no sul. Apesar dessas vitórias, porém, os escritores sudaneses não foram muito pródigos nas narrativas a respeito de Sunni Ali. Um deles o chamou de "um ímpio monarca e um terrível tirano". Um outro o descreveu como "um opressor e destruidor de cidades, com um coração tanto empedernido quanto injusto; um sangüinário déspota que matou milhares de pessoas; tantas que o número exato somente Deus sabe; ele foi cruel com os piedosos e com os sábios; humilhou-os e os matou". Tais comentários, entretanto, não devem ser tomados muito a sério. É amplamente sabido que Sunni Ali, por muito preocupado com as coisas terrenas, pouca importância deu ao islão. Em realidade, acredita-se que era pagão. Porém, para os cronistas árabes, todos fanáticos muçulmanos, a promoção do islamismo constituía-se em obrigação de qualquer governante. Como Sunni Ali não procedeu assim, apareceu para eles como ímpio e degenerado. Uma importante razão para a impopularidade com esses cronistas foi a perseguição que empreendeu aos clérigos e homens pios de Tombuctu. Mas, sem dúvidas, como construtor de uma nova nação, não poderia tolerar qualquer insubordinação de quem quer que fosse. O fato, segundo o qual ele tratava os muçulmanos, clérigos e professores de Jenne com generosidade, prova que não era simplesmente anticlerical ou antimuçulmano.

Apesar do testemunho dos cronistas, Sunni Ali foi um dos maiores governantes

que esteve no trono de Gao. Lançou sólidas bases sobre as quais seu sucessor imediato, Mohammed Askia assentou sua obra. Por fim, aparece um cronista que, defendendo Sunni Ali disse: " Ele sobrepujou todos os reis, seus predecessores, ao organizar um Exército superior em número e qualidade de seus soldados; suas conquistas foram várias e tornou-se renomado do nascente ao poente. Se é a vontade de Deus, ele será admirado por muito tempo ainda". Sunni Ali foi, certamente, por muito tempo, falado pelos escritores sudaneses, ainda que, deve ser dito, em termos não favoráveis. Espero que os modernos professores da África venham a ser mais generosos com ele, eis que foi um hábil político, um bravo soldado e um competente administrador.

6 Mohammed Askia, o Grande, de Songhai

Como vimos no último capítulo, Sunni Ali morreu antes que pudesse completar a consolidação de suas conquistas e o estabelecimento de um sistema efetivo de governo para seu Império. Assinale-se, ainda, que suas guerras haviam interrompido os negócios comerciais e a prática do islamismo havia declinado por causa do tratamento que havia dispensado aos devotos muçulmanos e aos professores. Seu sucessor, Muhammad Askia teve de completar sua obra administrativa; pacificar Tombuctu e explorar sua situação estratégica; impulsionar e purificar os hábitos islâmicos, então em seu nadir, bem como reviver o comércio, deslocado para outras áreas pelas guerras de Ali. Acima de tudo ele tinha de consolidar sua presença no trono e vencer a submissão de Soghai. Estes eram os problemas que enfrentava Mohammed Askia I, e eles se tornavam ainda mais complicados pela maneira como ocorrera o processo de sucessão e o seu ingresso no trono. Mohammed Askia era, sim, Mohammed Ture Ibn Abi Bakr, que foi o general Sonike em quem Sunni Ali mais confiou, além de ter sido o primeiro ministro. Ele não pertencia à família real, mas conseguiu comandar um golpe de Estado, do qual resultou a deposição do filho mais velho do rei e seu sucessor. Afortunadamente, não apenas tinha qualificações pessoais, mas seu reinado foi longo o bastante, de 1493 a 1528, de forma a permitir-lhe resolver tais problemas.

Como poder-se-ia esperar, o primeiro problema que enfrentou foi consolidar sua posição no trono, garantindo que seu filho iria governar em Songhai. Ele resolveu a questão de duas maneiras: primeiro, matou ou expulsou do Império todos os membros sobreviventes das duas primeiras dinastias de Gao, a dinastia Za, que fundou Gao e que governou de 1276 a 1493; e a dinastia Sonni que reinou de 1276 a 1493. Mohammed Askia foi tão vitorioso em assim procedendo que a linhagem por ele fundada e que se transformou na dinastia Askia, continuou a reinar em Songhai até a queda do Império.

*A seguir, ele tentou conquistar o apoio e simpatia do seu povo, o que foi obtido usando o islão, que se constituía em poderoso elemento de unificação. Conseqüentemente, logo após sua ascensão ao trono, começou a cortejar os devotos muçulmanos, que ele e seu antecessor Sunni Ali haviam perseguido. Ele os banhou em presentes e indicou muitos deles como assessores na corte. E, para eliminar qualquer dúvida quanto ao seu comportamento dali em diante para com o islã, ele fez a peregrinação a Meca, em 1497, tão pronto sentiu que sua posição em casa estava consolidada. Sua romaria não havia sido deliberadamente organizada de forma a superar a feita por **mansa** Musa. Por exemplo, conta-se que foi acompanhado por 1.000 infantes, 500 cavalarianos e que portou 300.500 **mithkals** em ouro.*

Esta impressionante soma, é dito, gastou-a em donativos, presentes e um hotel que teria comprado no Cairo para uso dos romeiros sudaneses.

Antes de seu retorno ao Sudão, sabiamente, persuadiu o Xerife Al-Abas a honrá-lo com o importante título de Califa dos Negros (Khalifatu biladi l-Takrur), o que poderia grandemente aumentar seu prestígio e posição em meio aos muçulmanos da África. Este apelo aos devotos mostrou-se um sucesso, e os cronistas posteriores vieram a retratá-lo como um grande governante, um devoto muçulmano e o legítimo governante de Songhai. Por exemplo, um deles o descreve como "uma luz brilhante a iluminar após profunda escuridão; um sábio que afastou os servos de Deus da idolatria e o país da ruína. Defensor da fé, ele espalhou alegria, bondade e espiritualidade à sua volta".

*Após haver-se garantido no trono, Mohamed Askia ganhou o apoio dos muçulmanos e o título de Al Hajj, honraria que hoje é dada a todo o muçulmano que fez peregrinação a Meca — então enfrentou o problema seguinte, ou seja, consolidar e estender as conquistas de Suni Ali. Com um Exército bem treinado e municiado, iniciou suas conquistas marchando para sul e atacando os **mossi**. Mas como seu predecessor, também falhou em subjugá-los, mas conseguiu fortalecer o cerco de Songhai nas regiões do sul. Do S. ele girou noutra direção, atacando e conquistando o que restou do Reino do Mali após a guerra que durou 30 anos. Do oeste, marchou em direção ao leste, reconquistando Agadez e reduzindo os estados hauçás de Kano, Katsina e Zamfara a tributários de Songhai. No norte ele também consolidou as conquistas de Ali e estendeu o domínio político Songhai no Saara, tão longe quanto as minas de sal de Taghaza. Então, ao fim do seu reinado, Songhai havia se estendido de Takrur, no oeste, até Kano, no leste, e de Taghaza no norte, até a fronteira do Reino Mossi, ao sul.*

*Mohammed Askia foi, também, um excelente administrador. Ele primeiro aboliu as divisões existentes e reorganizou por inteiro o Império em vice-reinos ou regiões, cada uma sob um comissário regional ou vice-rei. Então nomeou juizes em todas as cidades principais, através do Império. No centro, estabeleceu um conselho de ministros para assisti-lo. Este incluía um **balama**, comandante-em-chefe; um **fari-mundya**, ou, como se chama hoje em dia, um ministro das finanças, um **hi-koy**, chefe da armada, um **korey-farma**, ministro encarregado dos estrangeiros, um **warrey-farma**, ministro encarregado da propriedade e um **hari-farma**, ministro encarregado dos rios, lagos e da pesca. Todos estes postos centrais ou provinciais eram preenchidos com pessoas da sua família, ou parentes por casamento, que eram demissíveis **ad nutum**. O mesmo ocorria, também, com chefes militares. Ele deixou os hauçás sob o comando de seus governantes, mas há evidências — segundo narrativa de Léo Africano, que visitou Songhai em 1510, como membro de uma missão sob a liderança de seu tio, enviada pelo Sherif de Fez, Malai Muhammed e-Kaim — de que Askia obrigou o rei de Kano a casar com uma de suas filhas, ao mesmo tempo em que designou oficiais para, permanentemente, cuidar se os reinos vassallos cumpriam com o dever do pagamento de tributos regularmente.*

Para fazer face ao custo dessa máquina administrativa, impressionantemente complexa, Mohammed Askia tinha que se valer da cobrança de impostos. As mais importantes fontes de recursos provindos dos impostos eram as propriedades imobiliárias e o trabalho escravo. Cada um tinha que produzir uma quantidade fixa de certo

*produto por ano. Por exemplo, a fazenda chamada de Abda, na província de Dendi, que tinha 200 escravos sob o comando de quatro **fanfa** ou administradores, tinha que produzir 1.000 **senhas** de arroz por ano; alguns tinham que plantar milho e outros produzir peixe seco. Havia, também, certos tipos de escravos que eram artesãos e tinham que produzir um número fixo de, digamos, botes, arcos, flechas etc., por ano. Por exemplo, ainda, os Dyam Tene e Dyam Wali eram tribos obrigadas a abastecer o rei com 100 lanças e 100 flechas por cada família, por ano. Todas essas provisões e equipamentos eram utilizados para manter o Exército, enquanto o excedente era vendido. A segunda mais importante fonte de renda era o tributo originário das unidades vassalas e a contribuição regular oriunda de taxas sobre camponeses, propriedades rurais e, acima de tudo, taxas alfandegárias.*

Para assegurar um máximo de renda originária de tributos e direitos alfandegários, Mohammed Askia e seus servidores públicos faziam de tudo para promover o comércio. Transformou as estradas em caminhos seguros, especialmente evitando os problemas dos turbulentos tuaregues. Mais ainda, unificou o sistema de pesos e medidas em todo o Império e indicou inspetores para todos os mercados importantes onde não foi constatado qualquer falsificação. A implantação de um exército profissional também veio somar-se às garantias oferecidas aos civis, na realização de suas atividades comerciais.

*O resultado dessas medidas foi que o comércio floresceu. As atividades mercantis em Soghai concentravam-se nas suas três principais cidades, Jenne, o centro do comércio interno; Tombuctu, que controlava o intercâmbio com o oeste e noroeste, e Gao que se conectava com regiões ao leste, nordeste, tais como Kano, Trípoli e Egito. Estas cidades também se tornaram importantes centros industriais. Havia cerca de 26 **tindi**, ou alfaiates, apenas em Tombuctu, cada um dos quais mantinha entre 50 e 100 aprendizes. Léo Africano deixou um testemunho ocular a respeito de Tombuctu e Gao, que deve ser citado. Sobre Tombuctu ele escreveu: "aqui encontram-se muitas lojas de artífices e mercadores, especialmente aqueles que trabalham com corte e costura, os quais chegavam a encomendar, dos mercadores berberes, tecidos da Europa. Os habitantes do local eram tão ricos que o rei casou duas de suas filhas com homens comuns, porém poderosos". Também descreve Gao como uma cidade cheia de riqueza, onde se podia encontrar um expressivo número de lojas de negros, os quais compram roupas trazidas pelos berberes, da Europa." É fantástico assistir-se à grande quantidade de roupas que são trazidas de lá, e quão custosa é a operação toda", completou.*

*As exportações mais notáveis de Songhai continuavam as tradicionais, como ouro, marfim e escravos, enquanto suas importações mais significativas eram o sal, vindo de Taghaza e cavalos, da África do norte. O meio de troca era o usual **currie**, embora Léo Africano houvesse constatado a existência de moedas em ouro, sem qualquer estampa, a circular em Tombuctu.*

*Mohammed Askia, como **mansa** Musa, do Mali, cuidava tanto do lado material, quanto do espiritual de seus negócios. Ainda que Askia fosse um verdadeiro devoto muçulmano, mesmo parecendo que se tenha valido da religião maometana para dar-lhe suporte e projeção, é crível que, com o passar dos anos, tornou-se, verdadeiramente, um crente de Alá. Servem de base para essa assertiva, a viagem a Meca e a proteção*

que estendeu a grandes mestres islâmicos, como Abd-ul Rahman as-Suyuti e Mohammed al-Maghili. Assim, do tempo de seu retorno da peregrinação (hajj) até sua morte fez de tudo para prestigiar a difusão da fé islâmica. Para purificar os ímpios, cuidou sempre que fossem observadas todas as normas do islame, inclusive que as mulheres vestissem-se cobrindo o rosto com véu, obrigando que o exemplo partisse de sua própria família, segundo narram cronistas da época.

Ele também se assegurou de que seus representantes não impusessem taxas em excesso, e procedia aos julgamentos segundo os preceitos do sagrado Alcorão e o **Sharia**. Todos os cronistas concordam que o maometismo foi fortificado e purificado durante o reinado de Muhammed Askia. Para citar um deles: "ele eliminou todas as inovações, as práticas proibidas e a imagem sangüinária de Shbi (Sunni Ali), bem como estabeleceu o muçulmanismo sobre sólidas bases. Igualmente memorável foi o estímulo dado à educação superior. Sábios e professores, atraídos pela paz e ordem no Império, bem como pela generosidade de Muhammed Askia, foram para Tombuctu que se tornou, durante seu reinado, não apenas uma metrópole comercial, mas também educacional. Havia ali cerca de 150 escolas do Corão, e a educação universitária era ministrada na Mesquita de Sankore. A Universidade constituída, como suas contemporâneas de Paris e Oxford, de eminentes mestres e seus discípulos, atraiu um largo contingente de estudantes, muitos vindos de longe, que formaram, mais adiante, expressivo corpo de juristas, historiadores e teólogos. Em meio a eles estavam dois renomados historiadores, Mahmoud Kati e Adberahman As-Sadi cujos livros de história, **Tarikh a-Fattash** e **Tarikh as-Sudan**, ainda existem, e se constituíram em importante suporte na reconstituição da história de Songhai. Mohammed Kati, ele mesmo, informa a respeito da vida em sua cidade, Tombuctu: " Naquele tempo Tombuctu não tinha igual... da Província do Mali aos limites extremos do Magreb, pela solidez de suas instituições, liberdades políticas, integridade moral, segurança das pessoas, consideração e amor aos estrangeiros, a cortesia existente entre professores e estudantes e a assistência financeira que era provida ao próximo. Os sábios desse período eram mais respeitados entre os crentes por sua generosidade, força de caráter e sua discricção". Léo Africano testemunha que a vida intelectual da cidade corroborava os escritos de Mohamoud Kati: "Aqui se encontram doutores, juizes, pregadores e outros homens instruídos, que são mantidos pelo rei". Léo também escreveu: " há uma produção de livros manuscritos que são vendidos por preço superior a qualquer outra mercadoria".

Este, pois, o retrato de Songhai no clímax de seu poder, no terceiro decênio do século 16. Paz, ordem e segurança reinavam; expansão comercial; a fé islâmica era obedecida e as atividades intelectuais na Universidade de Sankore floresciam. Contudo, pelo fim daquele século, apenas sessenta anos após a morte de Mohammed Askia, o Grande, o Império entrou em eclipse e desapareceu no processo histórico. O que envolveu a queda de Songhai examinaremos no próximo capítulo.

A Queda do Império Songhai

Muitas explicações foram oferecidas para a queda do vasto Império de Songhai, cujo nascimento e progresso já examinamos. O escritor Mahmoud Kati atribuiu a queda às guerras desastrosas entre Askia Mohammed Bani, que reinou de 1586 a 1588, e seu irmão Sadiq, bem como contra atividades imorais, anti-religiosas e pagãs dos sucessores de Askia, o Grande, que chegaram a seu clímax durante o reinado de Ishak II. Para Mahmoud Kati e alguns modernos historiadores Songhai entrou em decadência mais por fraquezas internas, o que não aparenta ser a verdade. Quando Songhai ruiu, o fator mais importante foi externo, ou seja, a invasão marroquina no fim do século 16.

Inexistem dúvidas de que a maioria dos sucessores de Askia, o Grande, não tiveram sua coragem, piedade, devoção ao dever e competência. Em 1528, Mohammed Askia completou uma permanência, no trono, de 35 anos. Era então um venerável velho, com 85 anos, que, nos últimos dez anos, padecia de um processo de cegueira e de debilidade.

*Seus filhos valeram-se disto para se insurgirem contra ele e deporem-no do trono. Mas o filho Musa, que o sucedeu, foi assassinado, por sua crueldade, em 1553. Então o sobrinho de Askia, o Grande, chamado Askia Bankouri, foi sagrado rei. Ele não era menos cruel do que Musa e foi quem exilou Askia Mohammed, de Gao para a pequena ilha de Kankaka, no rio Níger. Ele foi deposto em 1537 com o auxílio do vice-rei de Dandi. Um dos filhos de Askia, o Grande, Askia Ismail foi, então, proclamado rei. As razões que deu para aceitar o trono são, no mínimo, interessantes: " para salvar meu pai de sua aflitiva situação; para permitir possam minhas irmãs voltar a usar o véu que Bankouri proibiu-as de vestir; para pacificar **Yan Mara**, uma dentre a centena de avestruzes que ameaçavam entrar em pânico toda vez que viam Bankouri". Ele mostrou ser tão bom quanto suas palavras. Não se sabe se conseguiu fazer o avestruz feliz novamente. Porém sabe-se que ele trouxe em seguida seu pai, Askia, o Grande, do exílio em Gao onde se encontrava, para falecer em paz em 1558. E mais, deve ter consentido às suas irmãs usar o véu. Infelizmente, este hábil e promissor governante morreu apenas dois anos após haver assumido o trono.*

É sabido que o primeiro decêndio após a deposição de Askia, o Grande, foi marcado por lutas fratricidas. Contudo tem-se a impressão de que tais embates não causaram sérios problemas à paz, prosperidade e estabilidade do Império. Parece que o sistema administrativo de Askia conseguiu absorver todos esses choques. E, assim, foi funcionando, suavemente, pelo menos ao tempo de mais dois governantes, que reinaram entre 1558 e 1584. O período de duração dos dois reinados faz por evidenciar certa estabilidade. O segundo desses governantes, Askia Daud foi particularmente mais hábil do que seu antecessor. Obteve sucesso em dominar os povos turbulentos, especialmente os tuaregues, no norte, e estabeleceu postos de fiscalização no Saara,

como forma de garantir a segurança nas estradas. Apertou o cerco de Songhai sobre o Mali, Bagu e outros estados hauçás. Sobretudo, como um fiel muçulmano, embelezou Tombuctu e, de acordo com *Tarikh al-Fattash*, foi o primeiro a organizar casas bancárias e livrarias e a ter como empregados escribas capazes de copiar manuscritos que, por vezes, apresentavam aos **Ulamas**. Ele disse haver aprendido o Alcorão pelo coração e, então, passou a ler todo o *Risala* (comentários sobre o costume e, em especial, a jurisprudência).

Em torno de 1581, Songhai havia sido recolocado em sua posição anterior como ao tempo da deposição de Askia, o Grande. Paz, ordem e prosperidade foram mais uma vez restabelecidos; a religião era praticada; o governo mostrava-se novamente estável e eficiente. A invasão marroquina viria a ocorrer dez anos mais tarde, a partir do que disputas sucessivas romperam novamente com a estabilidade e três reis passaram pelo trono. As disputas devem ter causado certa fraqueza na corte, assegurando um pretexto para a intervenção marroquina. E, mesmo se os três últimos Askias houvessem sido imorais e ateus, eles não poderiam ter feito nada de mais sério quanto garantir a prosperidade e estabilidade de Songhai como um todo. Próximo ao fim do século 16, o Império não se encontrava em declínio, nem cambaleante. Estava ainda firme e desfrutava de prestígio e prosperidade. Se Songhai caiu, então, dez anos após Askia Daud, foi não apenas face às suas fraquezas internas, como ocorreu com Ghana e Mali, mas, também, por cupidez de Al-Mansur, o sultão do Marrocos, que — usando emprestada a frase de Trimmingham — foi "o bárbaro efetivo do Exército marroquino".

Al-Mansur foi para o trono do Marrocos em 1578, imediatamente após a celebrada vitória do Marrocos sobre Portugal, na batalha de Al-Kasr Al-Kebir. Tendo estabilizado sua posição no trono, gastou todos os recursos que havia obtido com os reféns, no palácio de Al-Bedi, que ele construía em Marrakech. E, na busca de mais dinheiro e aventura, aparecia como escolha natural o Sudão, lugar de onde vinham centenas de camelos carregados de ouro, marfim e escravos. Como ele mesmo disse: "Eu decidi atacar o Sudão. Trata-se de um país rico e contribuirá largamente com taxas para nosso erário, bem como irá assegurar grande importância para as forças de Mohammedan".

Desde que Songhai controlava toda a área ocidental do Saara, com as ricas minas de sal de Taghaza, e também com a produção de ouro das regiões de Wangara e Bambuk, tornara-se uma presa natural.

Após uma tentativa sem sucesso, em 1584 — na qual um Exército de 20.000 homens, é da tradição, pereceu no deserto, por causa de uma inadequada preparação — uma operação militar mais cautelosa foi enviada em 1590. O segundo Exército marroquino consistia em 4.000 homens cuidadosamente selecionados por sua disciplina, robustez e coragem. Apenas 1.500 eram marroquinos. Os restantes eram andaluzos ou renegados da Europa, lutadores mercenários, e seu comandante um certo Judar Pasha, jovem eunuco espanhol, trabalhando a soldo do sultão.

O Exército deixou o Marrocos em outubro de 1590, cruzando com sucesso, mas também tendo certo custo, o deserto; atacou no rio Níger, em Bamba, meio caminho entre Tombuctu e Gao, em fevereiro de 1591. O então imperador **songhai**, Askia Ishak II, contrapôs uma força, segundo As-Sai, de 18.000 cavalarianos, 9.700 infantes e,

corajosamente, marchou para encontrar os invasores. Na batalha de Tondibi, 63 quilômetros distante de Gao, em abril de 1591, o maciço Exército de Ishak foi derrotado e completamente aniquilado. Os marroquinos pressionaram para tomar Gao, o que fizeram sem esforço, marchando, então, em direção ao norte para ocupar Tombuctu, que foi saqueada completamente em 1593.

Muitos historiadores concluíram que a maneira fácil como o Exército **songhai** foi derrotado deveu-se ao declínio em que se encontrava, bem como às mazelas internas. Porém esta conclusão não se pode considerar como acurada. A evidência que temos, mostra que a derrocada ocorreu e o Império foi capturado, primeiramente, tendo em vista a superioridade tecnológica dos marroquinos. As tropas do Marrocos estavam mais bem treinadas, mais disciplinadas e cheias de soldados profissionais, renegados e mercenários vindos da Espanha, Portugal e Turquia. Em segundo lugar, e isto é até mais importante, dos 4.000 soldados, a metade estava armada de arcabuzes, 500 eram atiradores montados e havia, ainda, um adicional de 70 mosqueteiros europeus. Sua bagagem incluía 14.000 quilos de pólvora e um equivalente, em peso, de chumbo, carregado por 800 camelos. Songhai, entretanto, estava armado, apenas com arcos e flechas, lanças, espadas e porretes. Admitindo-se que a metade do número de marroquinos tenha perecido na rota — de acordo com Mahmoud Kati, na batalha de Tondibi, o Exército marroquino teria sido formado de apenas 1.000 soldados bem armados, com seus arcabuzes e mosquetões — eles poderiam derrotar, com facilidade, qualquer forte oponente, como era a força **songhai**. Aliás, chocados e aterrorizados com o ruído provocado por armas que nunca antes tinham visto, bem como com a fumaça por elas gerada — tudo formando um quadro de terror — os **songhai** dispersaram-se pelos matos, em todas as direções. Mais tarde, viriam a chamar **ruma** (atirador) aos soldados marroquinos, um nome pelo qual os descendentes dos soldados de Tombuctu são conhecidos de então até nossos dias.

Esta superioridade nas armas, desfrutada pelos marroquinos sobre os **songhai**, para mim, constituiu-se na principal razão pela qual atingiram a vitória. De fato, Al-Mansur chegou a esta mesma conclusão, contrariando céticos cortesãos e conselheiros. Quando seus assessores alertaram-no de que era impossível conquistar o Sudão e o lembraram de que nenhum de seus predecessores jamais havia proposto tal aventura, ele teria respondido: "Vocês se esquecem de que, sem defesa e mal equipados, mercadores montados, ou a pé, regularmente atravessam o deserto, por onde as caravanas jamais deixaram de cruzar. Eu que estou muito melhor equipado posso, seguramente, fazer o mesmo com uma tropa que inspira medo por onde passa... Mais ainda: nossos predecessores teriam tido muito maiores dificuldades se houvessem tentado o que agora me proponho fazer, posto que seus exércitos compunham-se, apenas, de cavaleiros com lanças, arcos e flechas. A pólvora lhes era desconhecida, bem como as armas de fogo e seu terrível efeito. Hoje os sudaneses possuem, apenas, lanças e espadas, armamento que será completamente inútil contra um moderno arsenal. Isto fará com que seja fácil emprendermos uma guerra vitoriosa contra eles". Considerando o que ocorreu em Tondibi, ninguém duvidará da natureza profética de tais palavras, que derrotaram por completo seus cortesãos e assessores.

Mas deve aqui ser assinalado, também, que, passado o primeiro choque e pânico, o Exército **songhai** bravamente ofereceu certa resistência. Foi deposto o

desmoralizado Ishak II e entronizado Askia Kagho, que bravamente assumiu o comando e, com a utilização de táticas de guerrilha, fustigou os marroquinos que, sentindo-se tão incomodados, chegaram a propor um simulacro de paz: nessa oportunidade, em meio às discussões, assassinaram Askia Kagho e seus generais a sangue frio. Mas mesmo isto não liquidou com a resistência **songhai**. Askia Nuh sucedeu seu irmão mais velho e continuou com táticas de guerrilha nas regiões de Defini e Borgu, mantendo o esforço de guerra por outros três anos; e narra-se que, ao longo desse período, causou uma série de derrotas aos marroquinos. Em realidade, muitos reforços tiveram que ser trazidos do Marrocos em 1593. Mas, em 1595, numa batalha durante a qual tanto Nuh quanto o comandante das tropas marroquinas foram assassinados, os **songhai** foram, então, definitivamente derrotados. A morte de Nuh assinalou o fim de uma resistência organizada e tornou clara a conquista do grande Império Songhai. Então, em 1595, o Império, de Jenne até Gao, ficou sob a dominação dos marroquinos e o grande Songhai tornou-se uma província do domínio de Al-Mansur, sultão do Marrocos.

É óbvio que, ao contrário dos dois grandes impérios que o antecederam — Ghana e Mali — o Songhai não teve um declínio e posterior desaparecimento. Os guerreiros marroquinos literalmente o aniquilaram, quando no auge de seu poder, glória e esplendor. Foi vítima não de suas próprias mazelas internas, mas da cobiça de Al-Mansur, o sultão do Marrocos.

Os efeitos da conquista marroquina foram desastrosos, não apenas para Songhai, mas também para toda a região ao sul do Saara e da curva do Nilo. Em primeiro lugar, os marroquinos falharam em estabelecer qualquer sistema de governo em lugar daquele que destruíram. Então, sem um efetivo governo central para manter a paz e a ordem, fez-se o caos e a anarquia. Os estados Tuaregue, no Saara, Fulani e, mais tarde, Bambara, de Segu e Arma, ou seja, os marroquinos que se estabeleceram de forma permanente no Sudão, lutaram uns contra os outros pelo controle do território e esta luta continuou até o século 19. Durante tais guerras Tombuctu, Gao e Jenne sofreram imensamente. Gao declinou até tornar-se um obscuro vilarejo e Tombuctu perdeu a maioria de seus mestres. Em segundo lugar, como resultado da anarquia e insegurança reinantes, o comércio foi grandemente afetado, e o tráfego das caravanas, cruzando o deserto, passou a ser um evento anual. O ouro e o marfim, que eram enviados para o norte, tiveram mudada a direção para o sul, para a costa, para encontrar operadores entre os holandeses e ingleses, que competiam com os portugueses. Então, pelo fim do século 19, embora o comércio com Tombuctu e suas regiões com o norte, não tivesse cessado, estava reduzido a frações do volume antigo. Em terceiro lugar, como os marroquinos não davam atenção, nem à religião, nem ao estudo, o islão declinou naquelas regiões e o animismo, estimulado pelos **bambara** de Segu, iniciou a florescer. Não foi antes da primeira metade do século 19, como resultado do surgimento do Império Masina, dos **fulani**, que as regiões da curva do Níger começaram a medrar novamente. Mas, antes, os hauçás, mais para o leste, começaram a prosperar. E é em relação a eles que nos ateremos de agora em diante.

8 Os Estados Hauçás e o Fulani Jihad

*C*omo resultado da, tanto bárbara quanto impiedosa, destruição do grande Império Songhai pelos marroquinos, e sua falha em estabelecer um sistema efetivo de governo em seu lugar, os distúrbios e a insegurança tomaram conta. Desde que, nem o ensino nem o comércio podiam prosperar numa atmosfera de guerra e desordem, os mercantes, bem como os professores, começaram a se deslocar para regiões mais pacíficas e seguras, delimitadas a oeste pelo rio Níger e a leste pelo lago Chade. Essa área, hoje ocupada pela Nigéria, foi, então, sede de sete estados hauçás, ou hauçá **Bokwoi** (Daura, Kano, Katsina, Zaria, Rano, Gobir e Biram), os estados bastardos hauçás ou **Banza Bokwoi**, chamadas Zamfara, Kebbi, Nupê, Gwari, Yauri, Iorubá e Kororofa; e os reinos de Bornu e Fumbina. É a história dessas unidades hauçás que procurarei, a seguir, tratar aqui.

As raízes dos estados hauçás são, como as de muitas nações africanas, envoltas em mitos e mistérios. Os hauçás têm suas próprias tradições e origens. A mais conhecida e popular delas é a lenda de Daura. Segundo esta história, Daura foi o primeiro a ser fundado, e o foi por uma das filhas, chamada Daura, do neto do cananeu chamado Najhib, que partiu da Palestina, com toda sua família e assentou-se na Líbia. Durante o reinado de um de seus sucessores, o filho do rei de Bagdad chegou a Daura com seus seguidores após haver primeiramente vivido em Bornu. É-lhe atribuída a façanha de haver matado uma enorme serpente, que os mantinha afastados de seu único poço, podendo dele retirar água apenas nas sextas-feiras. Assim, em agradecimento ao ato, a rainha aceitou desposá-lo. Tiveram um filho que se chamou Bawu, que sucedeu ao pai e gerou seis filhos, tendo cada um deles fundado uma cidade que, mais tarde, transformou-se em Estado, daí as sete hauçá **Bokwoi**.

De acordo com outra narrativa, recolhida na Terra dos Hauçás, na metade do século 19, por Henry Barth, famoso professor e explorador alemão, Bawu era o filho de um homem chamado Karbagari, que entrou na Hauçalândia, vindo do leste e capturou Biram. Bawu ter-se-ia casado com uma mulher bárbara e gerado seis filhos. As crianças chamaram-se Daura, o mais velho; Katsina e Zaria ou Zegzeg, representados como gêmeos; Kano e Rano, outro par de gêmeos, e Gobir. Essas crianças viajaram e fundaram estados aos quais deram seus próprios nomes.

Embora não se possa aceitar por completo a veracidade dessas histórias, mostra-se claro que os nomes indicam a existência de uma migração de várias tribos e clãs na Hauçalândia, em torno de um milênio passado, a partir do Saara e do leste. Estes grupos ter-se-iam estabelecido nas vilas mais expressivas, ocupadas por autóctones, que eram povos negros, da raça Dalla e pertencendo ao chamado Ciclo So da civilização. Os imigrantes, muito cedo, empolgaram o poder e estabeleceram dinastias. Começaram, então, a assimilar os autóctones e a desenvolver suas vilas, transformando-as em estados. Em manobras para ampliar seu poder, algumas dinastias

foram, naturalmente, mais bem sucedidas do que outras. Por exemplo, as de Rano e Daura, desenvolveram-se em nada mais do que cidades-Estados; Katsina e Zaria, entretanto, cresceram mais, tornando-se poderosos impérios. Foi sugerido recentemente — sendo bastante plausível — que alguns dos grupos conquistados moveram-se em direções como o oeste e o sul, não aceitando vassalagem ou assimilação, estabelecendo novos reinos, que vieram a desembocar nos estados **banza**.

Não se sabe com exatidão quando tais cidades-Estados e reinos começaram a emergir na Hauçalândia. É certo, sim, que, até o século 14, todos eles eram insignificantes, se comparados com Ghana, Mali ou Songhai, no oeste, ou Kanem, no leste. Até aquele século não havia, por certo, intercâmbio comercial entre os hauçás e os países muçulmanos na África do norte, nem os povos islâmicos haviam atingido aquele território. Esta visão emerge com clareza a partir do fato de que nenhum dos professores árabes que citamos, e que examinaram com amplidão os eventos do século 14, fez qualquer referência a estados hauçás. A primeira menção a qualquer delas, e apenas de forma casual, ocorre em Ibn Battuta, que visitou o Mali em 1352. Ele se refere a Yufi, que foi identificada como Nupê, e descrita como "uma das maiores cidades dos Negros, cujo governador é um dos mais notáveis mandantes". Ibn também menciona "Kubar (que foi identificado como Gobir), na região do calor", para a qual, ele diz, o cobre de Takedda era exportado. Não foi antes do início do século 16 que se conseguiram detalhadas narrativas de quatro dentre as sete estados hauçás, por Léo Africano. É claro, por suas narrativas, que todos os quatro desenvolveram-se, alcançando a auto-suficiência, já ao findar o século 15, sendo Gobir e Kano os mais poderosos. Os habitantes, escreveu, são ricos mercadores, em sua maioria civis. Ele descreve a cidade de Gobir da seguinte forma: "Aqui existem grandes lojas de artífices e tecelões de linho; encontram-se sapatos como aqueles que na antiga Roma desejariam ter usado, e, em grande parte, eram carregados para Tombuctu e Gago". Noutra parte, assinalou que os habitantes de Zaria eram ricos e mantinham intenso tráfego com outros estados.

As razões para o crescimento dos hauçás, durante os séculos 14 e 15, não são difíceis de encontrar. A primeira localiza-se no estímulo originado da reintrodução do maomestimo, irradiado a partir do Mali. É hoje comprovado, por evidências lingüísticas, que o islã foi primeiro introduzido na Terra dos Hauçás, desde Kanem, provavelmente no décimo segundo ou décimo terceiro séculos. Mas isto não chegava a qualquer raiz mais profunda, até que bandos de comerciantes e mestres muçulmanos, **wangaras** e **fulanis** começaram a atingir a Terra dos Hauçás, saindo do Mali, no século 14. De acordo com o **Kano Chronicle**, o primeiro desses grupos foi para Kano, a partir do Mali, durante o reinado de Yaji (1349-1385). Mas tudo indica que o herdeiro de Yaji reverteu ao animismo. Seu sucessor, Dauda — que foi descrito como um homem de conhecimentos — e aqueles que o sucederam, permaneceram muçulmanos e deram todo o encorajamento para a difusão dessa religião. Mais e mais missionários e professores continuaram a vir do Mali durante o século 15. Por exemplo, durante o reinado de Yakubu, de 1462 a 1463, o **Chronicle** assinala que "os **fulani** vieram para a Hauçalândia, do Mali, trazendo livros de Teologia e Etimologia". Antes, prossegue o jornal, eles tinham em adição ao Corão apenas livros de Leis e Costumes".

A introdução e difusão do islame afetou o crescimento dos estados hauçás de muitas maneiras. Em primeiro lugar, estimulou os reis a iniciar guerras de conquista sobre reinos pagãos. Em segundo lugar, introduziu novos sistemas legal, tributário e, sobretudo, político, que a maioria dos governantes hauçás veio a aceitar. Terceiro: foi prestigiado o ensino das letras e de novas técnicas administrativas. Finalmente, o islamismo pôs alguns dos mandatários em contato com grandes professores e filósofos do estrangeiro, dos quais os reis hauçás

podiam buscar conselho em matérias políticas e sociais. O mais conhecido de tais professores foi Mohammed Al-Maghili, com o qual Rimfa, o rei de Kano, entre 1463 e 1499, trocou correspondência e do qual recebeu um tratado sobre governo intitulado "As Obrigações do Príncipe", ainda existente.

*A segunda razão foi econômica. É evidente, pela crônica de Kano, que teria ocorrido, durante o século 15, o início dos contatos dos hauçás não apenas com o Mali, a seguir com Wangara, o Saara e o norte da África, mas também com Gonja e o norte do atual Gana. "Neste período (entre 1421 e 1438) — informa o **Chronical** — Zaria, sob o domínio da rainha Amina, conquistou muitas cidades, mesmo as distantes, como Kwararafa e Nupê, vindo todas a pagar-lhe tributos. O Sarkin Nupê mandou-lhe 40 eunucos e 1.000 nozes de cola. Aliás, Amina foi a primeira rainha a ter eunucos e nozes de cola na Terra dos Hauçás. Em seu tempo, todos os produtos do oeste eram trazidos para a Hauçalândia". Isto, pode ser notado, foi a primeira referência ao comércio da noz de cola do moderno Gana para a Hauçalândia. Da mesma fonte, o **Chronical**, também aprendemos que o sal era importado de Bilma, através de Agades, para Gobir e a Terra dos Hauças, da mesma forma como lemos do ingresso de árabes e tuaregues em grande número na Hauçalândia. O desenvolvimento do tráfego das caravanas os manteve ricos, um fator indispensável ao surgimento e expansão de estados.*

A terceira razão para o crescimento dos estados foi política. Tanto Zaria, quanto Kano foram felizes com seus reis e rainhas do século 15. Zaria, sob o domínio da legendária rainha Amina que, foi dito, reinou durante 34 anos, desde o início do século, e estendeu suas fronteiras para tão longe quanto Nupê e Kororofa. Da outra metade do século em diante, face à habilidade de dois reis, Mohammed Rimfa, que governou de 1463 a 1499, e Abdullahi, de 1499 a 1509, Kano eclipsou completamente os outros hauçás.

Graças, então, ao auxílio e unidade provida pelo islã; após, face à riqueza gerada pelo desenvolvimento do tráfego das caravanas; em terceiro plano, pela habilidade de seus reis — muitos dos estados hauçás transformaram-se, a partir de meras cidades-Estados, em poderosos reinos, pelo fim do século 15. Durante as primeiras três décadas do século 16, contudo, os hauçás, bem como outros povos nas regiões dos rios Níger e Senegal, foram reduzidos, mais ou menos em 1450, a unidades vassaladas, por Mohammed Askia, de Songhai, ou pelos reis de Bornu, no leste.

Em verdade, entre 1450 e 1550, a Hauçalândia tornou-se um elo de comunicação entre Bornu e Songhai. Porém, após a morte de Mohammed Askia, muitos dos hauçás tornaram-se internamente autogovernados e, após a conquista do Marrocos, alcançaram plena independência. Não apenas a queda de Songhai assegurou a completa independência, como tornou-se elemento impulsionador da paz. Como já foi enfocado antes, a desordem e a insegurança que marcavam as regiões do

Níger desviaram o tráfego das caravanas em direção à Terra dos Hauçás, via Trípoli, Ghadames e Ghat-Air. Os professores e **mallams** seguiram no caminho dos comerciantes. O resultado de tudo isto foi que o século 17 e a primeira metade do seguinte constituíram-se nos anos de ouro dos hauçás.

Os primeiros estados hauçás a conseguir aquilo que as regiões do Níger haviam perdido foram Katsina e Gobir, porque eram os mais a noroeste. Tanto professores, quanto comerciantes acorreram a Katsina durante o século 17 e, particularmente, no início do século 18. Katsina, então, tornou-se, tanto o centro comercial, quanto educacional da Terra dos Hauçás. Pelo fim do século 19, a capital, com o mesmo nome, Katsina, era tida como a de maior população, em torno de 100 mil, e seu rei era considerado como o mais rico e poderoso da Negrolândia. Nas palavras do exemplar Barth, "Katsina durante os séculos 17 e 18 parecia ser a cidade política e comercialmente mais importante da Negrolândia. Seu estágio de civilização foi considerado avançado, segundo os padrões árabes, parecendo haver chegado ao mais alto grau. Somava-se a isto o fato de falarem o idioma Hauçá com a mais refinada pronúncia e, também, de serem portadores de boas maneiras e polidez no trato com as pessoas, ao contrário de outros povos hauçás". Gobir, Kano, Kebbi e Zoria também participam da prosperidade econômica e desenvolvimento cultural.

Porém, durante os primeiros três decênios do século 19, todos os estados hauçás foram varridos do mapa político do Sudão central e, em seu lugar, estabeleceu-se um único Império Fulani. Esta incrível mudança política ensejou o surgimento de uma revolução política, organizada pelos **fulani**. Quais foram, pois, as causas, natureza e conseqüências dessa revolução?

Os **fulani**, que os encontramos já em diversas ocasiões desta narrativa, são um povo que têm suas raízes mais profundas nas nascentes dos rios Senegal e Gâmbia, e que seriam o resultado de uma mistura entre imigrantes berberes do Saara e negros das raças **ouolof** e **serer**. Parte deles — provavelmente em sua maioria de origem bárbara — seguiu a maneira nômade de seus ancestrais, ficando conhecidos como os **bororoje** ou Boiadeiros Fulani que, em parte, permaneciam nas cidades, tornando-se muçulmanos fanáticos e geralmente bem educados, então conhecidos como **fulanin gidda**, ou fulani urbanos. Os dois grupos começaram a se infiltrar pelo leste e pelo sul, nas regiões de Ghana, Mali e Songhai, entre os séculos 12 e 14; na Hauçalândia, no século 15, indo profundamente a oeste, até o atual Camarões. Em todas essas áreas, mantiveram seu tradicional modo de vida, ou seja, os **bororoje** cuidando do gado nas zonas rurais e os **fulanin gidda** nas cidades. Por causa de sua educação, os últimos eram, geralmente, empregados domésticos nas casas da Terra dos Hauçás. Trabalhavam como funcionários públicos, diplomatas e tutores, nas cortes dos reis, onde muitos deles fundaram escolas próprias, em que ensinavam as ciências tradicionais islâmicas, como Teologia, Leis, Gramática, Retórica e Prosódia. Um desses **fulanin gidda** foi Usuman dan Fodio, que se tornou causa imediata de uma revolta, a partir de um conflito entre ele e os reis de Gobir.

Usuman dan Fodio nasceu em dezembro de 1754, em Gobir, de uma família do clã de Toronkawa, que havia migrado de Futa Toro, no Senegal, há umas 14 gerações. Começou sua educação numa idade muito precoce, o que o fez passar pelas mãos de diferentes **mallams**, ou professores, em diversos lugares, inclusive Agadis, no

oásis de Air, no deserto do Saara. Ainda aos vinte anos, iniciou sua carreira como professor e pregador em Degel, Gobir. Desde então conduziu caravanas de missionários para diversas partes da Hauçalândia, especialmente para Kebbi e Zamfara, advogando a prática de uma forma mais ortodoxa de muçulmanismo. Foi somando fama e atingiu a corte de Gobir, tornando-se, por volta de 1781, um empregado do rei Bawa, como tutor da família real. Sua contínua insistência numa forma puritana de islamismo e sua condenação à utilização de taxas ilegais, bem como práticas pagãs, implicaram críticas aos reis de Gobir, enquanto o firme aumento de seus seguidores, em Degel, constituía-se em ofensa a sua autoridade. Os sucessores de Bawa, ao contrário, começaram a tomar medidas para reprimir a ameaça. O primeiro deles, Nafata, por exemplo, ordenou que

*ninguém, a não ser dan Fodio, poderia pregar; que não mais houvesse conversões ao islame; que aqueles que não haviam nascido muçulmanos deveriam retornar às suas antigas religiões e, finalmente, que os homens não deveriam vestir turbantes, nem as mulheres véus, costumes que, de acordo com um historiador, davam, aos partidários dos Shehu, coesão e senso de identidade comuns, os quais temiam os reis **Habe**.*

*Nafata veio a falecer pouco após (1802), mas seu sucessor, Yunfa, mostrou-se ainda mais determinado a pôr em prova o crescimento da força de dan Fodio. De acordo com algumas fontes, Yunfa convidou dan Fodio para sua corte, onde tentou matá-lo. Falhou, porém. Yunfa, então, marchou para atacar um grupo de seguidores de Usuman, estes liderados por Abdul Salame, em dezembro de 1803. Quando Usuman provocou, em Degel, a libertação dos prisioneiros, ao mesmo tempo em que, reiteradamente, recusou abrir mão deles, Yunfa ameaçou atacar a própria Degel. Esta ameaça conduziu à fuga (hijra) de dan Fodio e seus seguidores, de Degel para Gudu, em 21 de fevereiro de 1804, data que, ainda hoje, é glorificada no norte da Nigéria. Em Gudu chegou ao nível de uma revolta, atacando as cidades próximas de Gobir, tendo, então, sido proclamado **amir almunini**, comandante dos crentes, tendo desencadeado uma guerra santa (jihad) contra os então reis hauçás. Diversos outros **fulani** juntaram-se à rebelião em outros países, pedindo para lutar pela bandeira de Usuman.*

No período de um decênio, todos os povos hauçás haviam sido conquistados e nas duas décadas seguintes, Nupê, partes do Império Oió (Ilorin) e Bornu (Katagun e Gombe) foram adicionados ao Império Fulani, com sua nova capital chamada Sokoto. Antes de sua morte, em 1817, Usuman dividiu o Império em dois e deu a metade ocidental (Gwandu) para seu irmão Abdullahi, e a metade oriental (Sokoto) para seu irmão Bello.

A revolta fez emergir uma série de questões que devem ser aqui respondidas. A primeira é: por que os povos hauçás foram tão facilmente derrotados? Porque encontravam-se, todos, em profunda fraqueza, no início do século 19, causada, principalmente, por guerras intestinas. Somem-se, também, os ataques de Kororofa, que se fizeram praticamente contínuos, durante a segunda metade do século 18. Gobir, que lutou com Katsina em 1750, e com Zamfara e Kano, em 1760, suportou o ímpeto dessas guerras e, conseqüentemente, ficou particularmente fraco, não sendo, pois, surpresa que a revolta aí se tenha iniciado. Ao lado da fraqueza dos povos hauçás, as guerras haviam deixado um rastro de ciúme e animosidade, o que afastou qualquer tipo

de cooperação entre eles, mesmo contra um inimigo comum. Quando Yunfa apelou para os outros reis, quando a revolta se iniciava, não recebeu qualquer tipo de resposta. Desde que cada rei hauçá teve de, sozinho, enfrentar os inimigos **fulani** — cujo Exército ainda recebia auxílio de Sokoto e Gwandu — nenhum deles teve muita chance. E mais, enquanto os reis hauçás não podiam contar uns com os outros, também não podiam contar com uma geral cooperação. Muitos deles tinham-se alienado à realidade, pela imposição de impostos extorsivos e regras arbitrárias de seus reis. Desta forma, olhavam para Usuman, que condenava tais coisas, como a um libertador. A última, e por certo a mais importante das razões, foi o fanatismo e determinação com os quais Usuman conseguiu arrebanhar seguidores, ao lado da competência de Abdullahi e Bello no campo de batalha. É interessante notar que os **fulani** falharam em conquistar Bornu, onde encontraram um líder na pessoa de al-Kanami, que foi capaz de incutir uma dose de inspiração e liderança.

A segunda questão é: qual a real natureza e, também, as causas fundamentais da revolta? O que pode ser dito, agora, à luz de algumas evidências, é que foi um feixe complexo de fatores, onde se inserem os de ordem religiosa, bem como os sociais. A revolta, como a vimos, surgiu de uma disputa entre dan Fodio e os reis de Gobir. É absolutamente inquestionável que o principal objetivo de Usuman era a purificação e expansão do maometismo; a eliminação de todas as práticas não ortodoxas, e governos exercidos por reis tementes a Deus, seguindo os preceitos do islamismo, tudo o que, em fins do século 18, não era observado na Terra dos Hauçás. O muçulmanismo estava, então, em declínio. Administração e justiça faziam-se com corrupção. Os impostos eram sufocantes. Muitas das práticas não islâmicas eram exaltadas, tanto entre os da corte, quanto entre os do povo. Diversas áreas da Hauçalândia, como aquelas que ficaram conhecidas mais tarde como Bauchi e Adamawa, eram ainda pagãs. Mais ainda, os generais de Usuman dan Fodio, seu irmão Abdullahi, seu filho Bello e muitos dos porta-bandeiras, todos dividiam o zelo de seu líder para com o islame e sua ação para impor a adoção de um governo muçulmano. Eram todos bem educados nas ciências islâmicas. De fato, alguns historiadores estão começando a chamar essa revolução, à semelhança daquela que se espalhou pela Europa ocidental em 1848, de a Revolução dos Intelectuais. A partir de todas essas considerações, é claro que a revolta teve um forte elemento religioso em si e pode ser assinalada como uma **jihãd**, na medida em que seu objetivo era a expansão do maometismo e o estabelecimento de governos islâmicos.

Seria errado olhar a revolta, apenas, como uma guerra santa, **jihãd**, ou puramente como um movimento religioso, por uma série de razões. A primeira é que a revolta — de certa forma, uma resposta às questões, tanto políticas, quanto raciais — se fez com a gradual infiltração dos **fulani**, especialmente dos **fulani gidãda**, através do Sudão ocidental. O cerne do problema era: por quanto tempo esse povo bem educado, muçulmano fanático, economicamente bem posto, considerando-se racialmente superior, haveria de continuar numa posição de subordinação política?

É interessante assinalar que essa questão foi respondida, não somente na Hauçalândia, mas em todo o Sudão ocidental, com o surgimento de focos revoltosos **fulani**, iniciados com um primeiro em Futa Toro, em 1770, seguido pelo de Usuman, em 1804, na Terra dos Hauçás; o de Ahmadu Lobbo, em Massina, em 1810; o de al-hajj

Umar, em 1840, e o de Samori Toure, em 1870. Como assinalou um moderno estudante dos movimentos de Usuman, alguns dos ricos **fulanin gidda**, na Terra dos Hauçá, tinham, no último decêndio do século 18, não apenas tornado-se insatisfeitos como os governos hauçás, mas começaram a tornar evidentes seus desejos e ambições políticas não apenas num sentido limitado. Um segundo, e ainda mais significativo, motivo é o fato de a liderança da revolta de Usuman estar concentrada, apenas, em mãos dos **fulani**. Em verdade, dos 14 porta-bandeiras, apenas um não era **fulani**. E mais, com exceção de dois, todos os demais eram, de fato, como recentemente assinalou uma autoridade na matéria: "primeiramente representantes dos interesses dos **fulani gidda**, e, apenas dois escolhidos pelo próprio eram enviados, de forma significativa, para áreas onde "por falta de uma considerável comunidade muçulmana Fulani, Usuman não poderia esperar que dali surgisse qualquer liderança espontânea. Terceiro, a forte estrutura central do Exército de Usuman era formada de **bororoje**, posto que eles também lamentavam-se, especialmente, face ao tributo sobre o gado ou **jangali**, de tal forma que muitos deles juntaram-se a Usuman, também por uma percepção de uma ameaça geral a todos os **fulani**. É verdade que muitos **fulani** permaneceram ao lado de reis hauçás enquanto outros tantos hauçás e tuaregues também lutaram ao lado de Usuman, posto que a liderança encontrava-se concentrada em mãos dos **fulani**, e que Usuman e Bello haviam procurado entre os **fulani gidda**, noutros estados para obter liderança. E mais, os **bororoje** formaram o núcleo central do Exército. Por tudo isto, a revolta pode ser também chamada, de certa forma, a rebelião nacional dos **fulani**.

Finalmente, como já vimos, sem o suporte dos agricultores hauçás, os **talakawainj**, e os nômades **fulani**, a revolta não teria logrado sucesso tão imediato. Mas estes milhares de seres eram atraídos para Degel não apenas por causa da personalidade magnética de Usuman, nem de seu zelo reformista, mas porque eles tinham suas próprias queixas por impostos exorbitantes, prisões arbitrárias, injustiças porque passavam nas mãos de reis hauçás, os quais Usuman condenava tão enfaticamente. Se é errado considerar-se esta apenas uma rebelião de camponeses, ou dos pisoteados hauçás e dos escorchados nômades **fulani** contra os aristocratas hauçás, é verdadeiro dizer-se que o movimento teve bases genuinamente populares, pelo menos no início, e pode ser considerado, em sua essência, como um movimento social.

A revolta de Usuman dan Fodio, então, teve elementos nacionalistas, religiosos e também sociais. Não nos devemos surpreender com isto, posto que houve uma interação de todos estes elementos, fazendo surgir a revolta e assegurando o seu sucesso.

Tão complexa revolta, é desnecessário dizer-se, teve conseqüências de longo alcance e duradouras. Politicamente, como vimos, levou ao fim muitas antigas dinastias hauçás e ao estabelecimento de um único império **fulani**, desde o Níger até Benue, dividido em emirados, cujos emires eram todos **fulani**. O norte da Nigéria surgiu quase simultaneamente com o aparecimento dos porta-bandeiras de Usuman. O sultão de Sokoto, que era tanto o líder político, quanto religioso da região, descendia diretamente de Usuman dan Fodio, e os emires também eram descendentes dos porta-bandeiras —

uma clara evidência do trabalho duradouro imposto por Usuman e seus seguidores, no campo político.

*A segunda consequência foi econômica. O estabelecimento de um sistema uniforme de governo, em lugar de muitos a competir, representou uma considerável eliminação de guerras mortais que caracterizaram a história dos hauçás no século 18. A paz e a ordem passaram a reinar em praticamente todo o Império Fulani, especialmente entre 1820 e 1850, tendo sido estimuladas as atividades, tanto comerciais quanto industriais, como é percebido através dos registros de exploradores europeus, que visitaram a Terra dos Hauçás durante aquele período. Tais exploradores — Clapperton, Denham e Barth — ficaram particularmente impressionados pelas atividades comerciais e industriais que se desenvolveram em Kano que, em torno de 1820, já havia adquirido sua antiga expressão como centro produtor da Hauçalândia, bem como se constituía no principal entreposto para o comércio com o Gana de hoje, o Daomé (NT: República de Benin) e Kano, na Nigéria oriental. Segue-se a descrição feita por Barth, relativamente a Kano: " O principal comércio de Kano consiste em produtos nativos tais como fios de algodão, que vinham a ser tingidos em outras cidades. A grande vantagem de Kano era que o comércio e a manufatura ia de mão em mão, e praticamente todas as famílias dele participavam. Há algo de verdadeiramente grande em tal tipo de indústria, que se espalhava para o norte em ponto tão distante quanto Marzuk, Ghat e também Trípoli; para o oeste, não apenas visando Tombuctu, mas, de alguma forma, as praias do Atlântico, onde muitos habitantes de Arguim vestiam roupas com fios e tinturas de Kano; no leste, por toda a Bornu... e no sul mantinha competição com indústrias locais de Igbira e Igbô, seguindo na direção sudeste, abastecendo toda Adamawa. Os artigos mais importantes da indústria nativa, ao lado da vestimenta — que tinha um largo mercado — eram principalmente as sandálias... curtidas em couro de cabra, coloridas com uma tintura extraída do talo de um vegetal". Outras cidades que se beneficiaram da paz **fulani** foram Zaria, no emirado do mesmo nome; Yola, em Adamawa, Kulfi e Egga em Nupê.*

Em terceiro lugar, a revolução fez reviver a divulgação do islã, ao mesmo tempo em que deu grande estímulo para a educação e o ensino na Terra dos Hauçás. Regiões como Bauchi e Adamawa foram convertidas pela primeira vez. Ainda mais, a primeira geração de emires, liderada por Bello, era de religiosos sinceros, que buscavam o estabelecimento de instituições jurídicas, políticas e sociais islâmicas. Mais que tudo, Usuman, Abdullahi e Bello foram grandes mestres islâmicos e, mesmo, escreveram um grande número de livros, especialmente com roteiros para os seus servidores civis. Sua obra literária deu um toque de verdadeira renascença na Hauçalândia. Se hoje o islã é uma força reconhecível na Nigéria — bem como nos países sudânicos do Senegal, Mali, Níger e Guiné — isto ocorreu por causa dos movimentos islâmicos revolucionários, de fins do século 18 e todo o seguinte, além da ação de Usuman dan Fodio, em particular.

Seção 2

*Estados da Floresta
e Costa da Guiné*

9 Os Estados da Bacia do Volta

A primeira seção deste livro ocupou-se dos estados que nasceram no cinturão da savana, que se alonga desde as embocaduras dos rios Gâmbia e Senegal, até o Nilo. O processo de formação de estados, entretanto, ocorria não apenas no cinturão sudânico, mas também na densa floresta e nas regiões ao sul da costa. Nesta seção, pretendo trabalhar com a história de alguns que emergiram nos locais onde se situam os países atualmente conhecidos como Alto Volta (NT: Burkina Fasso), Gana (antes Costa do Ouro), Daomé (NT: Benin) e a parte ao sul da Nigéria.

É verossímil, a partir de tradições orais, bem como de algumas evidências documentárias, como as que temos, que os estados Mole-Dagbani, de Mamprussi, Dagomba e Gonja, além de Mossi, Yatenga e Wagadugu estavam entre os primeiros reinos a surgir no território ocupado pelo atual Gana. Todas estas unidades poderiam ser encontradas no território demarcado, no norte, pelo rio Níger; ao sul, pelo rio Volta, que é a região imediatamente ao sul dos impérios de Ghana, Mali e Songhai. Sobra a dúvida: quando surgiram e quem foram seus fundadores?

Como eram governadas, e o que lhes aconteceu no passar dos séculos?

*Pelos fatos à disposição, impõe-se admitir são poucos, o norte de Gana e Alto Volta teriam sido habitados por povos tais como os **vagala**, **sisala**, **dagaarti**, **tampolensi** e **guan**, na direção oeste do rio Volta Branco, e, a leste de Komkomba, os **koma**, **nafeba**, **gbimba** e **chamba**. Todos esses povos, com exceção dos **guan**, pertenceram não apenas ao mesmo grupo lingüístico, chamado **gur** pelos lingüistas, mas também à mesma cultura e civilização. Em primeiro lugar, muitos deles eram acéfalos, ou seja, não possuíam qualquer organização política ou governo, por mais rudimentar que fosse. Todas as terras ocupadas pelos que falavam **gur** estavam divididas em áreas bem definidas e demarcadas, chamadas de **tengani**, que ainda existem. À testa de cada uma **tengani** estava um **tengdana**. Era, geralmente, o chefe da família original ou rei de um pequeno grupo, mas não agia como um líder político, sim como um chefe religioso, que servia como mediador entre a Terra, que pensavam ser um deus, e o povo da área. Como os **akan**, estes povos também acreditavam numa divindade suprema, chamada **Weni**, em Dagarti, bem como em práticas ocultistas ou mágicas. O feiticismo, ou animismo, era comum entre eles.*

No que concerne ao comércio, como essas regiões estavam nas rotas partindo de Asante — a terra do ouro e das castanhas de cola; da Costa do Marfim; dos lugares onde estiveram, outrora, Ghana, Mali e Songhai, bem como os estados hauçás — eles vieram a se tornar a chave da vida econômica, tanto das regiões da floresta, como do Sudão ocidental. Já na metade do século 15, encontra-se, numa crônica de Kano, uma referência que documenta mercadores chegando a Kano com nozes de cola, de Gonja, na área dos rios Negro e Branco Volta. E mais, um historiador sugeriu, recentemente, que Buipe foi o principal centro para este tipo de comércio. Desde que o negócio das

caravanas desenvolveu-se muito mais cedo nas regiões da curva do Nilo do que na Terra dos Hauçás, não é fora da realidade supor que a troca, a partir dos caminhos ocidentais do Volta, deve ter-se iniciado provavelmente nos séculos 12 ou 13. As operações comerciais, então, estavam nas mãos de Mande Dyula ou dos Wangara, como eram chamados pelos **akan**. Em torno ao século 14, os **wangara** já haviam formado os centros comerciais de Wa, Buna e Bole, todos ao longo da rota ocidental, bem como Begho que estava situada justamente ao sul do rio Negro Volta e não longe do local de onde o País Bono-Manso estava a nascer. Os **mande dyula** ou **wangara** foram influenciados pelos **sonike** de Ghana e converteram-se ao muçulmanismo. Eles trouxeram consigo, muito adiante, para Gana, não apenas mercadorias tais como sal e têxteis, mas também o islamismo.

Os primeiros grupos a surgirem com características de estados nessa região teriam sido Mossi, Mamprussi, Dagomba e Gonja. Como muitos povos africanos, os aristocratas que mandavam nesses reinos mantinham tradicionais laços com suas origens, tornando-se claro, a partir deste fato, bem como por evidências lingüísticas, que eram invasores e que encontraram povos autóctones prontos para serem dominados. De acordo com tais tradições, os mandantes de Mossi, Mamprussi e Dagomba eram todos do mesmo grupo e vieram juntos para Zamfara que, como pode ser novamente chamada, era um dos estados hauçás, um hauçá **banza-bokwoi**. Eles são apontados como tendo sido os primeiros a se instalarem no Mali, por algum tempo e, então, sob um chefe chamado Tohajiye, o **Caçador Vermelho**, ter-se-iam movido para Gambaga ou Nalerigu onde fundaram o Reino de Mamprussi. De Gãmbaga alguns membros das classes dominantes moveram-se em direção ao norte para fundar os reinos de Yatenga e Wagadogu. Outros fundaram Dagomba. Como tem ocorrido, o substrato dessa lenda é verdadeiro. Assim, em primeiro lugar, as marcas tribais dos **dagomba** dizem-se idênticas às dos povos Zamfara, e os dois povos referem-se um ao outro como companheiros — do mesmo modo que os **asante** e os **nzima**, do Gana de hoje. Em segundo lugar, os reis de Dagomba e Mossi, mesmo de hoje, olham para Gambaga como sua terra espiritual e podem, mesmo, apelar para o **na** de Mamprussi, em casos de disputa sucessória.

Os governantes de Gonja, de outra parte, têm uma tradição diferente quanto à sua origem. Sustentam que se originaram da facção de guerreiros **mande** que invadiram o norte de Ghana, partindo do Império Songhai, sob o comando de seu líder Ndwura Jakpa. Ainda que pequeno numericamente, o grupo foi capaz de estabelecer o Reino de Gonja, tendo Yagbum como a capital e Buipe como seu mais importante centro comercial. Também, freqüentemente, é possível encontrar-se a ocorrência de palavras da língua **mande**, entre os **gonja**, bem como a prevalência de nomes do clã **mande** e marcas tribais entre os **gonja**, além de similaridade entre os **gonja** e **mande** no tocante às regras de sucessão real e heranças.

Quando foram fundados esses reinos? Esta questão tem sido respondida de forma diversa, por variados historiadores. Alguns dizem que Mamprussi, Mossi e Dagomba foram fundados no século 11, outros têm mencionado o fim do século 12; a segunda metade do século 13, os séculos 15 ou 16. De acordo com *Tarikh as-Sudan* e *Tarikh al-Fattash*, ambos escritos em Tombuctu, os **mossi** incursionaram pela bacia do Níger em épocas tão remotas como o fim do século 13, e, novamente, em 1340 e 1430.

*Se essas referências estão corretas então os três estados começaram a surgir durante a última metade do século 12, ou a primeira metade do século 13. Alguns historiadores, entretanto, são de opinião que, embora tais movimentos tenham ocorrido, e ainda que, da mesma direção, as incursões não devem, necessariamente, ter partido dos **mossi**. Os historiadores de Tombuctu devem ter atribuído aos **mossi** essas penetrações, considerando os derradeiros ataques ocorridos no século 15, pelos quais eram, sem dúvidas, responsáveis. De acordo com aqueles historiadores os povos **mole-dagbane** não surgirão e expandir-se-ão, senão durante a segunda metade do século 15. Dagomba conseguiu estender-se, pela ação de um de seus governantes, Nyagse (1476 a 1492), através do rio Branco Volta, até incluir o importante centro produtor de sal, Daboya, e o centro comercial Buipe. Os **mossi** também começaram a estender sua força em direção norte, durante o fim da segunda metade do século 15, fazendo surgir, como pode-se depreender dos **tarikhs** (cronistas) de Tombuctu, constantes choques com os governantes do Mali e Songhai. Seja qual for a data de sua fundação, é verossímil que, no início do século 16, esses três estados se encontravam estabelecidos e fossem poderosos. Os gêmeos **mossi**, de Yatenga e Wagadugu eram, então, utilizados como escudo protetor contra Mali e Songhai, e Dagomba dominava as bacias dos rios Negro e Branco Volta, tendo Yendi Dabari, a poucas milhas ao leste das margens do Branco Volta, como a capital.*

*A data da fundação de Gonja é, igualmente, desconhecida. Aceitando contos tradicionais como verdadeiros, alguns historiadores, como Ward, demarcaram o século 17 como a data de fundação de Gonja. Mas há quase certeza — e é confirmado pela relação de reis — de que o processo de fundação de Gonja iniciou-se durante a segunda metade do século 16, e que o rei Ndewura Jakpa, da tradição oral, é, pois, Lata, que não ascendeu ao trono antes de 1623. Reinou, sim, por um longo período de 43 anos, durante o qual consolidou as conquistas de seus predecessores e tornou-se maior. Por exemplo, empurrou os **dagomba** através do Branco Volta e pressionou-os nas regiões orientais onde, se dizia, fundaram Salaga. Os governantes dos **dagomba** sentiram-se tão molestados que abandonaram sua capital e fundaram uma nova, a moderna Yendi, mais para o leste. Jakpa também invadiu a região de Bono, ao sul do Negro Volta, em torno de 1639.*

*Como estavam organizados esses reinos? Embora tenham sido fundados em períodos diferentes, Gonja, Mamprussi e Dagomba, os **mossi** organizavam-se segundo as mesmas linhas. Os vencedores deixavam as instituições sociais e religiosas dos vencidos intactas. A divisão da terra em **tengani** era mantida, tanto quanto possível, e os povos submissos continuavam a ocupar postos importantes na **tengdana** e a exercitar regras políticas. No Goja, por exemplo, eram tais padres e chefes locais os que investiam todos os chefes divisionais, exceto o **kpembewura**. O Gonja ter-se-ia dividido em nove distritos e o Dagomba em quatorze. O Reino de Dagomba foi governado por **na**, com a assistência de um Conselho Judicial de Velhos e um Conselho de Estado, composto por chefes divisionais e anciões. Em Dagomba esses reuniam-se mediante convocação, apenas para debate de importantes matérias, como, por exemplo, uma declaração de guerra. Nesse reino, a sucessão dava-se de forma matrilinear, fazendo com que todos os subchefes fossem apontados pelo **na** ou por*

chefes divisionais, enquanto no reinado de **na** Zangina (1714), o próprio **na** era eleito por um comitê de quatro, escolhido entre três dos chefes divisionais, chamados **miong**, **savelugu** e **karaga**.

Já o governo dos reinos Mossi era muito mais organizado. O **naba** exercia rígido controle sobre as divisões. Ele era assistido por ministros de estado, que possuíam escritórios ou governadorias. As atividades de todos os estrangeiros, como os comerciantes **dyula**, os artesões hauçás e os pastores **fulani** eram seguidas, bem de perto, por um ministro de Estado, o **yar-naba**, que era o chefe dos **yarse** — o grupo de imigrantes muçulmanos **mande** de comerciantes. Mossi também tinha uma categoria de guerreiros responsáveis tanto pela defesa, quanto por guerras de conquista. A estrutura política de Mossi era, por certo, muito mais próxima à de Songhai do que à de Mamprussi, Dagomba e Gonja.

Culturalmente, também, os estados **mole-dagbani** eram marcadamente diferentes dos **mossi** de Yatenga e Wagadugu. Antes do século 18, o islã havia se tornando a religião da corte nos antigos estados e tinha, decididamente, influenciado e moldado suas instituições legais e sociais. Até então, Mamprussi, Gonja e Dagomba mostraram, como Wilks recentemente situou, forte influência islâmica; sobrepuseram-se ao sistema tradicional, como, por exemplo, "na existência de **imamates** e outros cargos maometanos; no uso do calendário islâmico e na observância da maioria dos festivais islamitas; na adoção da moda dos nomes muçulmanos; do rito da circuncisão; do funeral; bem como da presença de **malikits** na legislação. Ainda mais, em quase todos os estados, os **imanes** e **malams** desempenhavam um importante papel na instalação de novos reinos. Porém o islã não significou muito em impacto e importância, dentre os **mossi**, senão após a segunda metade do século 18. Antes disto, fora essencialmente a religião dos **yarse**.

Comercialmente, tais estados, mesmo em fins do século 17, ainda desempenhavam importante papel nos negócios entre a Terra dos Hauçás e a curva do Níger, em direção ao norte, e os da floresta, para o sul. O Gonja controlava o comércio da direção norte-leste como as regiões do alto Níger, enquanto Dagomba dominava-o associado aos hauçás e o nordeste. Tais regiões também se constituíam em fontes de suprimento de escravos para a costa. Foi, principalmente, a vitalidade comercial que salvou o Mossi da conquista pelo Achanti, já que os demais foram todos dominados por esse nascente grupo.

10 Os Antigos Estados Akan

*Enquanto os estados da área do Volta, de Mamprussi, Dagomba, Mossi e Gonja emergiam nas regiões entre o Níger e o Volta, desdobramentos semelhantes aconteciam nas regiões entre o Volta e a bacia do Pra, e os tributários de Ofin, Oda e Birim, onde os estados de Bono-Tekyiman, Banda, Twifo, Adansi, Denkyira, Fante Akyem, Akwamu e Asante surgiram. Diferentemente dos estados do Volta, os governantes e os governados formaram um único grupo étnico, chamado de **akan**, falando a língua **twi**. Atualmente, eles compõem cerca de 50% da população de Gana. Quem são, pois, os **akan**, e de onde sua população emergiu?*

*Os historiadores ainda discutem sobre suas origens. É, geralmente, aceita a tese segundo a qual seus ancestrais teriam vindo de terras que se situam entre as atuais fronteiras de Gana e Costa do Marfim, na bacia do rio Volta Negro. Ou, ainda, se originaram nos antigos impérios de Ghana, Líbia, Egito, Abissínia, ou nas bacias de Benue ou Chade. A dúvida persiste. Há base para asseverar-se que, por pressões políticas ou expansão populacional, eles passaram a migrar para a região da floresta. E, segundo alguns estudiosos, o fizeram muito tempo antes do suposto; cerca de, pelo menos, 2.000 anos. Eles teriam evitado as partes ao norte da floresta, marchando para a confluência dos rios Pra e Ofin. Nessa área, absorveram os povos preexistentes, multiplicaram-se e desenvolveram sua própria língua, o **twi**, e suas instituições, como as divisões de clãs nos sistemas patrilinear e matrilinear, além do calendário de sete dias. Foi também nesse território que se formaram os estados Twifo, Adansi e Denkyira. A partir daí, grupos dentre si começaram a movimentar-se em direção ao sul e norte, o que ensejou o surgimento de Kwaaman, Tafo, Amakom, Kwawu e, mais tarde, o Império Asante, no norte. Ao sul, Fante, Akwamu e Akyem.*

*A partir de tradições locais, tudo indica que as planícies de Afram e a região da floresta eram já habitadas por povos representados, hoje, pelos **late**, **anum**, **kyerepong**, **boso**, **asebu** e **awutu**. Eles falam a língua **guan**, que é semelhante ao **twi**, e é a língua falada pelos **gonja** atualmente. Os **guan** dizem que, antes da chegada dos **akan**, haviam estabelecido um poderoso império, estendendo-se do Gonja, através do Volta, até os distritos da costa. Se a pretensão dos **gonja** é correta, os **akan** absorveram alguns deles e expulsaram outros nas direções sudeste e nordeste, posto que, agora, concentram-se nas partes ocidentais de Gana, especialmente na bacia do rio Volta. Teria sido sobre as ruínas do Império Guan, governado por seus **ataalas**, que os **akan** fundaram seus estados e reinos?*

*Para responder a esta questão, devemos dar uma olhada na organização dos **akan** que, como já vimos, desenvolveram-se na região do Pra e do Ofin. Eles*

organizavam-se, tanto matrilinearmente, quanto patrilinearmente e, em cada caso, possuíam oito grupos ou clãs. Os oito clãs matrilineares, ou **abusua**, e suas metades ou esposas, são: **ekona** e **asokore**; **asona** e **dwum**; **aduanya** e **atwea** e **aberade**; **oyoko** (**anonia** e **fante**) e **dako**, **bretuo** e **tena**; **agona** e **toa**; **asakyiri** e **amoakaade**, **asenee** e **adonten**.

Os subgrupos patrilineares ou **akra** são: **busumuru**, **bosompra**, **bosommram**, **bosomtwe**, **poakwa**, **nkatia**, **afam** e **abankwaade**. Todo o **akan** pertencia ou a um grupo patrilinear ou matrilinear, herdando ou da mãe ou do pai. Não apenas mesmos clãs podem ser encontrados entre si — tais como os **twifu**, os **fante**, os **akyem**, os **asante**, os **kwahu**, os **assin**, os **wassa**, os **denkyira**, onde quer que estejam —, mas, o que é mais interessante, membros do mesmo clã consideravam-se como irmãos e irmãs, não importando onde tenham nascido, não podendo, assim, casar-se entre eles. Ainda, como seguem o sistema matrilinear de sucessão, adquirindo não apenas o espólio em geral, mas, dentro dele, em especial, o trono (repositório da alma dos ancestrais), os grupos matrilineares tornaram-se mais importantes e mais próximos entre si do que os seguidores do sistema patrilinear.

Quando os **akan** começaram a se dispersar, a partir de Adansi e Amansie, teriam se movimentado em grupos integrados por diferentes clãs, sob a liderança de uma família pertencente a um dos clãs, e fundaram vilas, algumas que rapidamente tornaram-se cidades. É crível, mesmo, que os estados **akan** que emergiram foram o resultado de uma família ou seção de um desses clãs, enriquecida pelas suas atividades comerciais ou agrícolas, impondo suas regras em vilas ou cidades preexistentes, retirando o poder aos antigos residentes. Denkyira foi, por exemplo, fundado por uma seção do clã **agona**; Adansi foi originalmente estabelecido pelos **asona**, mas é governado, hoje em dia, pelos **ekoona**; Akwamu e Kumawu foram organizadas pelos **aduanya** ou **aberade**; Akyem Abuakwa e Mankessim, pelos **asona**; Mampong e Kwahu Abene, pelos **bretuo**; e Dwaben, Kokofo, Nsuta, Bekwai e Kumasi, por seções do clã **oyoko**. A união dos estados **oyoko** sob Kumasi, como veremos adiante, parcialmente constitui-se em base da formação do Império Asante.

De acordo com as tradições orais, a primeira nação **akan** a surgir foi o Bono-Tekyiman, fundado, acredita-se, pelos clãs **aduanya** ou **anona**. É significativo que tenha surgido praticamente ao fim da rota de negócios das regiões de Jenne e Níger, e o motivo deve ter sido o controle de lucrativo comércio ali existente. Calculando pelo número de reis que ocuparam o trono de Bono, a Sra. Meyerowitz chegou à conclusão de que a data de fundação do estado seria 1295. Alguns historiadores são, contudo, ambíguos e inclinam-se por situar o surgimento de Bono na primeira metade do século 15, período no qual os estados Mole-Dagbane começavam a emergir. O crescimento de Bono diz-se ter sido grandemente acelerado pela descoberta de minas de ouro durante o reinado de Kumfi Amwyaw I, segundo conta a tradição oral.

Na Kumfi Amwyaw consta ter sido sucedido por **nana** Obunumankoma que reinou por 68 anos. Ele é retratado como um governante iluminado e capaz, que não apenas estendeu a força e a influência de Bono, como também trouxe ourives e tecelões do norte para Bono-Manso; introduziu pó de ouro como moeda estabeleceu os agora famosos pesos de ouro **asanta** e criou o **Sanaa** ou Ministério das Finanças (ou

do Tesouro). Seus sucessores também se mostraram bons governantes. Pela metade do século 16 Bono encontrava-se no clímax de sua força e glória. Foi seguramente um dos mais conhecidos reinos do interior, sendo daqueles que figuraram num mapa holandês de 1629. Todavia os ataques dos **gonja**, que se tornaram mais intensos durante a segunda metade do século 16 e através do século seguinte, enfraqueceram sobremodo Bono que, em 1723, acabou sendo conquistado pelos **asante** e reduzido à condição de unidade vassala de Tekyiman.

Na região da floresta, Twifo aparece, em depoimentos orais, como tendo sido o primeiro dos estados **akan** a cristalizar-se como uma entidade política, sob a hegemonia de Aduana. É sabido que a rota de comércio entre Bono e Begho postava-se longe, ao sul, passando entre Ankobea e os rios Ofin, e um ramo direcionado para sudoeste, passando pela atual região de Kumasi; bem como para o sul, para encontrar o primeiro ramo na área ao sul da confluência dos rios Pra e do Ofin; e é significativo que, precisamente nessa região, rica em ouro, é que Twifo, Adansi e, após, Denkyira surgiram. Embora não seja conhecido quando nasceram, sabe-se que os portugueses pensaram em estabelecer comércio com os Accanny em 1517 e que, em 1520, enviaram presentes para os reis de Accanny e Abermu, e, ainda em torno a 1525, o ato de presentear já é referido como um hábito. É difícil dizer se o Reino de Accanny, nesse período, era Twifu, Adansi ou Assin. Mas, seja como for, pode-se crer, pela tradição oral, e por registros dos portugueses, que o surgimento do primeiro dos países **akan**, na região da floresta, ocorrera muito antes, possivelmente ao mesmo tempo que Bono ou um pouco antes, isto é, durante a primeira metade do século 15. Após a morte do quinto rei de Twifo, uma disputa sucessória irrompeu, o que levou a um seccionamento da família real, com uma migração, liderada por Otomfo Asare que, como veremos a seguir, logo após, fundou a Nação Akwamu. O êxodo de parte da casa real deixou Twifo consideravelmente enfraquecida, tendo sido conquistada e anexada por Denkyira ao findar do século 17.

A partir de registros tradicionais, Twifo fora sucedido por Adansi, que teria sido fundado por uma linhagem do clã Asona. É evidente — a partir da tradição oral, também de fontes holandesas e pelas narrativas de Bosman, que esteve na costa oeste, tanto em 1670, quanto em 1680 — que Adansi (chamada Anansi por Bosman) foi a nação mais proeminente na área durante a primeira metade do século 17. Na segunda metade desse mesmo século, Adansi perdeu sua liderança para o país conhecido, segundo fontes européias, como Arcanes ou Accanes, mas que, naquele período de tempo, era, seguramente, Assin, mas não Adansi. Em torno de 1660, Assin estendeu seus caminhos para o longínquo sul, atingindo regiões costeiras ocupadas pelos **etsii** e **abrambo** (ou **abakrampa**), e estabeleceu um monopólio sobre o comércio entre o interior, os povos da costa e os europeus. Existe uma descrição do papel comercial desempenhado pelos **assin**, feita pelo agente holandês Valckenburgh: " Os **accanistas** são da nação mais esperta dentre todas as lindeiras à Costa do Ouro, ocupando um distrito que pode ser visitado em três ou quatro dias, a partir da costa. Dentre esse povo há os que, faz muito tempo, incorporaram-se ao comércio costal, entre o castelo da Mina e lugares tão distantes como Cormantyn, e foram capazes de afastar seus vizinhos do caminho, de forma que o comércio dá-se apenas com eles e ninguém mais, tanto no Mina, Cabo Cors, Congh, Moure, Annemabo, Achim ou

Cormantyn, aonde **het, met hun niest en beter is omte gaem** (é sábio estar-se do lado certo).

Dessas mesmas fontes sabe-se como certo que Denkyira — fundada por um clã familiar Agona, ao mesmo tempo que Adansi, e até então dominada por Adansi e, depois, por Assin — iniciou a ganhar força durante a segunda metade do século 17. Nas últimas duas décadas dessa centúria, durante o reinado de Boa Amponsem (1670-90) e Ntim Gyakari (1690-1701), eles conseguiram atingir a liderança. Ao findar o século, Denkyira havia conquistado Aowin, Sefwi e Wassa, na direção sudeste; Assin, Twifo, Abramo e Fetu, na direção sul; Adansi e todos os estados pré-Asante, na direção norte; e adquiriu o direito de posse sobre o castelo Elmina (NT: Forte São Jorge da Mina). Os reis de Denkyira estimularam o comércio e estabeleceram firmes contatos com os europeus na costa. Em 1694, por exemplo, representantes de três companhias européias, os brandenburgos, os holandeses e os ingleses chegaram à capital Denkyira (conhecida como Abankesiesu, na tradição oral) para ver o rei.

Em 1700, como emerge dos escritos de Bosman, Denkyira tornara-se um poderoso e rico império, dominando por inteiro as bacias dos rios Ofin, Oda e Pra. Bosman deixou-nos uma descrição de Denkyira no derradeiro decênio do século 17. Dizia: " Esse País, antes restrito a um pequeno espaço de terra, ocupado por inexpressivo número de habitantes, é, por seu valor, respeitado e honrado por todas os estados vizinhos, que o temem, exceto os povos **ashanti** e **akim**, ambos mais poderosos". Não obstante, como outros estados que antes existiram, também ele ruiu, pouco após 1700, quando foi batido por forças conjuntas de estados **oyoko**, do norte. As circunstâncias que levaram a essa guerra, e seus efeitos, integram o surgimento do Império Asante do qual nos ocuparemos a seguir.

11 Surgem os Estados da Costa

*Vimos, no último capítulo desta seção, que os **akan** moveram-se das regiões norte e sul para a costa, desde seu berço na bacia dos rios Pra e Ofin. Neste e nos próximos capítulos, iremos explorar o que aconteceu com alguns dentre os que se moveram para o sul e que são, hoje, conhecidos como **fante**, **akyem**, **kwahu** e **akwamu**.*

*É claro, face à tradição oral, que os **akan**, ao continuarem sua migração na direção sul, encontraram, em distritos costais, povos que diferiam deles lingüística e culturalmente. Tais povos, na costa, eram divididos em dois grupos principais: os **guan**, para oeste e os **gã-adangbe-ewe** para leste. O primeiro grupo — o **guan** — era formado pelos **etsii**, os **asebu**, os **afutu**, os **senya breku** e os **kyerepon**. O segundo grupo consistia dos **gã**, **adangbe**, **shai**, **krobo** e **ewe**. De acordo com a Senhora Meyerowitz, os **etsii** fundaram Egya e Mowure, próximo de Cape Coast, quando os **fante** chegaram. Para leste deles estavam os **asebu** que, mais tarde, conquistaram as terras dos **etsii** e os empurraram para o interior, onde se encontram, hoje, os **assin-attandaso** e o **assin-apemanim**. Após os **asebu**, vieram os **afutu**, que fundaram parte de Elmina, e os **amanforo** que, adiante, tornaram-se parte de Cape Coast. Eles também fundaram Simpa ou Winneba. É interessante notar que essas tradições orais são, em grande parte, confirmadas por apontamentos dos portugueses, registrados entre 1480 e 1520. Por exemplo, numa carta ao rei Manoel, escrita por Diogo Alvarenga, governador do castelo de Elmina, datada de agosto de 1503, menção é feita a um "**xeryfe**" (obviamente **asirifi**) que era o rei de Afutu (ou seja Fetu). Um outro governador do Elmina, Pacheco Pereira, também descreve, dois anos mais tarde, o País de Axim; o território de Anta (Anhanta); uma cidade chamada Sama (Shama) no Reino de Jabi; a **vila de Torto** (ou seja, **Aldea de Torto**, o nome português para a cidade chamada Akitaki pelos **aguafo** e Kommenda pelos holandeses); **Cabo Corso**; **Sabuu Pequeno** (Asebu); **Fante o Grande** e **Fante o Pequeno**. (NT: as palavras grifadas, com exceção de **aguafo**, estão como no original).*

*Para o extremo leste donde viviam esses grupos, na área onde se situam hoje Acra, Labadi a Nungua, estavam os povos que falavam o **gã-adangbe**. Atravessando o rio Volta, viviam os **ewe**. Todos esses povos dizem haver imigrado para Gana a partir do leste. Na sua chegada em Gana, os **ewe** estabeleceram-se na margem leste do rio Volta; os **adangbe**, na margem oeste e os **gã** mais para o oeste. O entendimento desses povos, de que teriam vindo do leste, parece ter apoio em evidências lingüísticas. As línguas **gã** e **ewe** são seguramente mais próximas do **fon** e do iorubá, falados no Daomé e na Nigéria, do que o **twi** e o **fante**. Uma vez que esses povos desenvolveram sua língua até a forma como ainda falam, nas regiões em que, também, ainda vivem, torna-se verossímil que eles não ingressaram nessas regiões nas cercanias dos*

séculos 14 e 15, como afirmam alguns historiadores, mas, como os **akan**, em período mais remoto. Sabe-se, por fontes portuguesas, que, em torno ao século 15, os **gã** estabeleceram um poderoso reino, tendo como capital Ayase (ou Grande Acra, chamada pelos europeus) a apenas 18 quilômetros do mar, governada, em conjunto, por um rei e feiticeiros. No início do século 17, o Reino Gã havia se tornando muito poderoso, nas regiões sudeste de Gana, e havia estabelecido um firme controle sobre o comércio entre o interior e a costa. Os Adangbe também anexaram o Reino de Ladoku, que se estendia de Tema até a foz do rio Volta, representando uma considerável distância em terra.

Qual dos **akan** primeiro fez contato com esses povos e quais foram os resultados obtidos? No oeste, foi o segmento dos **akan** hoje conhecido como **fante**, enquanto que no leste foram os atuais **akwamu** e **akyem**. A partir da tradição oral, bem como de fontes portuguesas e holandesas, pode-se acreditar que os **fante**, após haverem deixado a confluência do Pra e do Ofim, sob a liderança de três velhos feiticeiros — Obunumankoma, Odapagyan e Osono — chegaram às áreas da costa, na região de Mankessim. Aí, esses líderes morreram, e o local de seu sepultamento é mantido, até nossos dias, como um sacrário — o famoso **Nanamon Mpow** ou **Bora Bora Weigan**, como os registros europeus assinalam. Os **fante** ter-se-iam movido para a costa em seis grupos: **eguafu**, **mankessim** (ou **kurentsi aman**), **abora**, **anyam**, **ekmufi** e **nkusukum**. O primeiro ramo teria marchado além leste para fundar Aguafu, enquanto os restantes, outros cinco, se estabeleceram em Mankessim e redutos separados, mesmo que, mais tarde, voltassem a se juntar, formando outros dois, Gomoa e Adjumako. Registros dos holandeses tornam claro que os **fante** estavam, de fato, vivendo em partes isoladas de Mankessim e, ao menos, um deles é mencionado como **Inconfocum** ou **Occumsocum**, facilmente identificável como **Nkusukum**. Cada grupo mantinha-se sob as ordens de um rei ou **braffo**, enquanto todos aceitavam a soberania de um líder que é, freqüentemente, citado nos registros referentes ao início do século 17, como o Braffo ou o Fantyn.

Não é sabido quando os **fante** fundaram Mankessim. Sabe-se, isto sim, que chegaram à costa antes do fim do século 15, e que viviam em três pequenas vilas de pescadores na costa: Koromantin, Egyaa e Anomabu. Eles viveram na área de Mankessim até a metade do século 17. Mas, ao redor de 1660 e 1690, em parte por causa de pressões da população, em parte para apertar o controle sobre o crescente e lucrativo comércio entre os europeus e os povos do interior e, em parte, por causa de rivalidades — existem registros feitos pelos holandeses de guerras civis entre grupos dos **fantyn** ou **mankessim**, em janeiro e outubro de 1653, sendo que, numa guerra posterior, dois quartos foram destruídos e queimados até as cinzas — os diferentes grupos começaram a se afastar e formar seus reinos em regiões antes ocupadas pelo **etsii**. Assim, o povo do grupo **abura** partiu e fundou o atual Abura, na direção noroeste; os **ekumumfi** marcharam na direção sudeste e ocuparam as virtualmente desabitadas terras da costa, enquanto os **Nkusukum** ocuparam o território costal do sudoeste. Os últimos grupos a deixar Mankessim foram, provavelmente, os **ayanfo**, que fundaram os estados de Avan Abasa, Ayan Denkiyra, Ayan Maim e Esiam, nas áreas norte de Mankessim. E, ainda, Gomoa e Adjumako. Moveram-se, após, para leste e nordeste,

respectivamente.

Cada um deles considerava-se como independente, embora, na prática, aceitassem o **braffo** de Mankessim como seu supremo chefe. Entre 1700 e 1730, alarmados com o crescimento dos **asante** a noroeste, dos **akwamu** e **akyem** a nordeste e mais, ansiosos por apertar seu controle sobre o comércio com os povos do interior e, acima de tudo, com o suprimento de armas para essas regiões — os **fante**, sob a liderança de Apora, conquistaram Afutu, Asebu e Komenda, no oeste, e Agona no leste. Ao terminar o terceiro decênio do século 18, os **fante** haviam-se expandido do interior e ocupado, ou imposto seu controle sobre a costa, desde a foz do rio Pra, a oeste, até as fronteiras do Reino Gã, a leste.

Enquanto os estados Fante iniciavam seu despontar, no oeste, os estados Akwamu e Akyem começavam a se formar nas regiões a nordeste. Não resta dúvida de que os fundadores de Akwamu emigraram dos estados Twifo-Heman, mencionados em capítulo anterior. De acordo com evidências disponíveis, uma parte da família real de Twifo, liderada por Otomfo Asare, migrou de Twifo após uma disputa sucessória e fundou a atual cidade de Asamankese (**Asare-man-kese**, significando o Grande Estado de Asare), na bacia dos rios Birim e Densu. Essa tradição nasceu a partir do fato de que famílias reais, tanto de Twifo quando Akwamu, pertencem ao mesmo clã, o **aberade** ou **aduana**. Tal migração ocorrera durante a segunda metade do século 16. De acordo com o professor Ivor Wilks, face a convite dos **gã**, os **akwamu** migraram de Asamankese para Nyanoase, próximo do famoso mercado de ouro de Abonse. Dali, agindo como clientes dos **gã**, os **akwamu** iniciaram a estabelecer seu domínio sobre os **guan** e os **kyerepong**, residentes nas bacias do Densu e do Birim e, em seguida, adquiriram completo controle sobre as rotas que se dirigiam da costa para os distritos de Akyem e Kwahu.

Os **akwamu**, em primeiro lugar, reforçaram sua posição em Densu, Birim e nas regiões hoje conhecidas como de Nsawam, e prosperaram com pedágios e impostos que cobravam dos caixeiros que iam e vinham da costa. Contudo, a partir de 1629, assumiram um perfil de conquistadores e expansionistas. Como os **akyem**, **kwahu**, **fante** e **gã**, ao norte, oeste e sul, eram estados fortes, e conquistá-los seria difícil, os **akwamu**, em primeiro lugar, voltaram sua atenção para a região Leste. Entre 1629 e 1650, conquistaram e absorveram os pequenos principados de Guan que se encontravam na área atual dos **akwapim**, chamados Kamana, Aburi, Bunu, Equea, Latebi e Akrade. Os **akwamu** fortificaram-se em muito com estas conquistas. Então voltaram-se para sul e, entre 1677 e 1681, conquistaram e reduziram os reinos de Gã e Ladoku em unidades vassalãs. Voltaram-se para oeste e, em 1689, derrotaram Agona. A última fase de seus movimentos de conquista e expansão ocorreu entre 1702 e 1710, quando atravessaram o Volta, partiram em direção ao norte onde deitaram seu domínio sobre Peki, Krepi, Ho, Kpandu e Kwahu, nas duas margens do Volta. Em 1710 o pequeno agrupamento interiorano Aberade dos Asamankese tinha crescido e se transformado em um grande reino, espalhando-se por mais de 200 milhas ao longo da costa e a considerável distância no interior, através das planícies de Afram, e das regiões hoje chamadas de Abuakwa, Akyem Kotoku, Kwahu e, mais ao sul, da Togolândia.

O surgimento e fenomenal expansão dos Akwamu deveram-se a quatro fatores principais: O primeiro era político. Os migrantes **aduaná** fundaram os núcleos de seu reino numa área onde não havia entes políticos organizados e, mesmo mais para leste, eram encontrados pequenos principados **guan**, que não lhes poderiam impor qualquer resistência séria. Os recém chegados foram capazes, assim, de consolidar sua posição antes da vinda de outros estados mais fortes, como a Gã e a Agona, do sul e a Akyem ao norte. Se tivesse havido algum reino forte nas regiões superiores do Densu e Birim, o surgimento e expansão de Akwam poderiam ter sido contestados. O segundo fator foi econômico. Conquistando os principados Guan de Latebi, Bunu, etc, os **akwamu** foram capazes de consolidar um firme controle sobre as rotas de comércio da região de Acra até o interior, na metade do século 17, e puderam, dessa forma, impor tributos aos comerciantes em trânsito. A riqueza oriunda desse exercício, empregaram-na na compra de armas e munições que facilitaram sua expansão imperialista. O terceiro fator foi a atitude dos comerciantes europeus da costa. Se as empresas comerciais européias atuando em Acra — portuguesas, holandesas, inglesas, suecas e dinamarquesas — tivessem se alinhado contra os **akwamu** e apoiado os países costeiros de Gã e Agona (como as companhias inglesas fizeram, apoiando os **fante**, durante a segunda metade do século 18, o que parcialmente explica não terem esses sido conquistados pelos **asante** até as duas décadas do nascente século 19), os **akwamu** não teriam surgido na costa em torno a 1685. Entretanto os europeus decidiram apoiar o favorito e, assim, de 1670 em diante, adotaram uma política de não interferência. Vezes houve, mesmo, em que prestaram assistência aos **akwamu**. Foi este comportamento oportunista dos europeus, somado ao enfraquecimento do Reino Gã, devido a guerras civis e à tirania de Okai Koi, que fez resultar na ocupação das áreas **gã** pelos **akwamu**, no decêndio que se iniciou em 1680. O fator derradeiro foi a bravura, a sagacidade e a inspirada liderança dos governantes **akwamu** durante todo o século 17 e as primeiras décadas do século seguinte. Ansa Sasraku, que reinou entre 1660 e 1689, Addo e Basua, entre 1689 e 1702, e Akwonno, entre 1702 e 1725, foram todos bravos guerreiros e grandes líderes, e o surgimento de Akwamu deveu-se muito a seu ardor e a outros fatores aqui analisados.

Desafortunadamente, o grande Império Akwamu não perdurou. Apenas cinco anos após a morte de Akwonno ele ruiu. As causas para a queda não são difíceis de encontrar. Em primeiro lugar, Akwamu falhou por completo em organizar um sistema de governo capaz de ordenar seu imenso território. Segundo, os governantes eram tiranos e impunham pesados impostos sobre suas unidades vassalas. Tal opressão foi particularmente intensificada durante o reinado de Akwonno. "Em toda parte via-se abuso de poder", escreveu recentemente um estudioso, acrescentando: "e a violência tornou-se um instrumento válido da política dos Akwamu". Conseqüentemente, rebeliões tornaram-se freqüentes com alto custo em dinheiro e homens. A terceira e mais importante causa, todavia, foi o surgimento dos estados de Abuakwa e Kotoku, formados por seções dos **akan** que migraram para o sul, especialmente a partir de Adansi e Denkyira. Enfurecidos pelo rígido controle sobre as rotas de comércio imposto pelos **akwamu**, os **akyem** juntaram forças e venceram a maioria das unidades vassalas que estavam ansiosas para se verem livres de Akwamu. Em 1730, as forças aliadas de Akyem, Kwahu e Agona invadiram e derrotaram Akwamu. A casa real foi empurrada

*para além do Volta aonde até hoje se encontra. Os estados Ga, Agona e Kwahu, Ewe e Adangbe readquiriram sua independência; as pequenas povoações, em torno das colinas Akwapin, organizaram-se sob a forma de reino — o Reino de Akwapin, com sua casa real de origem **akyem**, situada em Akropong, que foi feita capital. Então o reino que, originariamente, foi Akwamuland tornou-se parte dos Akyem Abuakwa.*

*O acima descrito deixa evidente o que aconteceu com os **akan** que marcharam na direção sul. Eles absorveram ou derrotaram os povos **guan** e **gã-adangbe** com os quais se encontraram, e foram criando um grande número de estados.*

E o que aconteceu com aqueles que migraram para o norte?

12 Império Asante, Nascimento

*Mais ou menos simultaneamente alguns grupos de **akan** marcharam na direção sul, ou, talvez, um pouco mais tarde, outros grupos também ter-se-iam movido para o norte, e incluíam ramos dos clãs **ekocna**, **aduanya**, **bretuo**, **asenee** e **oyoko**. Narrativas tradicionais oriundas desses grupos transmitem a idéia de que esse movimento ou retorno para o norte teria realmente ocorrido. Alguns dos **bretuo** que fundaram Mampong e Seniagya dizem que eles chegaram do céu, descendo numa corrente de prata, no local chamado Ahensan, em Adanse. Os **asenee**, que fundaram Abooso, Baman, Amakom e Agona, dizem que são descendentes de uma conta, chamada **Berewua**, deixada num sítio em Adanse. Os **Ekocna** que se localizaram em Asokore, Otikrom, Sekyere, Mamponten, Kwaaman e Faobaware dizem que vieram de Adwafo, em Adanse. Finalmente, algumas seções do clã dos **oyoko**, que fundaram Nsuta, Dwaben, Kokofu, Bekwai e Kumasi insistem em que vieram de um buraco no solo, em Asumenya-Asantemanso, que se situa ao sul de Kumasi. É meu juízo que os contos tradicionais significam que todos os clãs surgiram nas áreas de Twifo e Adansi; regiões das bacias dos rios Pra e Ofin, e, assim, posteriormente, foi que seus membros iniciaram a migrar para norte e sul, devido, possivelmente, à explosão demográfica ou pressão política dos estados ao sul, tais como os Twifo e Adansi. Eles também sugeriam que alguns grupos de clãs foram imigrantes em áreas já ocupadas por outros povos, mais provavelmente da nação dos **guan**.*

*É difícil dizer em que ordem o êxodo na direção norte efetivou-se e quando. Uma vez que a maioria dos estados, como Amakom, Tafo, Suntreso e Asokore, que existiram antes de Kumasi e Asante, parece haverem sido fundadas, essencialmente, pelos clãs **Ekocna**, **Aduana** e **Asenee**, mas não pelo **Oyoko**, é razoável supor que outros grupos chegaram antes e foram, provavelmente, seguidos pelos **bretuo**, sendo que os últimos a chegar foram os **oyoko**. Tudo indica que os primeiros grupos começaram a se movimentar nos séculos 14 e 15, e o último, muito mais tarde, talvez durante o século 17.*

*O que aconteceu quando os membros do clã **Oyoko** chegaram? Executaram exatamente o mesmo que os **Aberade** ou os **Aduana** ao se deslocar para sul fizeram: como os **aberade** fundaram o Império Akwamu, os **oyoko** fundaram o Império Asante. A principal diferença entre os dois é a de que, enquanto os **aberade** ou o Império **Aduana** entraram em decadência na metade do século 18, os **oyoko** do Império Asante tornaram-se mais e mais poderosos e, quase no fim do século 18, eram, sem dúvida, o mais poderoso império na costa oeste da África. Teriam, então, conquistado os estados sobre os quais estamos aqui falando e que cobriam os territórios de Gana, sudeste da atual Costa do Marfim e muito da Togolândia.*

O que impulsionou o surgimento desse império? Existem dois grupos principais de causas; um imediato e outro remoto. As causas estimulantes foram, em primeiro

lugar, o surgimento de muitos estados na área da atual Kumasi, que se situa em torno a Tafo; em segundo lugar, o severo e impopular governo de Denkyira e, em terceiro lugar, a ascensão do comércio atlântico. As causas imediatas, ou desencadeadoras, foram os laços fortes que uniam os vários grupos **oyoko**, aliás, os derradeiros a chegar na região e, ainda, a habilidade diplomática, o ardor marcial e a capacidade de governar mostrada pelos três primeiros governantes **oyoko** dos **asante**, respectivamente Obiri Yeboa, Osei Tutu e Opoku Ware.

Como mencionei antes, ao tempo em que o povo **oyoko** chegou e fixou-se em Asantemanso, o **ekocna** e o **aduaná** haviam fundado um certo número de estados, todos num raio de trinta e dois quilômetros em volta a Kumasi. Entre eles incluem-se Tafo, Amakom, Kwaaman, Suntreso, Mamponen, Kenyaase, Asokore, Ejisu e outros. Os quatro primeiros ocuparam áreas em um raio de cinco milhas apenas.

O estabelecimento de tantos estados em torno de tão pequena área deveu-se, sem dúvida, ao fato de as rotas de comércio que partiam ou chegavam a Mandelândia, a noroeste da Hauçalândia, esta no nordeste, encontrarem-se, pela primeira vez, exatamente naquela região e, dali, outros caminhos irradiarem-se para o sul até alcançar a costa. Que tais rotas convergissem para essa área não surpreende, uma vez que eram a fonte de dois principais produtos exportados a partir do norte: o ouro e nozes de cola. Obviamente, esse território haveria de exercer um fascínio sobre aqueles migrantes do Sul, sedentos de terras e pobres como eram. Uma vez que essas seriam exatamente os estados que formariam o coração do Império Asante, o "fator nortista" que ensejou seu surgimento, também deve ter sido uma das importantes semelhanças no nascimento do Asante.

O segundo importante fator na ascensão do Império foi a comum aversão de todos os estados pré-Asante ao opressivo governo dos **denkyira**. De acordo com várias tradições, eles foram conquistados e reduzidos a unidades vassalas por Denkyira e ficaram sujeitos a um ordenamento muito tirânico. Sabe-se desses costumes através de fontes européias. Bosman, um imparcial e contemporâneo observador europeu escreveu: "Denkyira, cheia de si por sua riqueza e poder, tornou-se tão arrogante que passou a olhar para todos os demais povos negros com desdém, contemplando-os como nada mais do que escravos!" O que tornou a situação ainda mais insuportável foi o fato de que Denkyira proibiu os povos desses estados de fazer comércio diretamente com os europeus na costa. Por razões políticas e comerciais, conseqüentemente, não apenas os estados ao norte, mas também aqueles ao sul, como o Assim e Wassá, encontravam-se prontos para a revolta, se pudessem achar quem lhes desse apoio. E isto foi exatamente o que fez o povo **oyoko**.

O terceiro incentivo foi o surgimento do comércio no Atlântico, ou seja, o comércio entre Europa e América, por um lado, e com a África ocidental, de outro. Como já foi indicado antes, todos os povos do interior tornaram-se cada vez mais ansiosos por fazer comércio diretamente com os europeus da costa, na medida em que os negócios via Atlântico tornavam-se mais volumosos e lucrativos, particularmente com o aumento da demanda de escravos para as plantações de cana de açúcar nas Américas, a partir de 1640. Mas os estados e povos costeiros, persistentemente, recusavam-se permitir aos interioranos freqüentar a costa. Preferiam comprar seus produtos em mercados do interior, tais como Manso e Fosu, no oeste e Abonse no

leste. Quando negociações pacíficas falharam, conquista e dominação dos estados da costa foram as únicas alternativas deixadas aos povos do interior. Isto explica, parcialmente, a ocupação costeira pelos **akwamu** e **akyem**, a leste e os **denkyira**, posteriormente os **asante**, a oeste.

A segunda forma pela qual o comércio no Atlântico contribuiu para a ascensão dos **asante**, em particular, e de todos os demais estados do interior, no geral, foi o surgimento das armas e da pólvora, que apareceram na costa oeste da África a partir de 1650. Os detentores dessas novas armas adquiriram uma expressiva vantagem sobre aqueles que não as possuíam, tanto em guerras ofensivas, quanto defensivas. Não ficam dúvidas de que a rápida expansão dos **akwamu** e dos **asante** deveu-se, particularmente, ao uso da pólvora e das armas de fogo, e a necessidade de assegurar constante abastecimento dessas armas constituiu-se na segunda e ainda mais importante razão para constantes visitas de reinos do interior à costa. É, da mesma forma, um paradoxo interessante o fato de que os primeiros povos a obter armamentos, os da costa, não conseguiram estabelecer nenhum grande império. Mas isto deveu-se, simplesmente, à ativa intervenção de potências comerciais estrangeiras rivais em seus assuntos internos. Essas potências estavam convencidas de que o emergir de apenas um império forte na costa atuaria em detrimento de seus interesses comerciais e, assim, fizeram tudo para prevenir tal ocorrência, principalmente dando apoio a qualquer país costeiro insignificante.

Esses três fatores serviram para criar uma atmosfera favorável, uma vez que nenhum império surgiu naquela área após a chegada do povo Oyoko. Sua chegada é, seguramente, o elemento desencadeador, ou razão imediata, para o surgimento do Império Asante. O Oyoko foi capaz de conseguir aquilo que povos anteriores não puderam, por várias razões. Primeira, formavam um grupo mais unido. Quando eles deixaram Asantemanso, como fizeram grupos mais antigos, fundaram unidades políticas, tais como Dwaben, Kumasi, Kokofu, Nsuta e Bekwai. Mas, aí, a semelhança acaba, pois, ao contrário dos fundadores dos estados antigos, os de Oyoko acreditavam que vinham de uma única linhagem familiar. Os reis de Dwaben, Bekwai, Kokofu e Kumasi consideravam-se, e ainda se julgam, irmãos, e todos viam no rei dos Nsuta um tio. De modo que o **dwabenhene** é considerado, até nossos dias, como o chefe da família ou clã dos **oyoko**, enquanto **kumasihene**, ou **asantehene**, é tido como o chefe político e religioso. Dessa forma, ao invés de competir entre si, como os outros faziam, os de Oyoko buscam cooperação estreita e, como se agrupavam numa área de 36 quilômetros em torno a Kumasi, o núcleo ou o coração do Império, automaticamente, estava criado. Bowdich, o primeiro inglês a visitar Kumasi, em 1817, notou a importância dessa colaboração entre os estados **oyoko** e ficou altamente impressionado com isto. Da cooperação entre Kumasi e Dwaben escreveu: " Este comum interesse preservou, sem interrupção, por mais de um século, duas emergentes potências, ambas com um sentimento de crescimento e o firme cometimento de evitar qualquer sério desentendimento à política traçada, gerando uma das raras circunstâncias merecedoras de consideração, numa história composta de guerras e sucessões".

O crescimento dos núcleos no Asante, sob o governo da linhagem de Kumasi, do clã de Oyoko, era o resultado do trabalho dos três primeiros governantes de

*Kumasi, chamados Obiri Yeboa, Osei Tutu e Opoku Ware. O ramo dos **oyoko**, que migrou para a área de Tafo, fundou sua própria cidade em Kumasi, no estado de Kwaaman e, mais tarde, através de casamentos, diplomacia ou guerras, conseguiu estabelecer sua dominação sobre Ekoona e outros clãs-Estados na área. Esse ramo foi liderado por Obiri Yeboa que, tudo indica, fora um astuto governante, uma vez que venceu permanentemente os antigos mandantes, pela aceitação deles como membros do clã de Oyoko. Esse movimento não apenas reforçou sua posição, e de sua linhagem, como chefes do novo Estado, mas aumentou consideravelmente o número de seus seguidores.*

*Quando Obiri Yeboa firmou sua posição, viu aumentar o número de seus liderados, partiu para guerras de expansão, atacando estados vizinhos que se recusaram reconhecer seu regime. Não foi, contudo, muito bem sucedido, pois a tradição diz que ele foi morto, provavelmente em 1670, numa guerra contra os **doma**, que, então, ocupavam Suntreso, agora um subúrbio de Kumasi. Afortunadamente, ele foi sucedido por um sobrinho ainda mais talentoso, o famoso Osei Tutu. Com o apoio de seu assessor e chefe religioso Okomfo Anokye, Osei Tutu contribuiu para o crescimento do Império Asante de cinco maneiras. Primeira, completou a formação de uma união dos estados **akan**, que se postavam num raio de 45 quilômetros em torno de Kumasi, sob a linhagem dos **oyoko**. Segunda: dotou a união de uma capital nacional, bem como um festival, também de âmbito nacional, chamado **Festival Anual de Odwira**. Terceira: legou uma constituição para a união. Quarta: introduziu uma nova organização militar, que se mostrou tão efetiva que foi capaz de produzir um Exército forte e praticamente invencível. Finalmente, Osei Tutu continuou, com espantoso sucesso, a expansão das fronteiras do pequeno Reino de Oyoko.*

*O primeiro problema resolvido foi o da criação de uma união duradoura. Manipulando o medo comum e o ódio dos demais para com Denkyira, com seu chefe religioso e assessor constitucional Okomfo Anokye, Tutu conseguiu colocá-los juntos. Visando a fazer dessa união algo permanente eles " trouxeram do céus" o agora reverenciado e sacrossanto Trono de Ouro, dentro do qual colocaram sua alma, esforço, vitalidade, unidade e sobrevivência, e que deveria, por isto, ser protegido e guardado a todo custo. Posteriormente, ficou definido que o guardião desse Trono de Ouro seria conhecido como **asantehene**, o chefe supremo religioso e político da união, e que seria escolhido entre os integrantes da linhagem de Osei Tutu e Obiri Yeboa. É interessante notar que o trono permanece, até hoje, como a alma e o símbolo da unidade da nação Asante e é ainda guardado com a mesma e obstinada devoção.*

*Para reforçar a união ainda mais, numa inteligente mistura de diplomacia e mágica, Osei Tutu conseguiu fazer com que os membros concordassem em transformar Kumasi na capital; e que, uma vez por ano, todos os membros da união atendessem, naquele local, ao **Festival Odwira**. Durante o festival, rezavam-se por toda a nação; incompreensões ou disputas entre os chefes eram ajustadas; planos eram acertados para o ano seguinte. O **Festival Odwira** foi instituído para manter unidos, por um acontecimento comum e ritos associados ao renascimento dos sentimentos de nacionalidade e solidariedade, os diversos povos. Osei Tutu partiu, então, para a tarefa de legar uma constituição à união de estados. Como cabeça colocava-se o **asantehene**, que também era o líder da nação ou divisão Kumasi. Abaixo dele*

encontravam-se os reis, ou **amanhene**, de outros países membros (**aman**) — todos tinham de reconhecer a corte da união como a suprema magistratura; deveriam atender ao **Festival Anual Odwira**; contribuir com homens e impostos nos casos de guerra e emergências nacionais; buscar o reconhecimento pelo **asantehene**, através do juramento de aliança a ele e, abrir mão do direito de declarar a guerra diante de um membro, **omanhene**, de sua escolha. Em todas as outras esferas os **amanhene** eram soberanos e independentes.

Finalmente, uma das principais **raisons d'être** da união foi a forma como deu-se a ruína do domínio Denkyira. Assim, Osei Tutu emprestou particular atenção à organização militar da união. Ele teria introduzido entre os **asante** a formação militar **akwamu**, consistindo da vanguarda (**adonten**), retaguarda (**kyidom**), as alas esquerda (**benkum**) e direita (**nifa**). Cada nação membro tinha seu lugar em uma das alas; cada ala, por seu turno, postava-se sob o comando do rei daquele Estado. Desse modo, o **mamponghene** tornava-se o **krontihene** ou comandante em chefe do Exército nacional **asante**; o **esumengyahene** e o **ejisuhene** eram os comandantes das alas esquerda e direita, respectivamente, enquanto **bekwai** e **nsuta** eram membros das alas direita e esquerda. Todos os demais **aman** ou Estados adotaram essa mesma formação militar quadrada, conservando, contudo, lugares em uma das alas do Exército nacional **asante**. Se Osei Tutu copiou esse modelo de organização militar ao Akwamu, ele e seus sucessores seguramente foram capazes de desenvolver um nível sem precedente de perfeição e eficiência.

Quando formou a união e dotou-a de uma capital, um festival, uma constituição e um Exército, Osei Tutu iniciou suas guerras de expansão. Em primeiro lugar, vingou-se da morte de seus antecessores ao infringir decisiva derrota aos **domaa**, que tinham migrado do noroeste e fundado o Reino de Gyaaman. A seguir, conquistou Amakom e Tafo. Seu próximo e óbvio alvo era Denkyira, que foi amplamente derrotado e reduzido à condição de unidade tributária, entre 1699 e 1701. Essa vitória **asante** fez despertar, dramaticamente, a atenção dos europeus para com a costa, pela primeira vez, tanto que os holandeses enviaram uma embaixada à corte do **asantehene** em 1701. A seguir, Osei Tutu conquistou e anexou Akyem e Ofinso. Ele resolveu o problema da administração provincial ao incorporar à união todos os estados conquistados em volta de Kumasi. Amakom e Tafo foram, por exemplo, admitidos como membros da divisão Kumasi e Ofinso como membro pleno da união, e seus habitantes receberam a cidadania **asante**. Possivelmente, porque Akyem e Denkyira não foram completamente subjugados, a política de incorporação e nacionalização não lhes foi aplicada. E mais, Osei Tutu foi morto em 1717, durante a campanha contra Akyem.

Se Obiri Yeboa foi o responsável pela fundação do Reino Oyoko, de Kumasi, Osei Tutu pode desfrutar a honra sem par de não apenas completar a obra de seu tio, mas de iniciar o processo de conversão do pequeno Principado Oyoko no Império Asante. Ele foi, sem dúvida, um bravo guerreiro, um brilhante constitucionalista e hábil administrador, merecendo, por certo, o lugar de honra que passou a ocupar, desde sua morte, entre os **asante**.

De acordo com antigas histórias, Osei Tutu foi sucedido por um sobrinho neto, Opoku Ware, que também se mostrou um inspirado governante. Como guerreiro, foi

*mais famoso do que seus dois predecessores. Durante seu reinado, que se estendeu de 1717 até 1750, os **asante** conquistaram e anexaram Tekyiman, Banda, Gyaaman, Gonja e Dagomba, todos no norte; Sefwi no oeste; Twifo no sul e Akyem, Kwahu, Akwapim Akeamu e Acra, embora não o Fante, no sudoeste. No ocaso de seu poder, os **asante** ocupavam uma área maior do que o atual Gana.*

*A expansão dos **asante** em direção ao norte trouxe, para a união, um grande número de povos já convertidos ao islame. Em seguida, maometanos mestres em ciências islâmicas e na língua árabe passaram a trabalhar na corte do **asantehene**, como secretários particulares e funcionários públicos. Escolas do Corão foram criadas em Kumasi e, durante os séculos 18 e 19, o maometismo provocou grande impacto na cultura e guerra dos **asante**.*

*Todos os sucessores de Opoku Ware esforçaram-se para que a paz e a ordem prevalecesse nos limites do Império e que este permanecesse intacto. Assim sendo não apenas conseguiram manter o Império ao longo dos primeiros quatro lustros do século 19, mas o aumentaram, com a conquista e incorporação dos estados **fante**, que vinham mantendo sua independência face ao apoio que recebiam dos ingleses. Foi também durante este período que a cultura **akan** — sua música, arte, língua e dança — floresceu nas cortes do **asantehene** e em todas as **amanhene** dos demais membros.*

Vimos, desta forma, como o Asante surgiu e se desenvolveu.

Entretanto, por volta de 1880, esse grande Império encolhera, virtualmente, à metade de seu tamanho e havia perdido muito de sua antiga glória. No próximo capítulo vamos discutir o que determinou tão inesperados eventos.

13 O Declínio de Asante

O que veio a causar o declínio de tão grande e próspero Império? As causas foram internas e externas. O primeiro fator, de origem interna, que conduziu ao declínio do Império, foi a fraqueza dos sistemas, tanto central, quanto provincial, de administração. O Império, no auge de seu poder, consistia de três divisões nítidas: Kumasi, que se achava sob o comando direto do **asantehene**; as divisões territoriais ou **amantoo**, tais como Dwaben, Kokofu, Nsuta, Kumasi e, ainda, os estados conquistados. Cada **oman**, ou nação, encontrava-se sob seu próprio **omanhene**, embora, como já vimos antes, todos reconhecessem o **asantehene** como seu líder político e religioso, e reverenciassem o Trono de Ouro — depositário das almas ancestrais do País — como símbolo de sua unidade. Kumasi e Amantoo formavam o que era conhecido como o Asante metropolitano. Além desses dois, havia um terceiro Asante, ou provincial. Era formado pelos estados conquistados, tais como Dagomba e Gonja na direção norte; Akyem, Akwapim, Akwamu, Gã, Denkyira e Wassa, para o sul.

No Asante metropolitano, apenas em Kumasi, o poder do **asantehene** era supremo, e mesmo assim devia-se inteiramente aos esforços de Osei Kojo, que reinou de 1764 a 1777, e Osei Bonsu, de 1801 a 1824. Como resultado de uma série de reformas levadas a efeito por esses dois governantes, a maioria dos postos ou tronos (**stools**), em Kumasi, passaram a ser ocupados por pessoas nomeadas, mais do que por hereditariedade, depois de 1821. Mas essas reformas não se estenderam aos estados ou divisões. Cada rei, ou **omanhene**, permaneceu ainda predominantemente autônomo e com status dentro da hereditariedade. Quando o conselho da união reunia-se, não significava que o **asantehene** era automaticamente o supremo dirigente, desfrutando de autocrática ou despótica posição sobre os demais **omanhene**. Antes, ele era igual, e a deferência que merecia dava-se mais no campo moral — posto que era o ocupante do reverenciado Trono de Ouro — do que no campo legal.

Por conseqüência, a extensão da influência do **asantehene**, e seu poder no Asante metropolitano, fazia-se sentir não por bem assentadas disposições constitucionais, mas pela personalidade, habilidade e tato da cada **asantehene**.

Desafortunadamente, a maioria dos reis **asante** do século 19, depois de Osei Bonsu, não tiveram a mesma estatura de estadista de Obiri Yeboa e Osei Tutu. Rebeliões e revoltas começaram a espocar em vários locais, até mesmo no Asante metropolitano. Por exemplo, em 1834 e novamente em 1874, Dwaben rebelou-se contra o **asantehene** e, em ambas ocasiões, essas rebeliões conduziram a guerras civis. Se os reis **asante** tivessem exercido certa autoridade no Asante metropolitano, como o fizeram em Kumasi, nos primeiros decênios do século 19, o Império, em seu todo, ter-se-ia tornado ainda mais forte e duraria mais.

O modelo administrativo provincial **asante** era ainda mais fraco. Os sucessores de Obiri Yeboa e Osei Tutu não deram prosseguimento à sua política de absorver na união de estados **asante** todos os conquistados e, ao mesmo tempo, naturalizar seus cidadãos. Nenhum dos conquistados, após Osei Tutu, foi, efetivamente, incorporado à união. Não lhes era dado assento no Conselho da União e o Trono de Ouro não lhes significava nada. Não tinham, sequer, direito de acesso ao **asantehene** e apenas o podiam ver através de um dos **abirempong** (chefe de ala) ou do **amanhene**.

É correto dizer que os grandes reformadores, Osei Kwadwo e Osei Bonsu, introduziram algumas mudanças pela imposição, à administração provincial, de uma rede de comissários residentes **asante**, organizados hierarquicamente em níveis regionais e distritais. Por exemplo, Osei Kwadwo destacou três comissários de distrito para Acra em 1776, todos subordinados ao comissário regional sediado em Akwapim. Osei Bonsu também designou um comissário de distrito para Cape Coast; um outro para Elmina, e ambos eram subordinados ao comissário regional postado em Abora. Mas o fato de que as revoltas e rebeliões eram muito comuns no século 19 evidencia que essas novas técnicas de administração não se mostraram efetivas. E a principal razão foi: como os predecessores, os dois reformadores deixaram intactas as dinastias, os costumes, a língua e, também, a estrutura militar dos conquistados. Tudo que esperavam deles era o pagamento regular de seus tributos anuais e a contribuição com um contingente militar, quando requisitado.

Uma vez que os estados não apenas foram abandonados à sua sorte, e eram, a mais, tratadas como membros de segunda classe, nunca se identificaram com Kumasi ou com o Trono de Ouro. Ao contrário, mantiveram a posição de quem espera um dia lograr sua independência. Em realidade, tão forte era esse sentimento que constantes rebeliões e revoltas marcaram os séculos 18 e 19. Gyaaman envolveu-se em rebeliões em 1752, 1764 e 1799 e, ainda outra vez em 1818. Banda, em 1764 e 1818. Akyem revoltou-se em 1765 e muito freqüentemente no século 19. Sob tais circunstâncias, a sobrevivência do Império deu-se, sobremodo, pela capacidade do poder militar do governo metropolitano, mas ficou assinalado que, se, em algum momento, o poder central fraquejasse, a unidade ruiria. E isto, infelizmente, foi o que aconteceu no decorrer do século 19.

A importância, todavia, das duas maiores fraquezas do Império não deve ser exagerada. Embora o **asantehene** não desempenhasse um poder absoluto sobre a União, o Trono de Ouro era capaz de ensejar forte poder de unidade, na mesma medida que o faz hoje. Subsidiariamente, quase todas as rebeliões durante o século 18 e início do 19, foram facilmente esmagadas. Pode ser sugerido que, sem interferências externas, os governantes **asante** dos últimos anos do século 19 poderiam ter mantido a integridade territorial do Império. Mas, a partir do segundo decêndio dessa centúria, os **asante** e seus vassalos não foram deixados em paz. Em sete diferentes ocasiões, entre 1811 e 1874, tiveram choques frontais com forças externas — os ingleses, na costa. Esse confronto foi, sem dúvida, o acelerador do declínio dos **asante**.

O que ensejou o surgimento de choques entre **asante** e ingleses ao longo do século 19, e quais foram as conseqüências?

Pela freqüência com que os **asante** invadiam a costa, muitos

historiadores os descreveram como amantes da guerra, agressivos e sangüinários. Esse ponto de vista, porém, não é acurado. Durante o século 19, não aconteceu sequer uma invasão da costa, pelos **asante**, que não tivesse sido precedida por semanas, ou até mesmo anos, de negociação. Apenas quando as discussões falhavam, é que os **asante** tomavam das armas. Tampouco essas guerras visaram à expansão territorial. Pelo contrário, eles se encontravam, depois de 1821, mais na defensiva do que na ofensiva, sendo seu maior objetivo conseguir manter intacto o Império herdado de seus ancestrais. Por esse ponto de vista, a maior parte de guerras empreendidas foram expedições para punir rebeliões e, com isto, restabelecer a ordem.

A invasão **asante** ao norte em 1818, foi uma expedição punitiva contra Gyaaman, enquanto idênticos movimentos para o sul, em 1811, 1814, 1823 e 1826, foram para esmagar rebeliões dos **fante**, **akwapim**, **akyem**, **wassa** e **denkyira**, respectivamente. Os **asante** mostravam-se particularmente desejosos de manter seu domínio sobre Elmina, de forma que pudessem novamente ter fácil acesso à costa e, assim, assegurar-se de um suprimento regular de armas e munição. As guerras com os ingleses, em 1869, 1870 e 1873, foram para prevenir viesse Elmina a cair em mãos dos ingleses como resultado da troca de fortes promovida entre os holandeses e os ingleses e a partida dos holandeses de Gana em 1872.

Os ingleses não demonstravam, nesse tempo, interesse em aquisições territoriais. Nos dez anos que fluíram, imediatamente após 1860, preocuparam-se apenas com o comércio, em introduzir a educação ocidental e o cristianismo. Mas tais projetos não poderiam se materializar enquanto prosseguissem as invasões **asante**. Os ingleses poderiam ter ajudado os **asante** a apertar seu cerco e dominação sobre os estados da costa e isto teria diminuído o número de invasões, bem como assegurado a paz e a ordem por todo o Império. Os ingleses não concordaram com tal política, temerosos de garantir ao poderoso Asante irretorquível dominação sobre a costa. A atitude britânica era, pois, de ajudar os países costeiros a manter sua independência. E tentaram conseguir isto, primeiro agindo simplesmente como mediadores entre os estados da costa e Kumasi. Depois, após 1824, ingressando em operações de guerra, particularmente quando a dominação de áreas dos **fante** tornou-se uma certeza. A primeira guerra dos ingleses contra o Asante foi em 1824, quando os britânicos foram derrotados e seu governador, Sir Charles MacCarthy, foi enganado e morto. Mas, em 1826 e, novamente, em 1874, derrotaram o Asante.

Os efeitos dessas guerras foram profundos. Em primeiro lugar, conduziram à desintegração do Império. Como se indicou antes, o fator mais importante, capaz de conservar a província e a metrópole juntas, foi a força militar, embasada na capacidade dos reis **asante** de manter um fluxo permanente e ininterrupto de armamento vindo da costa. Mas as decisivas derrotas sofridas pelo Asante, em 1826 e, novamente, em 1874, enfraqueceram consideravelmente suas resistências e o Império começou a desmoronar. Todos os estados do norte, como Gonja, Dagomba, Krakye e Gyaaman, reafirmaram sua independência, nunca mais perdida. As do Sul, como Akyem, Denkyira, Wassa, Fante e Accra também declararam-se independentes, o que foi aceito por Asante, no Tratado de Fomena, assinado com os ingleses em 1874. Nesse ano, o Império reduzia-se à área metropolitana e à Nação Brong-Ahafo.

O efeito dessas guerras sobre os **fante** foi de colocá-los cada vez mais juntos, culminando na formação, em 1868, do que alguns descreveram como o primeiro movimento proto-nacionalista de Gana — a Confederação Fante, governada por uma constituição. Como se supõe teria ocorrido com o Asante, houvessem os ingleses deixado de influenciar, a Confederação teria sido mais duradoura. Mas, especialmente face ao surgimento de um neo-imperialismo, a ser discutido presentemente, os agentes britânicos, servindo na costa, detiveram os líderes da Confederação, em 1871, e os aprisionaram. Embora postos em liberdade pouco depois, seu aprisionamento, somada às intrigas que se seguiram, levaram à ruína da Confederação em 1872.

Para os ingleses, o efeito principal dessas guerras, bem como para a administração de George Maclean, o presidente do Conselho em Cape Coast, de 1830 a 1843, que era, ele mesmo, produto de tais guerras, foi o de imiscuir-se, mais e mais profundamente, nos assuntos políticos da costa. A isto deve ser somada a partida dos dinamarqueses e holandeses de Gana, em 1850 e 1872 respectivamente, o que afastou perspectivas de aumento das receitas provenientes dos impostos alfandegários. Considere-se, a mais, o surgimento de um neo-imperialismo e a decisiva derrota do Asante. Tudo isto fez com que protetorados do Sul, moralmente subordinados aos **asante**, submetessem-se à Colônia Britânica da Costa do Ouro em julho de 1874.

Por conseqüência, em 1880, principalmente por efeito dessas guerras anglo-asante, o Império encolheu para a área metropolitana e Brong-Ahafo, enquanto os estados da costa tornaram-se parcela integrante do Império Colonial Britânico.

14 O Reino de Daomé

As áreas para leste de Gana também assistiram ao nascimento e queda de um certo número de impérios, reinos e cidades-Estado. Dentre estes incluíram-se Allada, Daomé, Porto Novo, Ketu, Benin, Ifé, Oió, Igala e as cidades-Estados de Lagos, Bonny, Brass, Nembe e a nova e antiga Calabar. Os mais famosos dentre eles foram Daomé, Oió e Benin. A história dos dois primeiros que examinaremos nos derradeiros três capítulos desta seção.

Em muitos e interessantes aspectos a história de Daomé é admirável e surpreendentemente similar à de Asante. Em primeiro lugar, como estes o Reino do Daomé foi criado por um clã ou dinastia conhecida como Fon ou Aja, que continuou governando até o fim do século 19. Segundo: o Daomé, como o Asante, emergiu como um reino interior, partindo para sua expansão somente mais tarde. Abomey, no Daomé, e Kumasi, no Asante, situam-se aproximadamente na mesma latitude. Em terceiro lugar, tanto Daomé quanto Asante iniciaram a despontar, no século 17, e foi no século 18, especialmente após a segunda metade, que se deu sua transformação numa poderosa nação. Os reis Agaja II e Tegbesu IV não apenas foram contemporâneos de Osei Tutu e Opoku Ware, mas também bravos e vencedores. Mas existem algumas diferenças intrigantes também. A organização interna de Daomé, seus sistemas central e provincial de administração, sua organização militar e suas fontes de receita eram, como ver-se-á aqui, fundamentalmente diversas de Asante. Segundo: enquanto, no último quarto do século 19, Asante declinou completamente, Daomé encontrava-se ainda no apogeu de sua força, e capazes de manter os europeus, que comerciavam na costa, sob completo controle.

*O que ensejou o surgimento de Daomé e sua sobrevivência mesmo durante o século 19? O Daomé foi criado por uma família de governantes que se diz parte da casa real de Allada, no Sul, mas que migrou, no início do século 17, em torno de 1620, sob a liderança dum certo Do-Aklim, como resultado de uma disputa sucessória e da intervenção dos holandeses. Eles se estabeleceram, pacificamente, afirmam, no platô de Abomey, cerca de 108 quilômetros da costa, com a permissão dos chefes da área. Com a morte do líder, em 1620, seu filho e sucessor Dukodonu tomou o poder aos chefes locais. Os dois que o sucederam, Wegbaja (1650-1685) e Akaba (1685-1708), conseguiram manter o poder em suas mãos, além de conquistar os distritos vizinhos, especialmente ao sul e sudoeste de Abomey. No início do século 18, Daomé, como Asante, encontrava-se firmemente estruturado, embora fosse apenas um modesto reino interiorano, composto de 40 pequenas cidades. Afortunadamente, para o Daomé, os seus governantes do século 18 foram tão guerreiros e competentes quanto os primeiros mandantes **asante**.*

O primeiro, e provavelmente maior de todos, foi Agaja (1708 a 1732), contemporâneo e igual a Osei Tutu e Opoku Ware. Ele iniciou seu reinado pelo

estabelecimento de um Exército e um colégio militar para formação dos jovens daomeanos, que logo convertiam-se em soldados disciplinados e treinados. Em segundo lugar, instituiu o **agbadjibeto**, descrito como serviços de inteligência e informação pública combinados. Agaja usou isto para espionar outros países e para espalhar propaganda dentro do Daomé. Então partiu para guerras de expansão. Concentrou sua atenção, preliminarmente, nos distritos a noroeste. No decênio inaugurado em 1721, todavia, decidiu não participar do tráfico de escravos, mas, como recentemente provou-se, efetivamente, tentar obstar por estágios o tráfico no País Aja —nt procurou substituí-lo por um comércio amplo, voltado para a produção agrícola.

Agaja dirigiu, então, sua atenção para o sul da costa. Em 1724 e 1727, com facilidade, conquistou e anexou os estados costais mais antigos de Allada e Whydah, fundadas mesmo antes de Daomé. E é claro, a partir de suas tradições orais, que seus fundadores, como os do Daomé, foram os **aja**, que viveram com os **ewes**, um povo do qual eram parentes próximos, em Tado. A partir daí, embora os últimos tenham marchado na direção oeste, primeiro para Nuatchi e então para o atual Togo e Gana — os **aja** migraram para o leste e fundaram Allada, e foi daí que outro grupo **aja** migrou para fundar Grand Popo, Whydah, Jakim e, mais tarde, após uma disputa sucessória, como já se viu, Daomé, bem como Porto Novo. Essas tradições orais nasceram a partir do fato de que todos os estados **aja** reconheciam Allada como seu "reino-pai", e a si mesmos como "reinos-filhos". De acordo com Akinjogbin, moderna autoridade no assunto, a migração dos **aja**, a partir de Tado, ocorreu durante os derradeiros lustros do século 16, e Allada foi fundada pelo fim desse século, provavelmente em 1575.

No mapa publicado por Arnold de Langum, em 1576, Allada, o primeiro reino nomeado pelos portugueses, aparece entre o Volta e Lagos. Especialmente como resultado do tráfico atlântico de escravos e da atividade agrícola, os estados **aja** de Whydah e Allada, em particular, tornaram-se muito ricos e bem estabelecidas durante a primeira metade do século 19.

Agaja conseguiu conquistar os estados mais antigos de Whydah e Allada com tal facilidade, não apenas por sua habilidade como um general, além do ardor marcial de sua armada, mas também face às condições políticas ali imperantes. Ambos enfraqueceram consideravelmente na segunda década do século 18, como resultado da intervenção dos comerciantes europeus em seus negócios internos. Todos os três reis de Whydah, entre 1670 e 1708, foram, por exemplo, indicados pelos europeus. O último deles, Aisan, dizem haver sido entronado pelos europeus mesmo antes que os súditos houvessem tomado conhecimento da morte do seu rei. Como recentemente disse um autoridade no assunto, "tais ações subverteram o sistema tradicional, segundo o qual os reis de Whydah eram entronados pelos mensageiros dos reis de Allada, após entregarem oferendas e executarem certos ritos. Assim, com sucesso, afastando o sistema tradicional, os europeus encorajaram os infratores a desobedecerem às leis tradicionais e, ao mesmo tempo, causar ressentimento entre os elementos conservadores do reino".

Ainda mais, considerando que os holandeses predominavam em Allada, enquanto os ingleses e os franceses dominavam a corte de Whydah, a rivalidade entre essas potências européias era automaticamente transferida para suas unidades

vassalal, o que fazia afastar qualquer tipo de cooperação entre Whydah e Allada contra o Daomé. As condições políticas nesses dois estados, na véspera de sua conquista por Agaja, enseja outra ilustração de um ponto já examinado, chamado de efeitos divisórios e desestabilizadores da presença dos europeus nos países da costa e a impossibilidade que todos tiveram de formar um império.

Para apertar seu cerco sobre os distritos da costa, Agaja aboliu as dinastias que governavam Allada e Whydah e colocou a administração de ambos nas mãos de seus mais categorizados ministros, o Migan e o Yovogan. Agaja criou o último posto, cuja missão era a de controlar a atividade dos europeus na costa.

Os sucessores de Agaja, Tobgesu IV (1732-1734), Kpenge V (1774-1789) e Agonglo (1790-1797) continuaram as guerras de expansão territorial e anexaram partes do Mahi para o norte, e chegaram ao Alto Weme, o Mono e áreas de Porto Novo, nas direções sudeste e sudoeste.

Apesar dessas guerras, o Daomé era, relativamente, um pequeno reino ao findar do século 18. Alongava-se apenas 130 quilômetros de norte a sul e cerca de 90 quilômetros de leste a oeste. Isto se devia ao fato de ser seu vizinho para o leste o poderoso Império de Oió. Os reis de Daomé, pois, tinham que dividir sua atenção entre expandir suas fronteiras e guardar sua independência. Em verdade, entre 1726 e 1740, com o desejo de manter o Daomé afastado de suas rotas comerciais sul e oeste em direção à costa e, sobretudo, afastado dos portos de Porto Novo e Badagri, parcialmente para defender seu tradicional sistema político, Oió atacou e fez incursões sobre o Daomé em quatro ocasiões. As incursões de Oió prosseguiram e o Daomé considerou-as tão desgastantes que teve de negociar a paz, concordando, em 1730, em pagar um tributo anual ao Alfin de Oió, o que foi feito até 1821.

No século 19, o Daomé completou sua transformação, tornando-se um verdadeiro Estado militar, ou, como um explorador europeu do século 19 descreveu, "um pequeno Sparta negro". Isto deveu-se, em parte, ao Império de Oió, como veremos mais adiante, que se desintegrava e, parcialmente, porque os governantes de Daomé eram ainda mais ilustres e agressivos do que os seus predecessores. O povo de Oió preocupava-se com suas guerras contra os **fulani** e, aproveitando-se disto, Adandoza (1797-1818) parou de pagar o imposto anual. Seu sucessor, Gezo (1818-1858), libertou-se por completo de Oió em 1821, após infligir esmagadora derrota sobre uma força invasora procedente de Oió. Gezo, então, marchou na direção do norte, conquistando uma larga porção do País do Mahi. Voltou-se, a seguir, para o leste e, em 1841 e 1851, atacou as províncias ocidentais de Oió, especialmente Ketu e Abeokutá. Veio a morrer de varíola, em meio a uma de suas guerras, durante o cerco de Ketu. Seus sucessores, Glele (1858-1889) e Behanzin (1889-1894), continuaram atacando as províncias ocidentais de Oió e, embora houvessem tido sucesso na conquista de Ketu, falharam em repetir o mesmo em Abeokutá. Behanzin também atacou os distritos a sudoeste, levando-o a um conflito com os franceses, que o derrotaram em 1894.

Enquanto Oió e Asante perderam seu poder militar e entraram em declínio, em torno ao último quartel do século 19, o Daomé ainda se achava estável, dominante e agressivo. Sua sobrevivência devia-se a um certo número de fatores intestinos e extraterritoriais.

O primeiro fator foi seu tamanho. O Daomé, mesmo no auge de sua força, tinha

uma área geográfica muito menor do que Asante ou Oió. O reino contava com apenas 130 quilômetros do norte para o sul e, de leste a oeste, nada além de 90 quilômetros, tornando-se muito estreito ao aproximar-se da costa, onde media entre 45 e 54 quilômetros. Assim, o Daomé ocupava uma área de 7.200 quilômetros quadrados, cerca de um décimo de sua atual configuração. Foi, por conseqüência, mais fácil mantê-lo unido do que grandes impérios como Oió e Asante.

Mas o que se constituiu num fator interno ainda mais importante para sua estabilidade e sobrevivência foi terem sido, seus reis e povos, aptos a desenvolver instituições e sistemas de governo cuja eficiência era desconhecida em qualquer dos reinos ou impérios da costa oeste. A primeira dessas instituições era o sistema de sucessão real, que, embora patrilinear, assegurava que apenas princesas nascidas de esposas reais, durante o reinado de seus pais, eram qualificadas para gerar futuros reis. Esta regra, desde logo, eliminava todos os outros ramos — os irmãos do rei e seus primos paternos — da árvore familiar. Em segundo lugar, uma vez que o número de crianças nascidas de um rei durante seu reinado não pudesse ser limitado, especialmente se ascendesse ao trono a uma idade avançada, devido a um longo reinado de seu antecessor, disputas pelo trono tornavam-se escassas. Ainda mais, comumente, o monarca no trono selecionava seu sucessor antes de morrer. De acordo com Newbury, em apenas três ocasiões o irmão, ao invés do filho, foi o sucessor em toda a história do Daomé. Esse sistema sucessório preveniu e minimizou disputas pelo trono e guerras civis, com a conseqüente anarquia e instabilidade que, por exemplo, perturbou, durante a segunda metade do século 19, tanto Oió, quanto a nação irmã de Daomé — Porto Novo.

Uma vez escolhido, o rei do Daomé, diferentemente do **alafin** de Oió e do rei Asante, não era o **primus inter pares** — ou seja, o primeiro dentre iguais. Ao contrário, tornava-se um monarca absoluto cuja palavra era lei no Império, e que controlava todo o sistema político e militar. Sua corte validava o espólio dos processos de herança e, através de burocratas, o rei detinha o controle sobre tudo que se passava.

Nas palavras de um historiador (Herskovits), "o absolutismo do rei era grandioso; o Estado, no seu sentido absoluto, era o rei". Mas, à parte a natureza semi-idólatra da monarquia, o Daomé era afortunado em ter, durante o século 19, hábeis, iluminados e corajosos governantes, nas pessoas de Gezo, Glele e Behanzin. No seu trabalho, os reis do Daomé foram assistidos por um gabinete que consistia de um **migan**, primeiro ministro; um **meu**, ou ministro encarregado dos impostos; um **yovo-gan**, ou vice-rei de Whydah; o **to-no-num**, chefe-eunuco e encarregado do protocolo; o **tokpo**, ou ministro da agricultura e outros. Aspecto inusitado desse gabinete é que para cada um dos postos exercidos por homem tinha uma mulher fazendo o mesmo.

Ainda mais, diversamente de qualquer outro reino da costa oeste da África, com exceção de Songhai, o Daomé tinha um forte exército que, acreditavam observadores europeus, no século 19, ser a mais poderosa e melhor organizada força militar da costa. Mais encantador, e exclusivo, era ser o Exército formado não apenas por homens, mas também por mulheres, as famosas amazonas "guardiãs do rei e, também, valorosas em combate". Os comandantes do Exército eram, da mesma forma, ministros do gabinete real. Por exemplo, o mais alto ministro, o **migan**, era também o comandante em chefe

do Exército, enquanto o segundo dignitário, o **meu**, era o líder da ala esquerda do Exército.

O sistema provincial de governo era, do mesmo modo, interessante e único. Os reis do Daomé, diferentemente de outros governantes, em outros impérios, não apenas extinguíam, praticamente, com a nobreza real dos estados conquistados, mas também aboliam suas leis e costumes, impondo-lhes o sistema legal do Daomé, apontando governadores para as cidades. Em outras palavras, eles impunham uma política de daomeização e total assimilação dos conquistados. Para o efeito de administração municipal, todo o reino era dividido em seis províncias, cada uma sob um chefe provincial, que era nomeado pelo rei, abaixo dos quais vinham governadores e chefes de pequenas comunas. A comunicação entre o rei e os governadores provinciais era mantida através de um considerável corpo de corretores, os famosos **meias-cabeças**, baseados em diversos postos de troca por todo o reino. Não apenas podiam, os governadores provinciais, serem intimados a apresentarem-se em Abomey a qualquer momento; e mais, para que a corte acompanhasse a atividade de cada um deles, todos tinham um espião ligado a seu gabinete.

A política de daomeização, que consistia em abolir as dinastias e instituições dos conquistados e sua substituição por daomeanos, significava, em primeiro lugar, que diferentemente de Asante e Oió, o Daomé encontrava-se cercado de inimigos que esperavam um momento favorável para quebrar submissões. Em segundo lugar, logo que as leis e instituições do Daomé enraizaram-se, o reino tornou-se realmente uma entidade homogênea, capaz de suportar e absorver os choques. Assim, enquanto as derrotas Asante de 1826 e 1874, e a de Oió, pelos **fulani**, conduziram à sua desintegração, a derrota do Daomé para forças de Abeokutá, em 1851 e 1864, não significou tanto. Outra singularidade, e moderna, do Daomé eram suas fontes de receita. Os reis tinham como entrada de recursos não somente os impostos alfandegários, taxas e frutos de renda imobiliária real, mas, também, rendimentos desconhecidos em outros reinos da costa oeste da África. A primeira era o imposto sobre a receita, pago de acordo com a posição social e reputação e, ainda, o imposto da pessoa. A segunda, a agricultura, a indústria básica também era taxada. Os agricultores, em cada vila, eram recenseados por servidores do Ministério da Agricultura e a taxa era paga, em espécie, por cada um, de acordo com a média total de produção daquela vila. Animais domésticos — gado, porcos, cabras etc. — eram inventariados e taxados. Caçadores, fazendeiros, comerciantes do sal, artesãos e, mesmo, coveiros, eram taxados. Os reis de Daomé promoviam, freqüentemente, censos com a finalidade de ter um acurado controle sobre o número dos contribuintes e saber das disponibilidades para arregimentação às armas, quando necessário.

Com uma burocracia eficiente, uma fonte de receita bem definida, um efetivo sistema administrativo provincial, um bem organizado e disciplinado Exército, com leis, costumes e instituições uniformes por todo o reino, e com todo o conjunto social estritamente controlado pelo rei, o Daomé era um ente político altamente organizado e estável.

O último fator que sustentou a sobrevivência do reino até 1890 era externo e, por isto, diferentemente de Asante e Oió, o Daomé não se submeteu a nenhum sério ataque do exterior. Poderia, sim, ter sido atacado tanto por outras nações africanas, ou

países europeus baseados na costa, ou por ambos. Mas não ocorreu. Em verdade, nenhum deles encontrava-se em posição de conseguir isto, por várias razões. Nas direções norte e oeste de Daomé estavam as pequenas nações Mahi, Watyi e Atakpame, principados que não possuíam nem organização, nem meios para tentar invadi-lo. Para leste, ficava Oió que, como já vimos, vivia um processo de desintegração, preocupado demais com suas guerras civis, portanto sem condições de se dispor a uma invasão. Ao contrário, foi o Daomé que tomou a ofensiva, a partir de 1820.

Enquanto os africanos não podiam atacá-lo, por algumas razões, as nações européias estavam na mesma posição. Até 1890, nenhum país europeu tornou-se dominador na costa. Franceses, ingleses, holandeses e brasileiros, todos faziam comércio na região. A rivalidade entre si, entretanto, afastou as chances de que se unissem para um ataque comum contra os reis do Daomé — isto enquanto foram capazes de jogar uns contra os outros e, assim, ditar as regras para o comércio. Ainda, nenhuma das potências européias tinha um forte motivo para se imiscuir nos negócios internos do Daomé, exceto os ingleses e, ainda assim, se os reis não tivessem condições de manter a paz, a ordem e abertas as rotas comerciais. Contudo, uma vez que os reis do Daomé, com persistência, recusavam-se a abolir o tráfico de escravos, os ingleses que, genuinamente, mostravam-se interessados em resolver essa questão, teriam um motivo para a intervenção. Por isto, a maioria dos oficiais britânicos na costa, os cônsules das baías de Benin e Biafra, bem como os governadores de Gana, pressionavam os ingleses a intervir no Daomé. O governo da Inglaterra, persistentemente, recusou sancionar qualquer ataque, uma vez que estavam convencidos de que o Daomé, ao contrário de Lagos, que atacaram e anexaram entre 1850 e 1861, era tão poderoso que sua conquista poderia ser difícil e custosa.

A sobrevivência do Daomé até os primeiros anos do decêndio seguinte a 1890 deveu-se a seu inerente poderio e vitalidade, cumulado com o fato de não ter sido alvo de qualquer ataque externo. Dessa verdade emergiu o mais decisivo motivo a afastar os ingleses de qualquer tentativa de ataque. E, não fora a conquista francesa de 1894, a antiga dinastia ainda estaria hoje reinando em Abomey. As circunstâncias que levaram os franceses à conquista serão discutidas num capítulo posterior.

15 Oió, Cultura e Civilização

De muitas formas, Oió talvez seja a nação mais interessante dentre as que emergiram nas regiões florestal e costeira da África ocidental. Não apenas por ser a mais antiga dentre as antigas, mas porque, no auge de seu poder, era a maior e culturalmente a mais avançada.

Embora não se tenha certeza a respeito da data de sua fundação, pode-se supor que o processo ter-se-ia iniciado no fim do século 14 ou início do século seguinte, algo em torno de 1388 e 1431. Sua capital chamava-se Antiga Oió e, como ocorreria com o Asante e o Daomé, situava-se no interior — cerca de 324 quilômetros da costa. A partir da capital o reino se expandiu para todas as direções, especialmente por meio de guerras conduzidas por seu Exército feudal com a famosa e, tanto quanto interessava a seus vizinhos, exclusiva ala de cavalaria. Na metade do século 18, já transformado num império cheio de vida, Oió fazia fronteira ao norte com o Níger; para oeste com a moderna Togolândia; na direção leste com o reino irmão de Benin e, no rumo sul, com o Golfo da Guiné. Porto Novo e Badagry eram suas principais portas de escoamento na costa. O Daomé, deve-se recordar, tornou-se um tributário de Oió em 1730. O que se pode, naturalmente, perguntar é quem foram os fundadores desse grande império? Quais foram os destaques mais importantes de sua cultura e civilização? Como era governado?

*O Império foi criado pelo povo que hoje chama-se iorubá. Pensa-se comumente que esse povo iorubá migrou da Arábia ou de Meroé e Axum, na Abissínia, no nordeste da África, movimentando-se através do continente por Bornu e Hauçalândia, tendo-se, finalmente, estabelecido na área que hoje representa a parte ocidental da Nigéria. Mas este ponto de vista é, hoje, considerado antiquado. Constata-se, através de sua língua, sua estrutura física e suas células sangüíneas, que os iorubás integram, normalmente, a comunidade negra da costa da Guiné. Como os **akan**, ao lado dos fundadores de Benin, eles podem ter-se desenvolvido e multiplicado na savana, para o norte, como Ryder recentemente sugeriu: "na área Nupê-Igala, da bifurcação dos rios Níger e Benue". A partir daí, eles se espalharam para o sul, pela floresta, onde algumas seções fundaram o Reino de Ile-Ifé, e foi a partir de Ifé que várias famílias começaram a se mover e estabelecer reinos, estando, dentre essas, as que fundaram Oió e que, eram portadoras de habilidades — geradas pela convivência com as técnicas comerciais e militares dos muçulmanos (como o uso da cavalaria) — que as tornaram, na metade do século 16, no mais rico e poderoso reino dentre os demais. Também o processo de conquista de outros reinos iorubás, como os de Ekiti, Egba, Agbado ou Awori, Owu, Ila e Sabe, somaram para o surgimento do Império Oió. Que Ifé foi o lar dos fundadores de Oió torna-se evidente, não apenas pelos contos tradicionais de todas as nações iorubás, mas também porque esse povo, até nossos dias, respeita Ifé como sua cidade sagrada e a reverência como o berço de sua civilização.*

Além do grande Império que fundaram, o fato mais marcante acerca dos iorubás é o alto grau de civilização que desenvolveram. Isto é evidente a partir da

riqueza de sua arte. Recuando-se aos séculos 14 e 15, já os iorubás encontravam-se produzindo trabalhos em bronze, marfim e madeira. Muitas dessas peças, que começam a despontar agora, através de trabalhos de arqueologia, deleitaram os mestres por sua beleza artística e naturalidade, o que as tem feito adquirir grande valor comercial nos salões de arte da Europa e América.

O centro dessa arte altamente desenvolvida era Ifé, onde o método de usar o bronze em esculturas, com a técnica de **cire perdue** (cera perdida) foi pioneiramente utilizado. O processo envolvia o uso de um modelo detalhado da obra feito em cera, comumente com 6,25 mm de espessura, num macho (molde) de barro. O artista fazia aderir ao molde diversas estacas de cera, que eram, a seguir, cuidadosamente cobertas com espessa e seca camada de barro queimado. Aquecia, então, a peça, fazendo com que a cera se derretesse, deixando espaços vazios. Derramava o metal fundido — bronze ou ouro — nos espaços abertos pelo desaparecimento das estacas de cera, que se derretiam com a chegada do metal líquido. Quando este se solidificava, o macho, em barro, era quebrado, deixando à mostra, agora em metal, a escultura originalmente de cera. Usando este processo os escultores de Ifé conseguiram produzir muitas cabeças de pessoas, imagens tamanho natural de reis e qualquer objeto que lhes interessasse. Dezesseis dessas famosas cabeças em bronze, encontradas até agora, mostram um valor artístico maior, face à naturalidade que apresentam, especialmente nos detalhes.

A técnica dos artistas de Ifé alastrou-se a partir daí, não apenas em direção ao vizinho reino de Benin, mas provavelmente por toda a África do oeste. Por certo os ourives **asante** usaram exatamente o mesmo processo na confecção de enfeites de cabeça, anéis, berloques e espadas dos seus reis. Os iorubás notabilizaram-se, da mesma forma, no trabalho em madeira, marfim e terracota. Centenas de milhares de suas esculturas e modelos ainda existem na iorubalândia. Não existe qualquer dúvida de que qualitativa, e não quantitativamente, os iorubás produziram um maior número de obras de arte na África ao sul do Saara.

A arte iorubá tem estado, ontem como agora, sempre, estreitamente ligada à religião, eis que a maioria de suas peças foram produzidas para templos. Em primeiro lugar, como muitos povos africanos, o iorubá acredita na existência de um Deus todo poderoso, a quem chama de Olorum (senhor do céu), e numa terra prometida. Conseqüentemente, venera a morte, acredita num futuro julgamento e na doutrina da transmigração da alma. Mas, provavelmente, entre os povos africanos, como os antigos hindus e gregos, apenas os iorubás tiveram várias divindades menores, ou orixás, a quem veneravam, além de deificar reis e heróis. O reverendo Samuel Johnson, famoso historiador iorubá, relacionou treze dessas divindades. As mais importantes dentre elas eram Xangô, o divinizado quarto rei dos iorubás; Oiô, a fiel e amada esposa de Xangô; Ogun, o deus da guerra; Exu ou Elegbara, o Satã ou deus do mal; Egungun; e Ifa. Cada uma das divindades tinha seu culto individual e uma maneira peculiar de ser adorada, e os cultos desempenhavam papel importante na administração do Império. Por exemplo, os cabeças do culto a Ifa tinham de cancelar todas as questões de Estado. Os membros do culto a Xangô eram enviados para as unidades vassalãs, como agentes políticos, especialmente a partir de 1810, uma vez que, sendo membros desse culto, eram acatados como iguais aos reis.

*Isto, naturalmente, leva-nos a compreender como o gigante Império de Oió era administrado. O governo era monárquico (como a maioria dos outros reinos e impérios africanos) e o sistema de sucessão, patrilinear. O rei iorubá ou **alafin** era escolhido entre candidatos apresentados por diversos ramos da linhagem real, de regra em rodízio, sendo a escolha final feita por um grupo não real de chefes selecionadores de reis, o **oyó mesi**. Uma vez que o filho mais velho de um **alafin**, o **aremo**, era obrigado a cometer suicídio quando da morte de seu pai, este nunca era um sucessor.*

*O Império dividia-se em duas partes: o Oió metropolitano e o provincial. Este situava-se na direção sul, e incluía Ibarapa, Ebga, Ebgado, Owu, Ijebu, Awori, Popo e Daomé. No Oió metropolitano a autoridade do rei, ou **alafin** de Oió, era direta e completa, sendo exercida por seus oficiais palacianos e, em especial, através do sacerdote chefe do ritual de Xangô. No Oió provincial, todavia, era indireta e os poderes e independência dos governantes das províncias variavam de acordo com a importância do **alafin** e a proximidade das nações em relação à capital. Em alguns dos países provinciais o **alafin** era representado simplesmente por um **ilari** cujo dever era supervisionar a administração local e recolher os tributos. Como no Asante, mas diferentemente do Reino de Daomé, o Império Oió possuía uma simples, efetiva e unificada máquina administrativa.*

*O sistema administrativo central era interessante e, em muitos aspectos, único. O **alafin** não era um autocrata como o rei do Daomé, mas, melhor que isto, reinava com o apoio de um conselho formado por cerca de sete notáveis, conhecidos como **Oió mesi**, liderado pelo **bashorun**, ou primeiro ministro. O Conselho não apenas elegia o **alafin**, mas, segundo Johnson "representavam a voz da Nação; sobre si recaía o dever maior de proteger os interesses do Reino". Ao **alafin** não cabia declarar a guerra ou a paz sem o consentimento deles que, realmente, exerciam o direito de vida e morte sobre o **alafin**. Viesse seu líder, o **bashorun**, a declarar "Os deuses te rejeitam; o povo te rejeita; o mundo te rejeita" — e o **alafin** ver-se-ia obrigado a cometer suicídio. O poder dos **Oió mesi** podia ser medido ante a constatação de que um de seus membros, o detentor do cargo de amigo do **alafin**, tinha de, na hipótese do suicídio, com ele morrer. Ainda mais, o **alafin** e o **Oió mesi**, eram, por seu turno, controlados pelo **ogboni**, ou o Culto da Terra, uma sociedade secreta formada por todos os integrantes do **Oió mesi**, líderes de outros cultos, ricos comerciantes e proeminentes sacerdotes. Essa sociedade secreta tinha de aprovar certas decisões do **Oió mesi**, tais como a rejeição de um **alafin**, e tinha que mediar entre o **alafin** e o **Oió mesi**. Parece irrefutável que a constituição oral de Oió trazia no seu bojo um sistema de freios e contrapesos.*

Assim era Oió no auge de seu poder e grandeza. Se considerado seu tamanho, a complexidade de seu sistema religioso, a constituição oral, com seu sistema de freios e contrapesos, e sua economia baseada principalmente no comércio com o Norte e, depois, a partir do século 18, com os europeus na costa — esse foi seguramente um dos mais interessantes impérios dos que surgiram na África ocidental. Nos derradeiros anos do século 18, Oió constituía-se numa nação cuja opulência e poder seria comparável ao Asante.

16 Oió no Século 19

*P*ela metade do século 19, o poderoso, opulento e bem organizado Império que discutimos no capítulo anterior, estava completamente desintegrado. Sua porção norte, ou o Oió metropolitano, fora capturado e transformado no emirado **fulani** de Ilorin; a antiga capital, Katunga, como era chamado pelos hauçás e exploradores europeus, foi também reduzida a cinzas e o **alafin** compelido a mudar-se para centenas de quilômetros ao sul, onde se instalou no local hoje conhecido como Novo Oió; o Daomé declarou sua independência e se manteve constantemente atacando antigos suseranos; mesmo vários grupos iorubás, como os **egba**, **egbado**, **ijebu**, **ekiti** etc., recusaram-se a reconhecer o Alafin e lutaram entre si. Como Hodgkin assinalou, a mudança da antiga Oió para o novo Oió, efetivamente, marcou o fim do Império. Todo o sistema ruiu, mas outras cidades surgiram sobre os despojos, tais como Ibadan, Abeokutá, Ijaye, Modakeke, Ogbomosho, que tentaram preservar, de forma modificada, as instituições políticas e religiosas que existiram sob o antigo império. A partir de 1830 a história de Oió transforma-se na história dos que o sucederam, sendo que os três mais destacados foram Ibadan, Abeokutá e Ijaye cuja rivalidade pelo controle das rotas e política de supremacia é o tema principal da história iorubá. A grande indagação é: o que levou a um inglório fim, tão magnífico império?

O desmoronamento de Oió, durante o século 19 deveu-se a seis fatores mais importantes: o primeiro foi a firme mudança do centro de gravidade do Império, do norte para o sul. O segundo foi a degeneração do poderio militar. O terceiro, a quebra do governo central entre 1790 e 1800. O quarto foi o declínio da economia dos iorubás. Em quinto lugar, postaram-se as guerras dos **fulani** e o surgimento do Emirado de Ilorin. Sexto e último, as atividades dos ingleses. Os quatro primeiros fatores foram nitidamente internos e os dois derradeiros de caráter externo. Vamos examinar cada um deles à sua vez.

Como dito acima, uma das primeiras causas da derrocada de Oió foi a firme mudança do centro de equilíbrio do norte para o sul. Como o reverendo Johnson assinalou, "luz e civilização vieram do norte para os iorubás, onde sempre mantiveram conexões através dos árabes e dos **fulani**. O centro de vida e atividade de grandes aglomerados populacionais e sua indústria localizava-se no interior, enquanto as tribos da costa eram poucas, ignorantes e degradadas". Nada ilustra melhor a acurácia disto do que o fato de a capital, bem como as cidades mais populosas encontrarem-se no norte. Desafortunadamente, isto foi verdade apenas até o século 18. Daí em diante a antiga situação começou a reverter. De um lado aumentavam a anarquia na curva do Níger, as guerras civis e o declínio do islame nas nações hauçás, especialmente durante a segunda metade daquele século. De outro lado, deu-se um incremento no comércio entre os povos da costa e os europeus, e, no século 19, começaram a chegar

*missionários e educadores ocidentais. Luz e civilização passaram a aflorar a partir do Sul, e os povos dali tornaram-se mais e mais ricos e ocidentalizados. Por consequência, como os atuais povos da Nigéria oriental e ocidental, iniciaram a se desenvolver sob o controle do norte. É significativo que, entre 1775 e 1780, uma das nações do Sul, Egba, rebelou-se contra o **alafin** de Oió. Com a mudança do centro de gravidade da economia para o Sul, uma alteração política poderia ter sido evitada, bastando apenas que os **alafins** pudessem ter feito aquilo que os governantes do Daomé fizeram, ou seja, efetivamente ocupar os distritos do sul e introduzir um sistema direto de administração, ao invés do indireto usado. Isso não foi obtido face ao segundo e terceiro fatores mencionados acima, ou seja, o enfraquecimento do poderio militar e o desmantelamento do governo central.*

*De acordo com recente autoridade (Akinjogbin), provavelmente como resultado de uma política deliberada de Abiodun, o último e poderoso **alafin** de Oió, o Exército enfraqueceu muito. Isto torna-se evidente pelo fato de não haverem conseguido reconquistar os rebeldes Egba e foram fragorosamente derrotados por Bariba, em 1783, e por Nupê, em 1791. Como resultado dessas vitórias, as nações do norte foram se tornando independentes, o que agravou ainda mais a situação militar. O vigor do Exército Oió repousava em sua ala de cavalaria, e os cavalos eram obtidos nos mercados do norte, aos quais os **alafins** perderam acesso, como resultado de sua emancipação. Pelo início do século 19, o Exército de Oió já era uma sombra de si mesmo, numa posição perigosa para um país cuja economia baseava-se na exportação de escravos.*

*Piorou mais a posição militar o completo desmantelamento do governo central, após a morte de Abiodun, em 1789, o que se deu face ao desdém à constituição e às regras sagradas dos iorubás por Aole, o **alafin** sucessor de Abiodun, quando ordenou um ataque conta Apomu, uma cidade Ifé. Não apenas o Exército recusou-se a obedecê-lo, mas todos os grandes chefes, inclusive o **basorun**, o **owota** e o **are-ona-kakanfo**, comandante-em-chefe do Exército iorubá, fizeram o mesmo e, em 1796, ele se viu forçado a cometer suicídio. Uma vez que as autoridades de Ifé também se sentiram atingidas pelo ultraje, recusaram-se a consagrar outro dos subseqüentes **alafin**, significando que, daí em diante, qualquer chefe provincial poderia desafiá-los. Ocorreram duas breves sucessões após Aole, permanecendo 130 e 90 dias cada um dos escolhidos.*

Não é desarrazoado pensar que, a partir de 1893, quando Aole deu sua desastrada ordem, com a conseqüente contestação e ruptura de alianças por parte de vários chefes e anciões, a autoridade central entrou em colapso, não mais conseguindo recobrar-se. O efeito imediato foi que vários chefes de Oió começaram a organizar reinos para si mesmos, o que ocorreu não apenas com o Afonja, mas com todos os que se sentiram com poder de assim agir, como o Bale de Gbogun e o Onikoyo de Ikoyi. A falta de liderança, somada à atividade desses principados provinciais, tornou a vida no norte tão incerta que, a partir dos dois últimos lustros do século 18, dezenas de cidadãos iniciaram a mover-se na direção sul, para fixar nova residência. Pelo exposto, pode-se concluir que a desintegração do Império iniciou-se antes da aurora do século 19 e que as atividades dos Afonja e Fulani serviram apenas para acelerar um processo já em andamento.

Em paralelo ao enfraquecimento do Exército e à total ruína da autoridade central, a economia — baseada no comércio com o norte e com o sul, envolvendo, com aquele, especialmente, a exportação e importação de mercadorias tais como cavalos, pedras de sal, potássio, manteiga vegetal, leite, nozes de cola e animais domésticos; e com o sul, notadamente, a exportação de escravos — entrou em firme declínio.

*O alcançar da independência por Nupê; o desmoronamento da autoridade central; a conquista e ocupação **fulani**, não apenas de Nupê, mas também da parte norte da lorubalândia, e a conseqüente instabilidade gerada por todos estes eventos, causaram uma desarticulação do comércio com o norte. O tráfico de escravos, que durante o século 18 tornara-se a espinha dorsal da economia de Oió, também começou a declinar sensivelmente devido, em parte, à decadência do porto de Porto Novo, o principal escoadouro de escravos para os comerciantes de Oió, que sofreu ataques pesados do Daomé em 1803 e em 1805. Dois anos após, em 1807, os ingleses declararam abolido o tráfico e puseram sua armada a patrulhar a costa oeste, dificultando sobremodo o principal negócio de Oió.*

*Internamente, face à existência de um Exército fraco, uma economia limitada e à inexistência de uma autoridade central reconhecida — a desintegração tomou conta do próprio Oió metropolitano. Dois outros fatores meramente aceleraram o processo: as intervenções **fulani** e inglesas, partindo do norte e sul respectivamente. O Fulani, em torno do segundo decênio do século 19, conquistaram as nações hauçás e atacaram Nupê, o reino situado na confluência dos rios Níger e Benue, e estavam à espera de uma oportunidade para estender suas conquistas para o Sul, e o outro lado do Níger. A oportunidade surgiu pelo convite que receberam de Afonja, o comandante em chefe de Oió e governador da província de Ilorin.*

*Em 1817, no afã de estabelecer um reino para si, Afonja apelou aos **fulani**. Liderado por Mallam Alimi, esses, primeiramente, apoiaram Afonja a atingir seus fins; mas, em 1831, atacaram-no e o mataram. De Ilorin, então, os Fulani partiram para a invasão da lorubalândia e, em 1837, atacaram a capital. O **alafin**, como era de se esperar, foi imediatamente destronado e a capital reduzida a cinzas. A corte teve de mudar-se muitos quilômetros para o sul, na presente cidade de Novo Oió.*

*O efeito dessa derrota foi o de selar, virtualmente, o destino de Oió. Em primeiro lugar, os **fulani**, após haverem convertido as partes ao norte do Império e o principado de Ilorin em emirados seus, não deixaram de se envolver com o Sul. Buscaram, sim, assegurar a penetração do Corão na direção do mar, o que os levou a, constantemente, atacar os distritos ao sul. Apenas a brava e determinada resistência de Ibadan e Ijake freou a marcha do Fulani até a costa. De outra parte, esta ocupação **fulani** serviu para afastar o fluxo de comércio com o norte. Enquanto tais eventos passavam-se na Oió metropolitana, os príncipes da Oió provincial, ao sul, também buscaram crescer em importância, uns às custas dos outros, e o resultado inevitável foi uma série de guerras civis que se iniciaram com a Guerra de Owu, entre Owu e Ifé, que durou de 1821 até 1825. Foram refugiados dessas guerras que fundaram, tanto Ibadan, quanto Abeokutá, em 1829 e 1830, respectivamente. Essas duas cidades transformaram-se, em pouco tempo, em poderosas, densamente povoadas e bem organizadas nações e, logo após, anexaram Egba de Ijaye, Ijebu e Ogbomoshu, em competição por supremacia e, acima de tudo, pelo controle de rotas de comércio e*

hidrovias que rumavam para o Sul. Essas guerras civis empestaram a Iorubalândia durante todo o século 19.

Outra unidade vassala que se valeu dessa situação foi, como já se viu, o Daomé. Em 1821, tornou-se independente. A partir de então, começou a despejar guerra e fogo por toda a Iorubalândia. Em 1844, apossou-se de Oke-Adan, um importante centro comercial de Oió. Quatro anos mais tarde, assaltou Otta. Em 1851 e em 1864, marchou através dos distritos de Egbado e atacou Abeokutá. Essas investidas daomeanas continuaram pelo século afora e, naturalmente, intensificaram a anarquia nos distritos ao sul.

*Então, por volta de 1850 — atingidos pelo colapso da autoridade central, com o Exército debilitado, a economia em declínio — aceleraram-se as atividades dos principados provinciais e dos **fulani**, fazendo com que a desintegração total de Oió o tornasse numa série de pequenas cidades e nações rivais. Possivelmente, deixados à sua sorte, esses pequenos países e reinos teriam encontrado um **modus vivendi**, ou um deles teria recriado o Império Oió. Mas eles não foram deixados em paz. A partir de 1865, outra potência externa, desta feita a partir da costa, ativamente se imiscuiu na política de Oió: era a Grã Bretanha. Por trás do interesse de suprimir o tráfico de escravos, promover e legitimar a atividade dos missionários, os ingleses bombardearam Lagos, em 1851, e a ocuparam em 1861. Porém, as intermináveis guerras civis no interior, particularmente entre Abeokutá e Ibadan, afastaram toda e qualquer esperança de comércio lucrativo entre Lagos e aquelas regiões.*

*No início, os ingleses apenas mandavam representantes para arbitrar os conflitos, como antes fizeram no Asante. Mas, em 1865, quando Abeokutá atacou a cidade de Ikorodu, poucos quilômetros ao norte de Lagos e, apesar dos apelos, recusou levantar o cerco, os ingleses deslocaram um batalhão, que afastou os invasores. Nos anos entre 1870 e 1880, retornaram ao papel de árbitros e pacificadores; mas, na década seguinte, os anos 90, por razões que discutiremos adiante, os ingleses conquistaram e anexaram toda a Iorubalândia. Enfraquecido e dividido pelos **fulani**, molestado e acossado por Daomé, Oió, finalmente, sucumbiu ao último dos invasores: os ingleses.*

Seção 3

Europa e África Ocidental

17 A Chegada dos Europeus

*N*as últimas duas seções, traçamos, em simples contornos, a história dos principais estados da África ocidental. Referimo-nos, em diversas ocasiões, ao efeito que a atividade dos europeus causou ao destino desses entes políticos, e vimos que aqueles foram, parcialmente, e, em alguns casos, responsáveis únicos pela queda de nações da floresta e da costa. Não fora a atuação dos franceses, no findar do século 19, a dinastia Aja, por exemplo, ainda estaria reinando no Daomé. As perguntas que emergem, face às referências a nações européias, particularmente na seção 2, são: quais os países da Europa que se envolveram no processo de ruína dos reinos da costa e floresta? Quando e por que vieram eles parar na África? Qual era a natureza de sua atividade antes do último quartel do século 19? Por que tão ativa e consistentemente interferiram nos assuntos internos da região durante esse período e, também, em praticamente todo o Continente Africano? O que fizeram após a ocupação da África ocidental? E, finalmente, qual foi a reação dos africanos a tudo isto? Essas são, pois, as questões que tentaremos responder nesta terceira e última seção deste breve estudo.

Os primeiros europeus que vieram para a África do oeste foram os portugueses, que iniciaram suas atividades depois de 1421. Seguiram-lhes, logo após, depois de 1450, os castelhanos, ou espanhóis, como os chamamos hoje. Mas os castelhanos perderam seu interesse pela África, quando descobriram as Américas entre 1492 e 1504. Os ingleses e os franceses também iniciaram a operar na costa adiante das últimas duas décadas do século 15. Suas atividades foram, não obstante, empreendidas por poucos indivíduos. O desafio aos portugueses veio a ocorrer somente quando despontaram os holandeses, a partir de 1590 e, mais adiante, em 1621, ao formarem a Companhia das Índias Ocidentais. Vinte anos mais tarde os holandeses conquistaram todos os postos comerciais e castelos na costa do oeste, inclusive Elmina, e estabeleceram um monopólio sobre o comércio. Logo após 1650, os ingleses e franceses também intensificaram suas atividades na região. Operando com o sistema de arrendamento de empresas, conseguiram superar os holandeses já em fins do século 17. Os dinamarqueses (1642), os suecos (1647), os brandemburgueses (1682) entraram também no cenário da costa. As atividades dos suecos e dos brandemburgueses não foram coroadas de sucesso e terminaram em 1661 e 1732, respectivamente. Mas as outras cinco potências — Portugal, Holanda, França, Inglaterra e Dinamarca — continuaram a operar na costa até que os dinamarqueses partiram, em 1850, e os holandeses em 1872.

Por que a expansão européia na costa não se deu senão a partir do século 15. E por que os portugueses foram os que tomaram a liderança? Existem três respostas principais para tais questões. A primeira é que os problemas de construir navios

capazes de navegar em 2longas distâncias, enfrentando desafios do mar e da técnica de navegação, ou seja, encontrar rotas e caminhos em alto mar e neles bem trilhar, não foram satisfatoriamente resolvidos, senão nos primeiros anos do século 15, quando a caravela, uma embarcação que singrava os mares usando velas triangulares, substituiu barcos a remo. Acrescenta-se que o uso da estrela Polar como indicador de longitude e latitude foi melhor aproveitado. Ainda a bússola, desenvolvida a partir de uma agulha magnetizada, numa bolha de água a flutuar dentro de uma lasca de madeira (no século 13), evoluiu para uma agulha centrada, a dançar sobre um cartão com os quatro pontos cardeais e os trinta e dois pontos que conhecemos. Finalmente, o astrolábio e um rudimentar quadrante, feito para medir a altitude de corpos celestes, foram inventados.

A segunda razão é econômica. Até o século 15 os países europeus tinham de se sujeitar ao suprimento, sempre mais caro, de especiarias e mercadorias em geral, vindo, através de um colar de intermediários, da Malásia, da Índia, do Egito e da Itália. A descoberta de uma rota marítima para os mercados do Leste, que não se encontrassem sob o controle de potências muçulmanas, tornava-se mais e mais urgente, na medida em que especiarias e outros produtos vindos do Oriente tinham seus preços muito altos. O ouro também se tornara mercadoria rara na Europa no século 15, especialmente pela prática da cunhagem de moedas em ouro ao invés de prata. A descoberta das fontes do ouro que chegava aos mercados do norte da África das quais os portugueses tornaram-se testemunhas oculares durante seu ataque e conquista de Ceuta, no Marrocos, em 1415, foi, seguramente, um dos fatores que precipitou a sistemática exploração da costa da África imediatamente após a incursão sobre Ceuta.

A terceira razão era política. Por todo o séculos 15 e o 16, todos os países da Europa oriental tiveram que enfrentar ameaças constantes de invasão de parte dos turcos otomanos, ameaças que se concretizaram com a tomada de Constantinópla pelos turcos em 1453. A França e a Inglaterra se encontravam envolvidas com uma série de guerras que se tornaram conhecidas como a Guerra dos Cem Anos. No século 16, a Europa ocidental estava infestada por guerras religiosas cuja centelha fora a Reforma, e que se estenderam até a metade do século 17. Os holandeses também encaravam sua guerra de independência contra a Espanha, que se alongou até o fim do século 15. É significativo que aqueles começaram suas atividades de ultramar somente após essas guerras todas. Na Península Ibérica, Castela empreendia uma cruzada contra os muçulmanos, o que não acabou antes de 1492, quando conseguiram expulsá-los de seu território. Enfrentando esses problemas políticos as potências européias não tinham como promover aventuras no além-mar.

Portugal assumiu a liderança nessas atividades, essencialmente, porque foi o primeiro país a resolver a maioria dos problemas técnicos de que já nos ocupamos antes. Também, diferentemente de outros reinos europeus, Portugal não enfrentava qualquer desarranjo interno ou externo no início do século 15. Pelo contrário, havia, há muito, expulsado os muçulmanos(1262). Desfrutava, sim, de paz e estabilidade nos anos finais do século 14. Ainda mais, a nova dinastia dos Avis, que assomou ao poder em 1385 não apenas tinha-se consolidado no início do século 15, mas, estava preparada para financiar as atividades de ultramar, enquanto Henrique, um dos filhos do fundador da nova dinastia, mostrava-se ansioso por organizar e dirigir esse

empreendimento.

Por razões técnicas, econômicas e políticas, as nações européias não puderam se lançar nas atividades do mar até o século 15. Assim, os portugueses foram os primeiros em todas as atividades que conduziram ao além-mar. Não foi senão até o fim do século 16 e metade do século 17 que os holandeses, os ingleses e também os franceses sentiram-se em condições de aventurarem-se nos mares.

Qual era, então, o objetivo das nações européias ao virem para a costa ocidental da África, e o que conseguiram até o fim do século 18? É certo, a partir das evidências disponíveis, que todas desejavam aprender alguma coisa a respeito das regiões desconhecidas da África e encontrar um caminho para a Índia. Também, desde o início, os portugueses, pelo menos, queriam converter os africanos ao catolicismo. Todos, seguramente, buscavam fazer comércio com os africanos. Assim, em termos amplos, seus objetivos eram científicos, religiosos e econômicos.

Ao fim do século 18, tinham atingido o objetivo científico em considerável extensão. Sob inspiração e patrocínio do príncipe Henrique, os portugueses iniciaram suas atividades como exploradores, em 1417, tendo, no ano seguinte, alcançado a Ilha da Madeira. Chegaram ao cabo Bojador em 1434; ao cabo Branco em 1442; à embocadura do rio Senegal e às ilhas do Cabo Verde em 1444; à linha que forma a costa da atual Serra Leoa em 1460. Dez anos mais tarde, chegaram à costa de Gana. Moveram-se adiante, para alcançar Benin, em 1482. Contornaram o cabo da Boa Esperança, em 1487, e, dez anos depois, quase ao fim do século 15, chegaram à Índia. Essas atividades de exploração, entretanto, cingiam-se quase que inteiramente à costa. Nem os portugueses ou os outros europeus que os seguiram importaram-se com o interior do continente.

No campo religioso, embora todas as nações européias, cedo ou tarde tenham-se tornado interessadas na conversão dos africanos ao cristianismo, muito pouco haviam conseguido até meados do século 18. Os portugueses mostravam-se sérios a este respeito e alguns frades franciscanos e monges jesuítas sempre acompanharam as primeiras viagens. Sobretudo em 1441, quando um pequeno grupo de negros foi levado para Portugal, o príncipe Henrique demonstrou interesse neles, batizou-os e selecionou os mais talentosos para serem missionários. Ao longo da década iniciada em 1451, alguns reis das regiões do Senegal e Gâmbia converteram-se, e, em 1458, um abade foi nomeado. Quando os portugueses construíram seu poderoso castelo em Elmina, em 1482, também instalaram uma capela para os africanos. Quatro anos depois, alguns missionários foram enviados para Benin. Todavia, embora os portugueses continuassem a dispensar certa atenção ao trabalho missionário, nos séculos 16 e 17, particularmente na Senegâmbia, Benin e Congo, nada de permanente resultou dessas atividades, pelo menos no que concerne à África ocidental, até meados do século 18. Os holandeses, que substituíram os portugueses, no século 17, interessaram-se pela obra missionária e, inclusive, iniciaram o trabalho de preparação de africanos para estudarem na Europa. Os mais destacados foram Jacob Capitein e William Anton Amo. Este obteve os graus de mestrado e doutorado em universidades alemãs e chegou a lecionar nas universidades de Wittenberg, Halle e Denvar antes de retornar para Axim, sua cidade natal, em 1747. Mas também nada resultou dessas tentativas holandesas, como de idênticas praticadas por franceses e

ingleses. Os capuchinhos franceses e espanhóis, além dos dominicanos franceses, também enviaram missionários para a costa oeste entre 1637 e 1704. Igrejas protestantes somaram-se a esses esforços, no século 18, com uma missão enviada para Elmina, em 1737, pelos Irmãos Unidos da Igreja Moraviana, e outra pela Sociedade de Propagação da Fé, para Cape Coast, em 1751. Mas, pela metade do século 18, as sementes da cristandade davam mostras de haverem falhado em germinar naquela região. E isto se devia, parcialmente, a que o trabalho missionário era sobremodo sacrificado pelos interesses comerciais.

Os portugueses, os franceses e os ingleses mostraram, realmente, certo interesse pela colonização. Os portugueses, contudo, confinaram esse interesse às ilhas além do continente. Assim, Canárias, Madeira, Fernando Pó e São Tomé foram logo colonizadas. Os franceses também tentaram instalar-se na foz do Senegal, entre 1687 e 1702, mas não obtiveram sucesso. Foram seguidos pelos ingleses, que fundaram a Colônia da Coroa da Senegâmbia, em 1763, mas a abandonaram em 1783. Vê-se, então, que na metade do século 18 os objetivos políticos também não haviam sido alcançados.

Apesar da limitada natureza do sucesso no campo da exploração e dos insucessos nas áreas religiosa e política, os europeus não apenas permaneceram na costa ocidental, mas seu número aumentou. Isto deveu-se simplesmente a que consideraram as atividades econômica e comercial muito lucrativas. Os europeus negociaram, primeiramente, com açúcar e pimenta (ou grãos do paraíso), depois marfim, cera e ouro, e os locais de onde tais produtos eram retirados recebiam nomes, como Costa dos Grãos, Costa do Marfim e Costa do Ouro. O negócio do ouro era especialmente lucrativo. No início do século 16, o valor do ouro exportado pelo atual Gana foi estimado em 100.000 libras esterlinas, o que representava, por ano, um décimo do ouro comercializado no mundo. Foi o comércio altamente lucrativo do ouro que conduziu muitos europeus para o litoral de Gana e motivou a construção de toda uma série de fortes e castelos, alguns dos quais ainda se encontram em uso. A partir da segunda metade do século 16, o tráfico de escravos começou a obscurecer todos os outros negócios. No século 18, veio a se tornar a principal fonte de preocupação das nações européias na costa oeste. O crescimento, volume, natureza e efeitos desse comércio através do Atlântico será o objeto de nosso próximo capítulo.

8 O Tráfico Atlântico de Escravos

O tráfico atlântico de escravos tornou-se, como foi visto, a principal preocupação das nações europeias na costa, no alvorecer do século 18. Seu início não foi de todo agourento. Em 1441, Gonçalves, um dos exploradores portugueses, retornou para Lisboa com um grupo de dez africanos que presenteou ao príncipe Henrique. Como vimos no último capítulo, o príncipe Henrique recebeu-os com grande prazer, uma vez que esperava convertê-los ao cristianismo, educar os mais talentosos e enviá-los de volta como missionários. Embora tudo indique que os desejos de Henrique nunca se materializaram, mais e mais africanos foram levados para Portugal e lá vendidos. Um cronista da época escreveu que, quando da morte de Henrique, em 1460, um número entre 700 e 800 escravos eram exportados anualmente para Portugal. Diz-se que Henrique teria, pessoalmente, condenado o comércio de africanos, mas os reis e príncipes portugueses que se seguiram, não apenas deram sua benção ao tráfico, como dele participaram. Está registrado que, entre 1486 e 1493, uma média de 448 escravos pertencentes à coroa portuguesa eram para lá exportados.

Se a exportação de escravos houvesse sido confinada apenas para Portugal, ou, ainda, para a Península Ibérica, teria terminado em pouco tempo. Lastimavelmente, entretanto, estendeu-se, através do Atlântico, para as Américas. Quando os espanhóis começaram a explorar o norte e o sul das Américas — entre 1492 e 1504 iniciando o estabelecimento de plantações, mas dando ênfase, acima de tudo, à extração de fabulosos recursos minerais —, um grave problema surgiu: a mão de obra. Os povos indígenas mostraram-se abaixo da capacidade requerida para tanto. Naturalmente os espanhóis, que já estavam acostumados ao uso da mão de obra africana, viram na exportação dessa para o Novo Mundo a solução ideal para o seu problema mais imediato. É interessante notar que o primeiro grupo de africanos exportado para as Américas, em 1501 aproximadamente, foi enviado para Lisboa. O tráfico direto, da África para a América, só viria a ocorrer cerca de 20 anos após.

Na medida em que mais minas eram abertas e mais plantações emergiam, a demanda de escravos aumentava. Entre 1530 e 1600, uma média de 13.000 escravos eram exportados todos os anos para a América. Este número cresceu para 27.500, por ano no século 17; 70.000 no século seguinte e, em torno de 1830, atingiu 135.000 por ano. Este impressionante aumento deveu-se ao firme processo de colonização das Américas e, especialmente, face à introdução do sistema de plantação extensiva de cana-de-açúcar a partir de 1640.

A maioria dos escravos eram exportada dos territórios situados entre Gana e Camarões, fazendo com que aquela parte da costa ficasse conhecida como Costa dos Escravos. Alguns eram obtidos em Angola e no Congo. Os escravos originários de

Gana eram conhecidos, nas Américas e nas Índias Ocidentais, como negros **koromantin**, a partir da denominação da parte costeira onde os ingleses construíram seu primeiro acampamento, provavelmente em 1631. Eram considerados os mais corajosos, os mais arrogantes e insubordinados de todos os escravos, constituindo-se, comumente, em líderes de revoltas. Edward Long, que escreveu **História da Jamaica**, em 1774, chama-os de "arrogantes, ferozes e obstinados", e refere-se a um levante de escravos no qual 33 **koromantins**, "a maioria dos quais recém importados, mataram e feriram nada menos do que 19 brancos, no espaço de uma hora".

A Assembléia Legislativa da Jamaica, ao descrever a série de revoltas que ocorreram durante a metade do século 18, informa que " todos os distúrbios foram planejados e conduzidos pelos negros **koromantins**, que diferem de seus confrades pela aversão à agricultura e ferocidade marcial de suas posturas".

Como eram esses numerosos desafortunados africanos escravizados e comprados? Professores africanos e políticos devem, honestamente, admitir que o escravizar e o vender africanos, a partir de século 17, era feito por africanos, especialmente reis da costa e seus anciãos. E, sobretudo, poucos foram os europeus, a incursionar no interior da África, para a captura de escravos. Os africanos, aprisionados e feitos escravos, eram de quatro tipos: criminosos, vendidos pelos chefes como punição; livres, capturados em emboscadas por africanos e poucas quadrilhas de europeus; escravos domésticos, revendidos e, por último, prisioneiros originários de guerras. Embora a punição de malfeitores, com sua venda como escravos, não se constituísse em novidade na África, com o início do tráfico essa prática tornou-se altamente abusiva. Muitos reis adquiriram o hábito de punir todo e qualquer crime com a escravização do acusado. E, novamente, como alguns escritores assinalaram recentemente "complôs contra os governos locais tornaram-se surpreendentemente comuns nas cidades costeiras, onde os navios negreiros ancoravam. O rei quase sempre descobria certo número de **perigosos** conspiradores. Assim, naturalmente, tinha de vendê-los. Para eliminar todo e qualquer perigo, vendiam o conspirador, sua mulher, seus filhos e, ainda, seus irmãos. Devedores também eram alienados. Mas a fonte maior de suprimento de escravos eram as incursões promovidas com o objetivo único de aprisionar os homens para a venda e, ainda, as guerras entre tribos e nações, que produziam milhares de prisioneiros de guerra, a maioria dos quais encontraram naquilo seu caminho para as Américas. O capitão John Hall, que viajou pela África em 1772 e 1776, narra que o despontar de um navio tumbeiro na antiga Calabar era o sinal para africanos, com suas canoas, subirem o rio, retornando duas ou três semanas após com os botes cheios de escravos.

Todos esses escravos eram trocados com os europeus por mercadorias, tais como armas, pólvora, algodão, rum, contas, barras de ferro e cobre. O preço de um escravo foi sempre aumentando de ano para ano. No início do século 18, o custo médio de um escravo homem, saudável, posto a bordo, era de 10 libras esterlinas. Na metade do século, este preço subira para 15 libras. No findar da centúria, custava 27 libras. O preço líquido de venda de um escravo, nas Índias Ocidentais, durante a segunda metade do século 18, era de 40 libras.

Que efeitos teve sobre a costa oeste o odioso tráfico? Curiosamente, historiadores europeus dizem que o tráfico teve efeitos bons e ruins. Alguns dizem que

as partes da costa que mais sofreram, tais como a chamado do Ouro e a dos Escravos, estão entre as mais avançadas e densamente povoadas, tendo o tráfico atuado, em certas circunstâncias, como estímulo para o crescimento populacional e o desenvolvimento das instituições políticas. Esse argumento, contudo, não pode ser aceito como válido. É, pois, correto concluir que as áreas mais punidas com a escravidão são as mais populosas e as mais avançadas de hoje. Isto deveu-se não ao tráfico, senão, como assinala um historiador, ao fato de, mesmo antes, serem aquelas zonas já densamente povoadas. E mais importante ainda: foi precisamente naquelas regiões que, como se pode ver ainda hoje, houve a promoção do cultivo de produtos agrícolas, tais como azeite-de-dendê, amendoim e algodão, e mais, que, na exploração de suas fontes de recursos minerais, após o fim da escravatura, tiveram amplo êxito. E não deve ser esquecido que o considerável aumento ocorrido na população do oeste africano foi durante os últimos cem ou, mesmo, cinqüenta anos.

*Outros historiadores também viram estreita conexão entre a escravidão e o surgimento e expansão de estados como Benin, Oió, Daomé e Asante. Mas Benin, seguramente, surgiu e atingiu um estágio avançado de desenvolvimento pelo menos cinqüenta anos antes que qualquer europeu houvesse posto o pé em seu território, e duzentos anos antes que comerciantes da grande Europa necessitassem de escravos. Não existe, da mesma forma, qualquer razão para pensar-se que a expansão de Benin, durante a primeira metade do século 17, tenha-se devido, apenas, a razões econômicas. Razões políticas, como a necessidade de controlar o fluxo de armas de fogo no interior, poderiam também ter sido tão ou mais importantes. No que concerne ao Asante e Daomé qualquer pessoa que haja lido os capítulos anteriores deste livro irá facilmente concluir que o surgimento desses países pode, adequadamente, ser explicado sem qualquer referência ao tráfico atlântico de escravos. Ainda mais, deve ser notado que a expansão **asante** em direção à costa e o esforço em manter seu cerco sobre os estados postados na linha da costa não foi abandonado após o término do tráfico de escravos. Ao contrário, foi entre 1807 e 1824 que o Asante conquistou os estados independentes **fante** na costa e apertou seu cerco sobre outros, sendo o principal motivo garantir seu próprio suprimento de munição para fins, tanto defensivos quanto ofensivos. E, como já vimos anteriormente, ficou provado que os reis do Daomé conquistaram e absorveram os estados da costa durante os trinta primeiros anos do século 18, inicialmente, com uma visão voltada mais para eliminar o tráfico do que dele participar.*

O comércio de escravos não assegurou benefícios de qualquer tipo à África ocidental. Pelo contrário, foi, para usar as palavras de um historiador, em 1890, "uma miséria não mitigada — um crime não redimido por qualquer circunstância atenuante". Em primeiro lugar, porque levou a uma imperdoável destruição da população. Durante todo o período do tráfico estima-se que a África perdeu entre 30 e 40 milhões de almas. É particularmente lamentável que as vítimas tenham sido os mais viris, os mais ativos dentre os habitantes da África do oeste — os homens e mulheres jovens e saudáveis. Em março de 1722, os diretores da Companhia Africana, em Londres, instruíram seus agentes, no castelo de Cape Coast, para que tivessem pronto para embarque um carregamento de 600 escravos e que "todos deveriam ser negros bons para venda, como segue: 2/3 homens; 1/3 mulheres; 6/7 de cada carga deveria estar entre os 16 e

os 30 anos de idade, não podendo, em hipótese alguma, ultrapassar os 30 anos. Deveria 1/7 ser de meninos e meninas, menores de 10 anos de idade". Em segundo lugar, as invasões que os traficantes empreendiam geravam grande miséria, sangue e destruição, sendo vilas inteiras queimadas e muitas pessoas mortas. As incursões e guerras criaram uma atmosfera de geral insegurança, que impedia um progresso ordenado e atividades culturais. Terceiro, embora as guerras civis e entre nações fossem conhecidas antes da chegada dos europeus, e apenas professores ansiosos em glorificar o passado africano podem isto negar, não há qualquer dúvida de que a demanda de escravos fez aumentar a ocorrência de tais guerras. Ainda mais, as guerras tornaram-se mais desmoralizadas do que as pré-européias, posto que, como acentua recente estudioso africano, a luta era, agora, motivada por ganância, não por auto-proteção, nem ambições imperialistas. Elas também se tornaram cada vez mais sangüinárias, pelo uso das armas de fogo. Em quarto lugar, o tráfico de escravos tendia a eliminar outras atividades que existiam antes, e assumiu uma posição dominante na vida da costa oeste, levando ao desaparecimento ou deterioração de indústrias, como as de manufatura de contas e roupas, fundição, bem como os trabalhos artesanais em ouro e bronze. O notável é que algumas dessas atividades sobreviveram e estão sendo incrementadas hoje em dia. Quinto: o tráfico de escravos era o principal responsável pelo atraso no desenvolvimento de produtos agrícolas, uma vez que os governos europeus não os viam com bons olhos, especialmente a partir de 1740.

Por exemplo, em 1751 o Conselho Inglês de Comércio ordenou temporariamente a Thomas Melvil, governador do castelo de Cape Coast, que suspendesse a implementação do cultivo de algodão entre os **fante**, baseado em princípios mercantilistas, como se pode indubitavelmente ver: "A introdução da cultura e indústria entre os negros é contrária à política deste País, não havendo à vista qualquer indício de que vá mudar; ao contrário, pode estender-se ao tabaco, açúcar, e toda a mercadoria que agora seja trazida das colônias. Diante disto, os africanos que se mantêm através de guerras, gerando escravos, iriam, ao invés de mandá-los para a América, torná-los empregados rurais de si mesmos". Como se examina agora, após a abolição dos escravos, à África ocidental foi permitido e, mesmo, assistida a produção de alguns produtos agrícolas, mas, de novo, proibida em algo: bens manufaturados que deveria continuar a comprar da Europa. Em sexto lugar, longe de promover o desenvolvimento de algumas instituições nacionais, o tráfico sufocou seu crescimento. Isto foi particularmente verdade no campo jurídico. Finalmente, o tráfico brutalizou todos os povos que dele participaram, negros e brancos, e causou uma séria ruptura na cultura do continente. No todo, o tráfico de escravos foi um dos maiores crimes cometidos contra a África, e um dos mais desastrosos episódios da História.

19 A Era da Abolição e Exploração

A partir do século 16, até os últimos quatro lustros do século 18, as atividades das nações européias na costa eram confinadas, como se viu, ao odioso comércio de escravos. Parcialmente, pela oposição de intermediários africanos, mas, especialmente, porque podiam atingir seus fins permanecendo nos castelos a negociar com as embarcações — os europeus confinaram-se à costa, ignorando áreas a poucos quilômetros da costa. Houvesse continuado a concentração de interesses no tráfico, e tivessem sido mantidas as restrições às atividades dos europeus ao longo do século 19, e a história da África seria diferente. Porém, na quarta década desse século, o comércio de escravos e a própria escravidão estavam abolidos por quase todos os países da Europa. Os exploradores europeus, todavia, haviam penetrado para o interior, a locais tão remotos quanto Sokoto, a capital do Império Fulani e Kukaawa, capital do Reino de Bornu. Missionários europeus voltaram novamente para seu trabalho de propagação das religiões cristãs, bem como de fundação de escolas. Assim, ao longo dos derradeiros vinte anos do século 18, e nos primeiros anos do seguinte, o escopo e natureza dos interesses e atividades dos europeus na África ocidental sofreram uma revolucionária transformação. Quais foram as causas e efeitos dessa mudança?

Como a abolição do tráfico de escravos e o despontar da exploração do interior da África marcaram o início de verdadeira metamorfose, disso iremos a seguir tratar.

Houve muita controvérsia sobre as circunstâncias que levaram à abolição do comércio de escravos. Alguns historiadores, a maioria deles britânicos (Coupland, Mathieson e Mellor), têm atribuído à abolição razões puramente humanitárias, morais ou religiosas. Outros, porém, têm sustentado que o tráfico foi abolido, principalmente, por razões de ordem econômica (Williams e Dike). Um desses escritores, natural de Serra Leoa (Conton) afirma: " O tráfico foi abolido porque tornou-se mais rentável buscar matérias primas e mercados ao invés de escravos".

A partir de um mais cuidadoso estudo de evidências, parece que o tráfico e escravidão foram abolidos, tanto por razões humanitárias, quanto econômicas. Em primeiro lugar, não deve ser esquecido que os ataques contra o sistema escravista não se iniciaram, na Europa e na Inglaterra, antes do século 18 — que viria a ser a centúria em que a literatura, a filosofia e a religião dariam ênfase à igualdade, fraternidade e liberdade do homem. Foi nesse século, particularmente em sua segunda metade, que se viu o renascimento do Evangelho, conduzido por John Wesley. Ele e seus confrades

pregavam a igualdade de todos os homens ante o Criador e uma comum paternidade n'Ele, condenando a escravidão e o tráfico como inumanos e contra Deus. Grandes filósofos da época, como Rousseau e Adam Smith, e figuras de expressão da literatura e romancistas, como Samuel Johnson e Daniel Defoe (autor de Robinson Crusoe), agiam pela condenação do escravismo, nos terrenos moral e humanitário. Seus argumentos e escritos convenceram a muitos, criando, no século 18, uma atmosfera particularmente favorável para um ataque ao escravismo.

Em segundo lugar, os povos que se organizaram e desfecharam o ataque contra o escravismo, mantendo-se persistentemente na linha de frente da campanha, eram aqueles que estavam impregnados das idéias, de então, de humanitarismo e de evangelização. Entre estes incluíam-se Granville Sharp, Thomas Clarkson, Henry Thornton, William Wilberforce e, mais tarde, Fowell Buxton e James Stephen. Foram estes homens que formaram a Sociedade para a Abolição da Escravatura, em maio de 1787, e a Sociedade Britânica Anti-Escravatura, em 1823, e que lideraram, ambas, a campanha contra o tráfico. Organizaram escritórios por todo o País, com o fim de levantar a opinião pública contra o regime escravista. A partir de 1788, persistentemente, apresentaram moções ao Parlamento, até conseguir atingir seus objetivos, com a abolição do comércio de escravos em 1807, e a escravidão em 1833.

Mas, se considerações morais e humanitárias fossem, sozinhas, o suficiente, a abolição ter-se-ia dado em 1792, quando a Casa dos Comuns aprovou uma lei concordando com a abolição do tráfico. Na oportunidade, a maioria dos membros do Parlamento havia, efetivamente, se convencido de que a venda de africanos era demoníaca e desumana. Contudo lutaram pelo aumento do tráfico ao invés da eliminação, uma vez que estavam convencidos de que a abolição traria um mal ainda maior, chamado ruína econômica das colônias Britânicas e do Caribe. Se o Parlamento Britânico concordou em abolir o tráfico em 1807 e a escravidão em 1833, influíram outras razões, que não apenas humanitárias; seguramente econômicas. Em primeiro lugar, torna-se claro que, no fim do século 18, as ilhas britânicas, Índias Ocidentais, já tinham todos os escravos de que podiam necessitar. Em realidade, cerca de cinquenta por cento deles estavam sendo reexportados para ilhas de outras potências européias. Significava, pois, que a abolição não lhes seria de todo prejudicial. Segundo: mesmo alguns dos colonos do Caribe inglês resolveram aderir ao movimento abolicionista, por nenhum outro motivo senão o medo que passaram a sentir face à colonização por franceses e ingleses de ilhas vizinhas, conquistadas nas guerras entre 1792 e 1802, e que se mostravam férteis e, pensavam, poder-lhes-iam levar à ruína. Indubitavelmente, uma das razões para a aprovação da lei de 1807, como mesmo Coupland admite, foi a divisão que ocorreu entre os parlamentares, uns apoiando, outros não, os fazendeiros das ilhas do Caribe. Terceiro: uma vez que o Brasil e Cuba produziam açúcar em maior quantidade e melhor preço durante a segunda metade do século 19, o açúcar do Caribe não podia ser vendido nos mercados da Europa. Formou-se um excedente de açúcar na Inglaterra, e um escritor (Williams) defendeu que a aprovação das leis de abolição, de 1807 e o de 1833, deveu-se ao excedente de açúcar no mercado inglês e à necessidade sentida de fazer diminuir a produção nas colônias. Todavia, se condições econômicas nas Índias Ocidentais, sozinhas, tornassem obrigatória a abolição, o governo inglês não teria com tal concordado. E isto é evidente pelo fato de que, entre

1772 e 1774, foi recusada a sanção real às leis aprovadas pelos legislativos de Massachusetts, Virgínia e Jamaica, impondo a abolição ou reduzindo o volume de escravos no tráfico. As colônias foram informadas de que não lhes era permitido "obstar ou desestimular, de nenhuma forma, o tráfico, tão benéfico para a Nação Britânica". Que o comércio de escravos era um esteio da economia inglesa é fato que não pode ser posto em dúvida. As manufaturas têxteis, de refino do açúcar, naval e do ferro, todas dependiam indiretamente do tráfico com as ilhas das Índias Ocidentais. Entre 1800 e 1830, especialmente como resultado da Revolução Industrial, ou seja, da mudança do trabalho manual pelo mecanizado, muitas dessas indústrias começaram a prescindir do Caribe. As indústrias têxteis, por exemplo, necessitavam de muito mais algodão do que as ilhas podiam produzir. Então buscavam mais suprimento do sul dos Estados Unidos. As refinarias de açúcar, da mesma forma, solicitavam mais matéria-prima do que lhes ofertavam as ilhas. Por isso, começaram a olhar para o Brasil. Os armadores passaram a experimentar maior lucratividade em transportar matérias primas, como açúcar brasileiro e algodão norte-americano, ao invés de escravos. Por volta de 1805 apenas dois por cento da tonelagem transportada pelos navios ingleses provinha do tráfico. Sobretudo, como mais e mais máquinas entravam no processo produtivo, os industrialistas e humanitários começaram a argüir se não seria melhor, ao invés de exportar africanos, mantê-los em casa e integrá-los no processo de produção de matérias-primas — como azeite-de-dendê, usado para lubrificar máquinas, amendoim e algodão — para o sistema industrial europeu. As matérias industrializadas, então, poderiam ser vendidas, também, de volta, no mercado africano. Tornara-se claro, no início do século 19, que o comércio de escravos deixara de ser um arrimo para a economia inglesa e que a África poderia servir mais à Inglaterra gerando produtos agrícolas, do que mandando mão de obra para o Caribe. Em realidade, essas teriam sido as considerações que, avaliadas entre 1807 e 1833, levaram à completa abolição do sistema escravista. Deu-se, portanto, esse processo mais por razões econômicas do que por considerações humanitárias e morais.

Enquanto razões humanitárias, e depois industriais, se agigantavam em favor da abolição da escravatura, na Inglaterra e na Europa em geral, outra atividade que afetaria o continente africano mais diretamente ocorria concomitantemente. Era a sistemática penetração de seu interior, que se iniciou em 1788, com a formação da Associação Africana. Alguns historiados têm a visão de que essa exploração foi produto de pressão humanitária em favor da abolição do tráfico. Mas esse ponto de vista veio a provar-se errado. Os membros da Associação Africana constituíam-se em pessoas desinteressadas da causa abolicionista. Preocupavam-se, sim, em questões científicas, como botânica e etnografia da África; ou econômicas, como mercados para produtos industrializados ingleses; e, da mesma forma, por matérias geográficas, como a nascente, o curso e a foz do rio Níger, de cuja existência sabiam na Europa, mesmo antes de Cristo. Entre 1788 e 1795, a Associação enviou três exploradores na busca do Níger, não tendo qualquer deles logrado sucesso. Um quarto explorador, Mungo Park, conseguiu deslocar-se da embocadura do Gâmbia até o interior e, então, alcançar o Níger em Segu. Ele voltou para a Inglaterra, em 1797, com detalhadas informações sobre a densidade populacional da região, o alto grau de civilização a que chegara aquele povo, e a supremacia da religião e educação islâmicas. Mas, sobretudo,

detalhes sobre a abundância de ouro e outras reservas naturais prontas para serem exploradas. Todo o potencial descrito pelos exploradores trouxe à mesa o medo dos ingleses de serem aliados pelos franceses. Por isto, o governo da Inglaterra assumiu, diretamente, a responsabilidade pela exploração da África a partir de 1805. Nesse ano Mungo Park foi novamente enviado para tentar resolver o enigma da foz do rio Níger. Essa expedição, contudo, acabou desastrosamente, com a morte de Park nas corredeiras de Bussa. Outra missão foi enviada, via Gâmbia e Congo, em 1815, e via Trípoli em 1817, mas também falharam. A expedição liderada por Denham e Clapperton, entre 1821 e 1825, conseguiu vencer o Saara a partir de Trípoli e explorar as regiões que se situam hoje no norte da Nigéria. Finalmente, três anos antes da abolição da escravatura, o antigo problema de chegar à embocadura do rio Níger foi resolvido por John e Richar Lander. Os relatórios destes exploradores viriam a confirmar documentos anteriores que registraram a grande potencialidade econômica das regiões interioranas. Por conseqüência, entre 1800 e 1833, o tráfico e a escravidão estavam abolidos, o interior da África fora alcançado e o enigma Níger desvendado. Iria a Europa abandonar a África?

20 Os Humanitários e a Costa — 1808-80

Longe de promover a saída das nações européias da África, a abolição do tráfico de escravos e da escravidão, e a exploração de seu interior, criaram problemas cuja solução envolveram a Europa em geral, e a Inglaterra em particular, ainda mais em assuntos internos da África ocidental. O problema maior foi como conseguir uma abolição em âmbito mundial e, também, como tornar mais efetiva a execução das leis aprovadas e que determinavam o fim do sistema escravista. Segundo, a abolição criou um dilema social, tanto na Inglaterra quanto na América, que teria de ser resolvido: o que fazer com os escravos libertos. Terceiro, os abolicionistas e humanitários achavam-se convencidos de que o tráfico constituía-se em um crime contra a humanidade e um pecado perante Deus, e que deveria, não apenas ser abolida, mas deveria também ser reparada com a introdução de civilização, educação e o cristianismo na África. Quarto, como o escravismo constituía-se na principal atividade econômica na costa ocidental a abolição criou um vácuo econômico que tinha de ser preenchido. A questão final era se, face à descoberta da foz do rio Níger, este deveria ser ou não transformado em uma hidrovia comercial. Estes os desafios que as nações européias iriam ter de enfrentar durante o século 19. Quais os resultados e as conseqüências?

Os humanitários e filantropos desafiaram o problema social em primeiro lugar. Já em 1772, em muito face ao esforço de Granville Sharp, um dos abolicionistas, do titular da Suprema Corte, Lord Mansfield, foi ordenado que a escravidão era ilegal na Inglaterra, e que cada escravo, ao ali pôr o pé, tornar-se-ia automaticamente livre. O resultado dessa decisão foi que, de repente, centenas de escravos viram-se libertos e muitos deles ficaram desempregados e desamparados. Para atender a esta questão, os humanitaristas resolveram fundar uma colônia na costa oeste, aonde aqueles escravos poderiam ser acomodados. É onde se situa hoje Serra Leoa. Em 1787, 290 negros, 41 negras, 70 prostitutas brancas e 6 crianças brancas, 38 oficiais e artesãos com suas famílias, além de um passageiro particular, partiram da Inglaterra. Chegaram ao destino em maio de 1787, e aí se iniciou a formação da atual Serra Leoa. Os abolicionistas viram-se impossibilitados de arcar com as crescentes despesas de custo administrativo, transferindo-a ao governo inglês, em 1807 — o ano em que o tráfico foi abolido. A população cresceu rapidamente, especialmente face à chegada de milhares de escravos que eram capturados e, em seguida, postos em liberdade, pela ação de navios de guerra ingleses, que patrulhavam o alto mar. Serra Leoa, com sua população crioula, como a conhecemos hoje, emergiu daí. Nos Estados Unidos, da mesma forma, o medo de que escravos libertos pudessem instigar os ainda cativos, aumentando a pressão pela independência, conduziu à criação, em 1821, da colônia da Libéria, que

chegou à independência, bem cedo, em 1847.

Além de ver o despertar dessas jovens colônias, os humanitários e os abolicionistas também se atribuíram a tarefa de pressionar o governo inglês para a obtenção de uma abolição internacional do tráfico. Como resultado dessa pressão e da boa acolhida que mereceu a iniciativa, por volta de 1830, a maioria dos países europeus fez aprovar em seus parlamentos leis abolindo a escravidão e extinguindo o tráfico. Apesar destes decretos, o volume do tráfico aumentou. Os abolicionistas voltaram a fazer pressão sobre o governo britânico para que colocasse navios de guerra na costa da África com ordem de capturar os barcos que estivessem transportando ilegalmente escravos às Américas, para áreas onde o tráfico ainda dominava. O patrulhamento naval da costa oeste, que iniciou operações em 1808, continuou até a década de 60. Foi para, parcialmente, reprimir o tráfico e, na mesma medida, estimular a ação dos missionários, bem como legitimar o comércio, que o governo britânico bombardeou a cidade de Lagos, em 1850 e, finalmente, a anexou a seu Império em 1861. Os ingleses também destacaram cônsules para as baías de Benin e Biafra, pela mesma razão. Na área de Gana, como já foi dito antes, tendo-se tornado, mais e mais, envolvidos com a política local, acabaram, por fim, estabelecendo a Colônia da Costa do Ouro, em 1874.

*Os humanitários devotaram porção maior de seu tempo espalhando o pensamento de Cristo e a cultura européia na costa ocidental da África. Em verdade, consideravam isto uma importante forma de redimir os pecados que cometeram contra a África, na mesma medida que fora o abolir a escravidão e o tráfico. Deste modo, entre 1792 e 1804, foi instrumentalizada a formação de um certo número de sociedades missionárias como a Sociedade Missionária Batista. A primeira dessas entidades a enviar missionários para o exterior foi a Sociedade Missionária Wesleyan. Deve-se recordar que as tentativas da Sociedade Missionária Moravian e a Sociedade para Propagação do Evangelho resultaram em fracasso. Em 1795, a Sociedade Missionária Wesleyan enviou uma delegação de mecânicos e pregadores para Serra Leoa, tendo estes ampliado suas atividades para a Gâmbia em 1821, Gana, em 1834, e Iorubalândia em 1840. A Sociedade Missionária Glasgow e Scottish também entrou em campo, em 1797, e a Sociedade Igreja Missionária, em 1806. Essas três organizações viram-se seguidas por outras ao redor do mundo, entre 1820 e 1860. Entre as novas sociedades, incluíam-se a Sociedade Missionária de Bremen, que passou a operar no Togo; a Sociedade Evangélica Missionária Basel, da Suíça, no leste de Gana; a Igreja Unida Presbiteriana da Escócia, em Calabar; a Sociedade dos Missionários Franceses, da França, na Costa do Marfim, Daomé e Benin; e, finalmente, mais de dez delas, originárias dos Estados Unidos da América operando na Libéria, Serra Leoa e Iorubalândia. Assim, no mesmo instante em que o maometismo purificava-se e expandia-se através de uma série de **fulani jihads** (guerras santas dos **fulani**), o cristianismo consolidava-se na África do ocidente.*

Essas sociedades, porém, não se limitavam apenas à construção de igrejas, pregação do Evangelho e conversões ao cristianismo. Todos os missionários ocupavam-se, também, do desenvolvimento da agricultura e da legitimação do comércio, como um substituto para o tráfico, bem como à melhora do padrão de vida dos africanos. Eles introduziram novas variedades de culturas, desenvolveram fazendas experimentais e ensinaram novos métodos de produção e preparo de produtos para

exportação. Por exemplo, em Gana, os metodistas introduziram a cultura do café, canela, cravo e laranjas em Cape Coast e Beulah (13 km de Cape Coast), em 1840. A Sociedade Basel organizou plantações de cacauzeiros em Akropong, de onde abastecia os demais fazendeiros com mudas, mas seu esforço nesse campo falhou. Algumas das sociedades missionárias formaram companhias comerciais destinadas a comprar produtos ali produzidos e vendê-los em todo o continente africano. A Sociedade Missionária Basel criou, em Gana, a Basel Trading Company, (hoje conhecida como U.T.C.), em 1859, enquanto a Sociedade Igreja Missionária (C.M.S. - Church Missionary Society) formou a Companhia da África Ocidental (West Africa Company), na Nigéria, em 1863. Tentaram persuadir os africanos e seus reis a cessar com alguns de seus desumanos hábitos, como os rituais cruentos. Eles também introduziram uma nova arquitetura adequada aos trópicos, e foram, seguramente, os primeiros no uso dos tijolos, pedras e ferro corrugado na construção de casas.

A mais significativa contribuição das sociedades missionárias foi no campo da educação, ao que devotaram muito tempo. Todas elas edificaram escolas primárias e secundárias, bem como colégios técnicos. Em 1841, a C.M.S. mantinha 21 escolas de ensino elementar em Serra Leoa e, em 1845, fundaram os ginásios, um para meninos e outro para meninas. Já em 1827, estabeleciam a Fourah Bay College, que existe até hoje. Até 1940, o Fourah era a única instituição de ensino universitário em toda a África ocidental. O trabalho educacional das missões, em Gana e na Nigéria, foi ainda mais espetacular. Em 1846, a Wesleyans criou em Gana quatro escolas para meninas e outras vinte para meninos. Em 1876, abriram a primeira escola secundária, hoje conhecida como Mfantsipim. A Missão Basel também fez abrir um certo número de internatos. Em 1856, estabeleceram o Colégio Técnico Presbiteriano de Akropong.

Finalmente, as sociedades missionárias e os humanitários dedicaram parte de seu tempo a estudos de lingüística, visando a conseguir sistematizar, em forma escrita, e ensinar os convertidos a estudar a Bíblia em seu vernáculo. Em 1880 a maioria das mais importantes línguas faladas no oeste, como Temne, Twi, Gã, Ewe, Iorubá, Hauçá e Efik, estavam sistematizadas em forma escrita, tendo sido preparadas gramáticas, dicionários e a Bíblia. Algumas daquelas entidades chegaram a montar gráficas, dentre elas a Gráfica Presbiteriana de Gana e a C.M.S. na Nigéria, para a produção e distribuição de livros religiosos.

Todos os aspectos da vida dos africanos passaram a ser influenciados pela ação das sociedades missionárias, e um dos principais resultados foi o surgimento de um novo tipo de africano — educado, cristão, tendo gosto para coisas européias, como o vestir, comer, beber e a música, absorvidos através da leitura e de idéias e influências do exterior, mas, ainda, conservando raízes africanas, como a manutenção das suas responsabilidades para com a família e submissão à autoridade tradicional. Mas, em seu trabalho, os missionários comumente encontraram resistência por parte de governantes africanos, tendo sido impedidos de agir, ainda, face às guerras entre estados, que comumente ocorriam. Muitos tinham de, com freqüência, implorar pela proteção de seus governos, para manutenção da lei e da ordem. Alguns apelos foram atendidos e a anexação de Lagos ao Império Britânico, em 1861, é deles resultado. Muitos não eram reais, serviram apenas de desculpa para aquisição de áreas durante a era da partilha da África, que se iniciou após 1880. Sobretudo, os missionários

envolviam-se com tudo da África — arte, música, dança, sistemas de casamento e até nomeação — buscando uma renúncia de seus convertidos a tudo isto. Suas atividades criaram divisões na África e retardaram o desenvolvimento da cultura autóctone. Em seu trabalho educacional, também procuraram dar especial atenção ao ensino da leitura, escrita e aritmética, para desamparadas unidades de treinamento industrial e técnico. Sem dúvidas, têm-se uma dívida de gratidão para com os missionários.

21 Os Comerciantes e a Costa

A abolição do tráfico de escravos e a solução do enigma do Níger veio a criar problemas tanto sociais como econômicos. Primeiro, deveriam os comerciantes estabelecidos na África deixar o continente após o fim do tráfico, que fora sua principal atividade, ou permanecer e darem-se a uma outra atividade, tendo como produto mercadorias? Segundo, deveria o Níger ser aproveitado como uma hidrovia para o interior? Como os humanitários, os comerciantes também, por duas importantes razões, optaram por não abandonar a costa oeste, mas ficar e, ao mesmo tempo, desafiar os problemas econômicos. A principal razão é que já haviam investido pesadamente em capital, navios e castelos na região e não poderiam se dar ao luxo de abandonar tudo. Segundo, eles compreenderam que um substituto para os escravos poderia ser encontrado em muitos produtos nativos disponíveis e de grande demanda na Europa, como o azeite-de-dendê, amendoim, café, goma, borracha, algodão, madeiras e, mais tarde, cacau. Os comerciantes, assistidos por missionários, começaram, então, a promover a produção desses gêneros e produtos após a abolição do escravismo.

Tanto europeus, quanto comerciantes africanos voltaram sua atenção para o dendê, que era urgentemente necessitado na Europa, como lubrificante de recém inventadas máquinas e para fabricar sabão, que seria usado, mesmo, pelos operários das fábricas para sua higiene. As palmeiras cresciam nativas por toda a costa africana desde tempos imemoriais. Durante os primeiros vinte anos do século 18, a Companhia Africana Real Britânica, em particular, tentou promover a exportação do azeite-de-dendê. Esta iniciativa foi abandonada, contudo, especialmente em razão do tráfico de escravos. Com a abolição do comércio inumano, mais enérgicos esforços foram feitos e os africanos viram-se estimulados a produzir óleo, bem como nozes para exportação. A promoção dessa atividade foi positiva, especialmente nas regiões do delta do Níger, na Nigéria, onde a quantidade de dendê produzido aumentou rapidamente por todo o século, de 1.000 toneladas em 1810, para 5.000 em 1820; de 10.000 em 1830, para 30.000 toneladas em 1850. O dendê passou a ser exportado também de Gana a partir de 1820. Já em 1840, constituía-se no terceiro produto mais exportado, superado, somente, pelo ouro e o marfim.

Outro produto que se tornou em importante item de exportação foi o amendoim, que era utilizado também para a produção de sabão, especialmente na França. O amendoim era cultivado, em princípio, nas regiões que hoje formam a Gâmbia e o Senegal. Em 1830, dez cestos de amendoim foram exportados, pela primeira vez, de Gâmbia. Vinte anos mais tarde, o volume aumentara para a expressiva quantidade de 8.600 toneladas por ano, sendo que, até hoje, o amendoim representa a principal fonte de recursos daquele País. O Senegal e a Serra Leoa seguiram o exemplo de Gâmbia e, muito mais tarde, após a construção de uma estrada de ferro, o norte da Nigéria

também se tornou grande exportador de amendoim.

A produção de goma, café, algodão e madeiras foi também estimulada, variando em grau os acertos e erros. A partir de 1880, a borracha e o cacau despontaram. A goma, principal matéria prima exportada do Senegal, tornou-se mais e mais importante depois de 1820. As tentativas de cultivar algodão falharam em vários locais da costa oeste, como no Senegal, Gâmbia e Gana. Deu certo na Nigéria. Aí, em 1860, pelo esforços dos missionários, o algodão tornou-se a terceira fonte de exportação. Após 1860, o norte da Nigéria viria a ser o mais importante produtor de algodão de toda a região. O café foi também cultivado com certo sucesso em Serra Leoa. A indústria da madeira iniciou-se em várias áreas, a partir de 1840, e prosseguiu até nossos dias. Nos dois últimos decênios do século 19 a atenção foi, em especial, voltada para dois novos produtos: borracha e cacau. A extração da borracha tornou-se um sucesso particularmente em Gana, Serra Leoa, Gâmbia e Nigéria, sendo que, em torno a 1890, Gana era o terceiro maior produtor mundial de borracha. Entretanto o desordenado uso dos seringais, a competição por parte da Malásia e, por último, a implantação da indústria do cacau, foram fatores que, reunidos, liquidaram com a indústria da borracha em Gana. Após as experiências não bem sucedidas dos missionários de Basel para introduzir, entre 1850 e 1860, o plantio de cacauzeiros, a indústria do cacau viria a firmar-se depois de 1879, quando Tete Quarshie plantou sementes trazidas por seu irmão, de Fernando Pó. Em 1891, ocorreu o primeiro embarque de cacau, pesando 40 quilos, no valor de magras 4 libras. A partir desse modesto início, a indústria desenvolveu-se até tornar-se o que é hoje, a espinha dorsal da economia de Gana. O plantio do cacauzeiro foi estimulado no oeste da Nigéria, constituindo-se seu fruto, hoje, em produto importante da pauta de exportações.

Os anos finais do século 19 também assistiram ao início da exploração, em larga escala, pelas empresas européias de mineração, das reservas minerais. Até 1880, o ouro era, virtualmente, o único mineral exportado da África ocidental. A partir de 1882, zinco, carvão, manganês, diamantes e ferro foram acrescentados à lista.

As várias tentativas de estruturar um comércio na África ocidental não se confinaram às regiões da costa. Os comerciantes europeus decidiram explorar o Níger como uma hidrovia comercial. De fato, quando John e Richard Lander retornaram para a Inglaterra com a novidade da descoberta da foz do rio Níger, duas companhias foram formadas, uma na Inglaterra e outra nos Estados Unidos, com o objetivo de estabelecer um centro de comércio permanente na confluência do Benue com o Níger. Em 1832, ambas as companhias enviaram expedições, contudo as duas falharam, face à recepção hostil dos moradores do delta e, especialmente, por causa do alto índice de mortandade, causado pela malária na região do Níger. Outra expedição enviada pelo governo britânico, em 1841, atendendo apelo de movimentos abolicionistas, retornou dois meses após, com a perda de um terço de sua equipagem de 145 homens. Em 1854, o governo da Inglaterra enviou uma terceira expedição, que retornou em fevereiro de 1855. Essa, de muitos modos, assinalou a superação dos problemas e a retomada do objetivo de fazer do Níger uma hidrovia comercial. O barco a vapor, construído especialmente para essa expedição, conseguiu cobrir os 1.260 quilômetros do Níger, no período de onze semanas. E confirmou o previsto nas expedições anteriores, entre 1832 e 1841 — o rio poderia ser navegado, se navios adequados fossem empregados.

Mas o fato mais importante foi que nenhum dos membros da tripulação veio a morrer, face ao emprego do quinino, não apenas como curativo, mas, já, como preventivo contra a malária.

Com os problemas de navegação e saúde resolvidos, muitos comerciantes, especialmente ingleses, começaram negociar com o interior, ao longo do Níger. Entre 1857 e 1859, três postos comerciais foram instalados na extensão da hidrovia, em Aboh, Onitsha e Lokoja. O lucro, nesses postos, subiu de 1.800 libras, em 1857, para 2.750, em 1858, e para 9.000 em 1859. O único obstáculo para tão próspero comércio era a oposição dos africanos residentes na foz, que viam seu papel de intermediários seriamente ameaçado. Em 1861, esses africanos atacaram bravamente os navios que subiam o Níger, tendo recebido a contra-ofensiva dos ingleses, que enviaram navios de guerra para bombardear as cidades da região do delta e esmagar os rebeldes. A partir daí, até 1871, os navios de guerra cumpriram o rito de uma missão punitiva anual ao longo do Níger. Com a remoção desse último obstáculo, o volume de comércio ao longo do rio só fez por aumentar.

Torna-se claro que várias tentativas foram feitas para preencher o vácuo deixado pelo fim do sistema escravista, resultando em considerável sucesso. Em 1880, o tráfico de escravos era coisa do passado e, em seu lugar, surgiu um florescente comércio de produtos nativos, como azeite-de-dendê, sementes oleaginosas, amendoim, algodão, goma, marfim e madeiras. Este sucesso teve conseqüências sociais, políticas e econômicas de longo alcance. O primeiro e mais importante efeito social foi o de, não mais mercadoria, haver o africano assumido a condição de ser humano, portador de necessidades espirituais e materiais a serem satisfeitas. Segundo, como resultado do aumento da atividade comercial emergiram duas categorias de africanos: uma classe média, formada por comerciantes, e outra trabalhadora, constituída dos que eram empregados de vários europeus, comerciantes e companhias de comércio. Economicamente, o efeito foi que, mais e mais comerciantes e empresas comerciais de vários países europeus, sentiam-se atraídos pela África ocidental. Perto de 1840, mais de 10 empresas da Inglaterra e oito da França ali operavam. Adiante, depois de 1840, viram-se acompanhados de uma série de companhias da Alemanha. Em 1870, seis alemãs, especialmente de Hamburgo, monopolizavam o comércio na Togolândia e Camarões. Essa acirrada rivalidade não se atinha à costa. Por volta de 1880, pelo menos cinco sociedades britânicas e duas francesas operavam ao longo do Níger. As antigas empresas foram posteriormente fundidas, transformando-se na companhia United African, que foi arrendada em 1886 e rebatizada como Royal Niger Company.

As conseqüências políticas dessas atividades econômicas também tinham um longo alcance. Como os missionários, os comerciantes europeus apelaram, freqüentemente, a seus governos, para imporem a paz e a ordem e dobrar qualquer oposição dos intermediários africanos. Foi principalmente em resposta a tais apelos que os governos europeus envolveram-se nos assuntos internos dos países africanos durante o século 19. Por exemplo, foi voltada para atender aos interesses desse comerciantes que a Inglaterra interferiu nas guerras Asante-Fante, no século 19, que, como já vimos, culminaram na anexação do sul de Gana em 1874. Da mesma forma, os franceses anexaram Porto Novo e Cotonou, em 1880, especialmente para facilitar a

atividade dos comerciantes, enquanto, como veremos aqui, apelos de missionários e negociantes da Togolândia e Camarões deram ao Bismark a desculpa para incorporar essas áreas em 1884.

Fica evidente a constatação, pela leitura do capítulo anterior, e deste, de que o fim da escravidão e tráfico, bem como a solução para a navegação no rio Níger, ao invés de assegurar a saída dos europeus, lançou-os em profundidade nos negócios da África ocidental. Em 1880 eles não apenas ensinavam o Evangelho e construíam colégios na costa oeste, mas se encontravam ativamente comercializando produtos nativos, como dendê, amendoim e algodão. E, como resultante dessa atividade, investiram-se no controle político de alguns distritos, especialmente ao longo da costa.

22 A Partilha da África

*A*pesar das muitas atividades desenvolvidas pelos missionários e comerciantes, entre 1808 e 1880, e suas conseqüências, existiam ainda grandes áreas não afetadas, social ou economicamente, até 1880. Fora as bacias do Níger, Gâmbia e Senegal, a ação atinha-se à costa. Politicamente também, embora seu trabalho tenha enfraquecido ou causado a desintegração de alguns impérios e reinos da costa oeste da África, não levou à completa derrubada e absorção até 1880. A maioria das nações que emergiram sobre as ruínas daqueles estados ainda desfrutavam de uma vida autônoma, mesmo que, em alguns casos, bastante precária.

Contudo, durante um curto espaço de vinte anos, entre 1880 e 1900, a influência européia estendeu-se a todos os cantos da África ocidental. Ao fim desse período, apenas um país, a Libéria, era ainda independente e soberana; todos os outros reinos e nações tornaram-se colônias das potências da Europa.

O que levou à completa perda da independência dos países africanos, não apenas do oeste, mas de todo o continente?

As causas não seriam encontradas nas condições daquele período na África ocidental. Em torno de 1880, alguns reinos e impérios, como os do Daomé e Sokoto, no norte da Nigéria, Sikasso e Samori eram ainda poderosos e estáveis. Mesmo onde haviam declinado ou se desintegrado, até 1870, tentativas desenvolviam-se, nos anos 80, para reviver sua glória. Um bom exemplo é o trabalho de Kwaku Dua III, conhecido como Prempeh I, que se tornou o **asantehene** em 1888. No ano de sua ascensão ao trono, esmagou as rebeliões de Kokofu e Mampong, enviou uma majestosa delegação para negociar junto aos ingleses a devolução de Adansi e Kwahu, e iniciou gestões para o regresso de Dwaben, que migrou para a costa após sua derrota na guerra civil de 1875. Em torno do terceiro ano de seu reinado, conseguiu restaurar, de certa forma, a unidade e a ordem, e acreditava no restabelecimento do Império Asante. Quando, em 1891, foi-lhe oferecida a proteção britânica, recusou-a polida, mas firmemente. Disse ao governador inglês: " Meu reino jamais se sujeitará a tal política. O Asante deve permanecer independente como antigamente e, ao mesmo tempo, ser amistoso com todos os homens". (Trata-se de reminiscência de circulares enviadas por Menelik, o imperador da Etiópia, naquele mesmo ano, a todas as importantes potências européias. "Eu não tenho intenção, escreveu, de ser um espectador indiferente quando longínquas potências surgem com o projeto de dividir a África... Assim como o Todo Poderoso tem protegido a Etiópia até agora, estou confiante de que irá proteger e desenvolvê-la no futuro". O Noro-Naba de Wagadugu deu a mesma resposta aos franceses em 1895. Se tempo Prempeh houvesse tido, teria conseguido reviver o Império Asante. Mas, apenas cinco anos após rejeitar à oferta de proteção, que ocorreu em 1896, foi preso pelos ingleses e enviado para o exílio nas Ilhas Seicheles, lá permanecendo até 1924. A

maioria dos estados africanos não abriu mão de sua independência. Ela foi usurpada pelos europeus.

Por que as potências da Europa resolveram apropriar-se de todo o continente africano na última vintena do século 19?

A resposta pode ser encontrada nas forças econômicas, sociais e políticas, imperando na Europa durante a segunda metade desse século. A primeira razão foi a necessidade de novos mercados para o excesso de produtos gerados face à Revolução Industrial, e exportados, durante a segunda metade do século 19, da Inglaterra para a França, Rússia, Alemanha e Itália. À medida que cada país tornava-se industrializado, iniciava a produzir mais mercadorias do que podia consumir localmente e, então, partia à busca de solução para seu excedente de produção. E a solução veio através da imposição de elevadas tarifas aduaneiras, barrando a entrada dos concorrentes, e na aquisição de colônias, cujos mercados podiam dominar. A demanda por matérias-primas fez-se, da mesma forma, altamente competitiva, tornando-se, por isto, objetivo dos países industrializados controlar as fontes de suprimento de algodão, borracha e minerais, dentre outros. De fato, de acordo com o historiador norte-americano, Carlton Hayes, o que, realmente, impeliu à corrida econômica em direção à África e ensolaradas ilhas do Pacífico " não foi, em especial, o excesso de produção das fábricas na Europa, mas uma escassez de matérias primas".

Um terceiro fator econômico, na corrida por colônias, foi o investimento do saldo de capital. Enquanto os lucros acumulavam-se mais e mais nos países europeus, a necessidade de novas áreas onde o capital fosse colocado e desse mais rentabilidade começou a ser sentida por homens como Jules Ferry, primeiro-ministro francês, de 1880 a 1883. Ele encontrou solução na aquisição de novas colônias. Num de seus discursos disse, " As colônias são, para países ricos, um dos mais lucrativos métodos de investir capital... Eu digo que a França, que está saturada de capital, que o tem exportado em quantidades consideráveis, tem interesse em postar-se deste lado da questão... Que é o mesmo do escoamento de nossas manufaturas."

Lenine, o grande líder russo, atribuiu o crescimento desse novo imperialismo apenas a essa necessidade, descrevendo-o como o mais alto estágio do capitalismo. Todavia alguns historiadores, especialmente britânicos e americanos, criticaram o ponto de vista de Lenine amparados no fato de que as potências imperiais não investiram muito capital nas colônias, mas, sim, em países independentes, como os Estados Unidos, Brasil e Canadá. Embora seja verdade que o grosso do capital das potências imperiais tenha sido empregado fora de suas colônias, isto não prova que, no tempo em que as estavam conquistando, não planejavam investir ali. Por certo aconteceu que, tendo conquistado as colônias, compreenderam haver superestimado as potencialidades do adquirido e concluíram que teriam mais lucro investindo noutras partes.

As forças políticas do momento alargaram sobremodo as raízes econômicas. Após a guerra Turco-Russa, entre 1877 e 1878, um equilíbrio de poder surgiu na Europa, o que tornava impossível expandirem seus territórios dentro do continente. Um ponto de menor resistência teria de ser encontrado: para a Rússia, postava-se na Ásia Central; para os Estados Unidos, ficava em seu oeste selvagem; para os países da Europa ocidental, era "o mar e as novas terras além". A expansão adiante do ponto de resistência tornou-se praticamente inevitável pela força do nacionalismo. Da mesma

forma que, na segunda metade desse século, ingressou na história a era do nacionalismo africano, a segunda metade do século 19 assinalou a fase do nacionalismo europeu. Um período que viu surgir as nações-Estado da Alemanha e Itália, enquanto na França o nacionalismo surgiu qual um clímax de frenesi, como resultado da guerra Franco-Germânica, entre 1870 e 1871, e a perda da Alsácia e Lorraine. O surgimento do nacionalismo deu partida para a partilha da África, especialmente porque, durante as duas últimas décadas do século 19, as colônias transformaram-se em símbolo de grandeza nacional e prestígio, como viria a ser, mais tarde, ter uma bomba atômica ou satélites. Mais colônias tinha uma nação, mais poderosa e grandiosa era considerada. Então, após humilhantes derrotas, em 1870-1871, a França voltou sua atenção para além-mar, a fim de demonstrar que, apesar da derrota, ainda era uma potência. Como um de seus estudiosos proclamou em 1882, "a colonização era, para a França, uma questão de vida ou morte. A França tornar-se-ia a maior potência na África ou não passaria de potência de segunda classe na Europa". Os alemães também falaram em "conseguir um lugar ao sol", enquanto a Itália, da mesma forma, ingressou na corrida para as colônias, por uma questão de prestígio. Há muito de verdade na visão, segundo a qual, da mesma forma que o nacionalismo africano de hoje é o principal responsável pela morte do colonialismo na África, o nacionalismo europeu gerou seu surgimento.

Fatores sociais foram também importantes na conquista das colônias. A revolução industrial e o sistema capitalista produziram não apenas superávit de capital, mas, também, um saldo excedente de força de trabalho. Na medida em que um maior número de máquinas era posto em uso, mais trabalhadores viram-se desempregados. Nos anos 70 do século 19, estimou-se em um milhão de desempregados na Alemanha e Itália. A solução para tal problema foi encontrada na conquista de colônias, para onde poderia ser enviado o excedente populacional, ao mesmo tempo em que os manteria ligados ao seu país de origem. Os locais escolhidos foram: a África do norte, do leste, central e do sul. Condições climáticas e os mosquitos afastaram tais assentamentos na costa oeste.

O desejo expresso por alguns europeus de terminar com o tráfico interno de escravos e espalhar a civilização e educação nos países menos desenvolvidos através da colonização é, via de regra, visto de forma diferente. Como definiram os historiadores Carrington e Cohen, a principal razão era, sim, a partilha da África. Se aquele desejo fosse verdadeiro, a partilha da África teria ocorrido entre 1840 e 1850, como conseqüência dos gritos de proteção lançados por missionários e os apelos de David Livingstone. Ainda mais, a virtual ausência de questões humanitárias na Conferência de Berlim, nos anos de 1884 e 1885, e o fato de, entre 1900 e 1945, muito pouco haver sido feito para promoção do bem-estar e educação dos africanos nas colônias, desmentem motivações humanitárias e desinteressadas na partilha da África. Os motivos revelaram-se nem filantrópicos nem gratuitos, mas emergiram de egoísticas necessidades sociais, políticas e econômicas das potências européias.

Essa inevitável corrida em busca de colônias iniciou-se no oeste da África, não em 1882 ou 1884, como geralmente se supõe, mas em 1879, quando o rei Leopoldo, da Bélgica e França, enviou Stanley e de Brazza para concluírem tratados com os governantes da bacia do rio Congo. Como essa área fora reservada para uso exclusivo

dos portugueses, a repentina intromissão dessas potências os alarmou. A Inglaterra também sentiu sua sólida posição, na área das bacias de Benin e Biafra, ameaçada pelas atividades dos franceses em Porto Novo e no rio Níger no início dos anos 80. Foi para bloquear os franceses e a Leopoldo II que os ingleses apoiaram os portugueses na questão do Congo e, ao mesmo tempo, despacharam Hewett, em maio de 1884, a fim de declarar como protetorado a área que hoje é representada pelos distritos ao sul da Nigéria . A confusão estava armada e seguia seu rumo. Quando Hewett aportou na costa oeste, em julho, teve de agir rapidamente, pois constatou que os alemães, até então fora do processo, entraram na disputa, com a anexação da Togolândia, em junho, e dos Camarões, uma semana antes de sua chegada.

Historiadores questionaram as razões pelas quais Bismark, o chanceler da Alemanha, tinha por objetivo mergulhar seu País na escalada por colônias em 1884. Muitos sustentaram que isto dar-se-ia por razões meramente diplomáticas, ou seja, brigar com os britânicos de forma a conseguir a simpatia dos franceses. Mas isto não é razoável. Se Bismarck desejasse lutar com os ingleses te-lo-ia feito no Egito. Mas, mesmo quando ingressou na corrida, ele ainda apoiava os britânicos na crise do Egito. Segundo: se realmente desejasse trazer a Inglaterra para a disputa sobre a costa oeste, teria, sim, anexado áreas nas quais a Inglaterra deitou seus interesses, como o sul de Gana ou o delta do Níger. Mas Bismarck deixou em paz essas áreas. Entrou, em verdade, na corrida porque em 1880 a pressão posta sobre si pelas câmaras de comércio, especialmente a de Hamburgo, por empresários como S. C. Godeffroy e Adolf Woermann, e banqueiros como Von Hansemann e Bleichroder, tornou-se muito forte. Apelos posteriores de proteção continuaram chegando de comerciantes alemães e missionários da costa oeste. O Bismarck esperou, apenas, por um momento favorável, quando poderia obter o apoio total da opinião pública de seu País. A recusa dos ingleses de estender sua proteção aos negociantes alemães baseados na África do sudoeste e sua inabilidade em atender repetidos apelos, deram-lhe a oportunidade de, em março de 1884, ao proteger os comerciantes alemães, anexar a região em abril. Em maio, enviou um representante, Nachtigal, com instruções secretas para anexar o Camarões.

Com a França, a Alemanha, a Inglaterra e Portugal — todos ativamente reivindicando porções da África ocidental, a escalada sobre a continente chegou a seu mais avançado estágio em julho de 1884. Foi para dispor normas que regulassem a disputa e afastar a possibilidade de um conflito aberto que uma conferência internacional efetivou-se em Berlim, de 15 de novembro de 1884 a 30 de janeiro de 1885, sob a presidência de Bismarck. Em 26 de fevereiro de 1885, o Tratado de Berlim foi assinado. Entre outras disposições ficou acordado que qualquer potência que desejasse reivindicar um território teria de notificar os signatários " a fim de assegurar-lhes, se necessário, também legitimar suas próprias reivindicações", e que cada anexação dever-se-ia seguir da imediata ocupação, antes que fosse tornada válida. Que deveria haver liberdade de comércio na bacia do Congo, bem como livre navegação nos rios Níger e Congo. Durante e após a conferência, as potências européias enviaram representantes e soldados que, pela persuasão, força ou suborno, conseguiram fazer governantes africanos assinar acordos nos quais cediam, em muitos casos inocentemente, seus territórios. Governantes houve que compreenderam, na

*totalidade, tais acordos e rebelaram-se contra os mesmos. As revoltas, entretanto, eram esmagadas e os insubmissos ou eram assassinados, ou exilados. Outros, como Lat-Dior, Samori Toure, Ba Bemba e Behanzin resistiram desde o início, mas não conseguiram manter sua independência. Lat-Dior, de Cayor, resistiu aos franceses até que foi morto em 1885. Samori Toure defendeu seu imenso Império, que se estendia de Boure até o norte de Gana, entre 1891 e 1898, quando foi capturado e deportado para o Gabão, onde veio a falecer em 1900. Ba Bemba, de Sikasso, também, de forma brava, opôs-se aos franceses e, em 1894, suicidou-se quando viu que os fatos lhe eram totalmente adversos "preferindo o suicídio à desonra". Behanzin, o rei do Daomé, resistiu aos franceses, entre 1892 e 1894, quando foi preso e deportado, primeiro para a Martinica e, então, para Argel onde morreu em 1906. Da mesma forma, perderam, os ingleses, boa parte do início deste século, para suprimir a resistência em Bornu e nos emirados **fulani** do norte da Nigéria.*

Em 1900, praticamente a totalidade da África ocidental e o restante do continente estavam em poder de nações européias, que visavam a saciar egoísticos fins econômicos, políticos e sociais.

3 Os Colonialistas e a África do Oeste

Na África ocidental, as principais nações que participaram do drama da partilha foram Inglaterra, França, Portugal e Alemanha. A Grã Bretanha adquiriu a área que hoje pertence aos seguintes países: Gâmbia, Serra Leoa, Gana e Nigéria. A França apossou-se de: Mauritânia, Senegal, Mali, Costa do Marfim, Alto Volta (NT: Burkina Faso), Guiné, Daomé (NT: Benin) e Níger. Portugal ficou com a Guiné-Bissau. A Alemanha apossou-se do Togo e Camarões, embora os tenha perdido para a França e Inglaterra ao fim da I Guerra Mundial. O que fizeram as potências em suas colônias, entre 1900 e 1950, período que pode ser chamado como a era clássica do capitalismo na África do ocidente?

Inicialmente, deve-se perguntar como as potências cuidavam de suas colônias?

*Enquanto os ingleses tratavam suas colônias como entidades autônomas, os franceses e portugueses tratavam-nas como **territoires d'outre-mer** (províncias de ultra-mar). Sob pressão das colônias e, também, de sociedades anti-colonialistas, nos países e fora deles, os ingleses adotaram, a partir de 1948, uma política definitiva cujo objetivo era "levar os territórios colônias a serem conduzidos por governos responsáveis dentro da **Commonwealth** (NT: Comunidade Britânica de Nações). Os portugueses, por seu turno, fixaram-se no princípio da assimilação ou identidade, ou seja, transformar africanos em portugueses negros, governando-os como se portugueses fossem, com instituições similares às da metrópole. Os franceses mudaram sua forma de assimilação para associação, isto é, tratar os africanos como tal, mas governar com a cooperação dos mais habilitados, embora, como um professor norte-americano disse: "o fantasma da assimilação foi-se perpetrando e pode ainda ser visto a flutuar, aqui e ali, nos assuntos das colônias franceses". Porém a constituição da IV República, promulgada em 1946, definitivamente fixou uma progressiva descolonização. Em legislação posterior, uma invisível União da República Francesa, formada pela França, departamentos e territórios de ultramar, instalou uma Assembléia da União, na qual a França e os territórios de além-mar faziam-se representar em igualdade, e que, mesmo, estendeu a todas as colônias francesas da costa oeste representação para atuar junto ao Parlamento Francês, honraria, até então, outorgada, apenas, às quatro comunas do Senegal. Esta diferença fundamental na atitude das potências coloniais em relação às suas colônias deve ser notada, posto que explica, em grande parte, as diferentes políticas — administrativa e a nativa — que adotaram em suas colônias, antes e depois da II Guerra Mundial. Vamos, primeiro, examinar os sistemas de administração que cada uma das potências coloniais adotou. De conformidade com sua crença de que as colônias eram entidades à parte, os ingleses instalaram sistemas governamentais separados para cada colônia. Um governador subordinado à Secretaria de Estado das*

Colônias administrava a colônia com a assistência de dois conselhos, um Legislativo e outro Executivo, de servidores públicos. Muitas das leis e decretos para cada colônia eram editados pelo governador e seu conselho, não pelo governo britânico em Londres.

Outras nações, seguindo seus princípios, mantiveram regimes centralizados e autoritários. Entre 1899 e 1922, os franceses transformaram as suas oito colônias da África ocidental na federação chamada África Ocidental Francesa (A.O.F.), tendo como capital Dakar. Dirigia a federação um governador-geral. Ele se subordinava ao Ministério das Colônias, recebendo ordens diretas de Paris, seguindo leis editadas na França. À testa de cada colônia estava um governador, que era assistido por um Conselho de Administração. Postava-se imediatamente abaixo do governador-geral e não do ministro das Colônias, em Paris, e podia tomar decisões apenas em matérias específicas. Similarmente, nas colônias portuguesas, toda a política e legislação vinham da Metrópole. O governador-geral e seus subordinados simplesmente eram executores, pedindo auxílio local apenas quando necessário, mas nunca sendo compelidos a tanto.

*Os sistemas de governo locais também variaram sob regimes diversos. Os ingleses adotaram o sistema de governo indireto, fazendo-o através de instituições nativas, ou seja, por meio de chefes tradicionais, da lei consuetudinária e das práticas locais, enquanto outras potências valeram-se do governo direto, pela nomeação de funcionários públicos que administravam as colônias valendo-se de leis portuguesas e francesas. No sistema inglês, cada colônia era dividida em distritos, subordinados a comissários ou administradores, que eram agrupados em províncias, estas sob o comando de comissários provinciais. Cada distrito era, de certa forma, fronteiriço, com uma subdivisão territorial tradicional ou Estado sob o mando de um chefe ou rei. Os assuntos do dia-a-dia, os ordenamentos locais, as questões de saúde pública e a jurisdição sobre certos casos específicos eram afetos aos chefes e seu Conselho de Anciões. O comissário distrital tinha por obrigação, enfim, verificar se o rei e seus anciões obedeciam aos ordenamentos britânicos, embora, na prática, tudo fosse imposto aos chefes. Um aspecto peculiar do sistema britânico de governos locais era a completa exclusão de todos aqueles não privilegiados, por nascimento, com a condição de reis, chefes ou anciões — embora fossem, comumente, a elite educada e os membros da nascente classe média. Tão ligados ficaram os ingleses a esse sistema — em parte por barato, e ainda porque era o método mais indireto de governar diretamente — que o estenderam a todas as colônias, bem como criaram chefes onde antes não havia, como entre os **ibos**, na Nigéria.*

*Outras potências, por sua vez, adotaram o sistema direto de administração local, tanto na teoria quanto na prática. Como os britânicos, também dividiram suas colônias em círculos sob Comandantes de Círculo. Cada um tinha sua subdivisão com respectivos chefes e era ainda mantida outra subdivisão, cujo resultado foi o surgimento dos cantões, estes subordinados a chefes africanos. Porém o termo **chefe**, usado pelos franceses, tinha significado diferente daquele usado pelos ingleses, posto que os franceses é quem nomeavam tais chefes, não seguindo a tradição, que assegurava essa condição — ser chefe — por nascimento. Os franceses, deliberadamente, montaram uma política de destruir a historicamente tradicional instituição da Suprema Chefia, valorizando, como critérios preferenciais, o preparo intelectual, falar a língua francesa e ter familiaridade com as práticas administrativas da metrópole. Em torno de*

1937, apenas cinquenta dentre os chefes tradicionais ainda existiam, destituídos de tudo, menos de seu prestígio religioso". Os novos chefes podiam ser transferidos de uma província para outra. Assim, tanto para os franceses, quanto para os portugueses, os chefes de cantões eram, realmente, servidores públicos, executando ordens emanadas dos países metropolitanos. No sistema francês, aos africanos educados era dado serem até comandantes ou governadores.

Qual era a atitude das nações européias com relação àqueles a quem governavam, e quanto à promoção educacional e civilizadora nas colônias?

Os ingleses, no todo, mostraram algum respeito para com os africanos, especialmente na África ocidental. Consideraram-nos maduros e asseguraram, para alguns, direitos humanos básicos, como a liberdade de movimento, de associação, de imprensa e de viajar. Os franceses procederam da mesma forma, apenas após a II Guerra Mundial. Mas, ao mesmo tempo, muitos ingleses, até 1940, consideravam os africanos, não importando os altamente educados, como de raça inferior, ou, quando muito, um povo exótico.

Os belgas e o portugueses, por sua vez, estupidamente, consideravam os africanos como crianças que deveriam ser gradualmente educadas e civilizadas. E, como os franceses, até 1947, reconheciam todos os africanos que conseguissem atingir padrões morais, culturais e educacionais, como cidadãos belgas, portugueses ou franceses. Estes tornavam-se, respectivamente: **immatriculé** (um negro belga), assimilado (um negro português) e **evolué** (um negro francês). Para um africano, transformar-se em um cidadão francês, até 1946, deveria ter nascido em uma das quatro comunas ou municipalidades do Senegal (Saint-Louis, Gorée, Rufisque e Dakar), ou deveria possuir uma posição de destaque no serviço público francês por mais de 10 anos, ou provar evidências de bom caráter, posses ou meios de subsistência, ou, ainda, haver sido condecorado com a Legião de Honra ou alguma comenda militar. Uma vez que um africano se tornasse cidadão francês, sujeitar-se-ia à lei francesa, tendo acesso a outras cortes, ficando isento daquilo que era descrito como "a mais odiosa medida do sistema colonial francês na costa ocidental", o indigenato, isto é, a pena de prisão por dois anos, decretada por um servidor público, sem qualquer julgamento, comutável por trabalho compulsório como pagamento. Poderia, por fim, ser nomeado para qualquer posto, tanto na França quanto nas colônias. Dentre os portugueses, o africano para aspirar a cidadania, tinha de ser bem educado, cristão e abandonar certas práticas nativas, como por exemplo, a poligamia. Uma vez que seu requerimento fosse aceito e se tornasse um cidadão português, via-se a salvo da infâmia de ter de carregar um passaporte interno e de prestar serviço compulsório.

O uso de distinguir entre vassalo e cidadão, contudo, falhou por completo. Por volta de 1937, numa população de 15 milhões de almas na África Ocidental Francesa, apenas 80 mil eram cidadãos franceses e uns 78 mil eram considerados cidadãos por terem nascido nas quatro comunas do Senegal. Nos territórios portugueses de Moçambique e Angola somente 35 mil, de uma população total de 10 milhões, adquiriram os direitos da cidadania, sendo a grande maioria, dentre esses, composta de mulatos. O número de cidadãos era ainda menor no Congo. O efeito disso é que, nas colônias francesas, a maioria dos africanos permaneceu dependente, como tal, não dispunha de "representação, de acesso a postos mais altos da administração ou

universidades e podiam ser enviados para brigadas de trabalho compulsório, sujeitos ao odioso indigenato". Duas razões principais devem ser alinhadas para mostrar o fracasso dessa política de assimilação. Primeiro, como iremos ver a seguir, os portugueses e os belgas, diferentemente dos ingleses, negligenciaram quanto ao ensino superior para os africanos que, por isso, não se qualificavam para os direitos de cidadania. Segundo, os poucos africanos qualificados recusavam-se a requerer cidadania por temerem ser hostilizados por seus irmãos. O artigo 80 da Constituição da Unidade Francesa, de 1945, ou a primeira "lei Lamine Guèye" aboliu a dualidade: dependentes e cidadãos, assegurando a todos os africanos o direito de se tornarem cidadãos. Os belgas, entretanto, mantiveram a distinção até 1958 e os portugueses ainda hoje mantém o sistema.

Se as potências coloniais buscaram diferentes políticas, nos campos econômico e social, seguramente, perseguiram a mesma coisa. Todos partiram para o desenvolvimento econômico — ou foi isto exploração? — de suas colônias e também promoveram algumas amenidades, como escolas, hospitais e dispensários.

No campo econômico, para facilitar o transporte de equipamento pesado necessário às minas e ao transporte de tropas e agentes administrativos, primeiro ativeram-se à construção de ferrovias, rodovias e portos. Os derradeiros dez anos do século 19 e as primeiras três décadas deste século devem ser descritas como a idade da ferrovia na África ocidental. Entre 1890 e 1926, a França, por exemplo, construiu ferrovias de Dakar a Bamako, no Senegal e Mali; de Conacry a Kankan na Guiné; e de Cotonou a Paraku, no Daomé. Os ingleses também as construíram, durante o mesmo período, entre Freetown e Pendembu, na Serra Leoa; entre Sekondi, Tarkwa e Kumasi e, ainda, entre Acra e Kumasi, em Gana; entre Lagos e Kano, e entre Zaria e Port Harcourt, na Nigéria. Os alemães edificaram-nas entre Lome e Blita, no Togo. De mão em mão, a construção de ferrovias prolongou-se até que se iniciou a construção das rodovias, após a I Guerra Mundial, quando os americanos inundaram a África ocidental com seus baratos carros Ford. As estradas carroçáveis, em Gana, aumentaram de 2.160 quilômetros em 1918, para 5.670 km em 1922, e 11.430 km em 1937. Portos como Dakar, Freetown, Takoradi e Port Harcourt, no Senegal, Serra Leoa, Gana e Nigéria, respectivamente, também foram construídos durante os primeiros anos deste século.

Enquanto essa infra-estrutura de ferrovias, estradas e portos era implantada, os vários governos coloniais mais se envolviam no trabalho das companhias de comércio, dos missionários, qual seja o da promoção à produção de amendoins, dendê, amêndoas, algodão, café, borracha, banana, abacaxi e cacau. Criando jardins botânicos onde escolhiam e impunham aos agricultores e, também, onde podiam obter mudas; importando novas variedades de culturas antigas e introduzindo também novidades - as potências coloniais estimularam a atividade agrícola entre seus súditos. Nada ilustra melhor o sucesso dos governos coloniais e de seus sujeitos, nesse campo, do que o registro segundo o qual Gana, no quarto decênio deste século, tornou-se o maior produtor mundial de cacau, enquanto, em 1950, a colheita das fazendas de cacau representava cinquenta por cento do produto interno bruto da África Ocidental Francesa.

Na promoção das atividades agrícolas, os governos coloniais adotaram

métodos diferentes. Os ingleses proibiram os europeus de manter plantações e deixaram a produção de gêneros agrícolas nas mãos dos africanos. Já os franceses, portugueses e alemães permitiram, tanto a africanos como a europeus, atuar na agricultura e, em lugares como a Costa do Marfim, Guiné e Togolândia, europeus foram se estabelecer no campo.

Outra indústria que experimentou desenvolvimento magnífico durante o período colonial, especialmente na África Ocidental Inglesa, foi a da mineração. Até 1880, o ouro era o único mineral sendo exportado para a Europa, e sua mineração encontrava-se por completo nas mãos de africanos. Com a implantação do domínio colonial, a mineração em larga escala, primeiro de ouro e ferro, depois carvão, manganês, bauxita e diamantes, consolidou-se. A I e II Guerras, particularmente, estimularam a produção de manganês e bauxita. O valor do mineral exportado a partir de Serra Leoa, por exemplo, cresceu de 252 libras, em 1929, para 1.6 milhões em 1940; 3.3 milhões, em 1950, e.. 13.7 milhões em 1955, enquanto apenas o ouro, exportado de Gana, cresceu de 5.6 milhões de libras, em 1946, para 8.7 milhões em 1950. Diferentemente da produção de gêneros agrícolas, entretanto, a indústria de mineração

tornou-se monopólio exclusivo das empresas européias, em todas as colônias da África Ocidental Francesa.

Outra importante e significativa mudança introduzida pelos governos coloniais foi colocar em circulação moedas como elemento de troca, ao invés do escambo, de bens-moeda — como barras de ferro — ou, ainda, do cauri, que fora o meio de troca na África desde tempos imemoriais. A partir de 1886 moedas, de prata foram lançadas na África ocidental pelos ingleses e, em 1912, o Conselho Monetário da Costa Oeste da África foi organizado para suprir de moeda a África ocidental inglesa. Em 1913, emitiram moedas especiais assim denominadas: dois **shillings**, um **shilling**, seis **pence** e três **pence**. Três anos após, surgiram notas de libra. Outras potências coloniais introduziram suas próprias moedas nas colônias. Com o surgimento das moedas, apareceram os bancos comerciais — o Banco Britânico da África Ocidental, em 1890, e o Banco Colonial, em 1917. O sistema bancário, como o de mineração, tornou-se privativo dos europeus em quase todas as colônias até pouco após a independência.

É absolutamente claro, pelos números já citados, bem como pelos dados pertinentes à exportação e importação, que a indústria primária constituía-se num grande sucesso. O montante das exportações inglesas, a partir da África ocidental britânica, que se baseavam, principalmente, nos produtos que já examinamos antes, cresceu de 13.8 milhões de libras, entre 1912 e 1913, para 231.6 milhões em 1950-51 e, no lado francês, de 5.3 para 79 milhões de libras. O valor das importações, especialmente de artigos de algodão, cimento, farinha de trigo, açúcar, veículos, automóveis, bicicletas e bebidas alcoólicas, para a África britânica, também aumentou de 11.9 milhões de libras para 158.7 milhões e, para a África Ocidental Francesa, de 6.3 milhões de libras para 125.2 milhões.

Existem certos aspectos desses sucessos que lhes toldam o brilho. O primeiro foi a total ausência de indústrias secundárias e de processamento de produtos agrícolas. Itens simples como fósforos, velas, cigarros, sabão, sapatos, tintas, óleos comestíveis e chocolate tinham de ser importados. As únicas indústrias de

transformação eram algumas serrarias, umas poucas fábricas de móveis, de refrigerantes e de cerveja. As colônias foram transformadas, pois, em mercados para bens manufaturados nas metrópoles, e produtoras de matérias primas. O segundo odioso aspecto era o fato de os africanos não terem palavra nem para fixar preço do que importavam, nem mesmo para aquilo que produziam.

*O preço do que produziam era de responsabilidade única das empresas comerciais européias e das levantinas. Até 1940, quando, graças à Segunda Guerra Mundial, as potências começaram a instalar conselhos de mercado para controlar a venda de alguns dos principais produtos agrícolas, aquelas empresas eram as que fixavam o preço dos produtos agrícolas. O terceiro aspecto era a total ausência de impostos sobre os lucros ou regulamentos, que obrigassem as companhias exportadoras a deixar parte de seus lucros na África, pela instalação de indústrias que representariam emprego e treinamento de africanos. Os fantásticos lucros auferidos serviam apenas para enriquecer as companhias européias, seus associados, diretores e levantinos. Particularmente injustas, nesse contexto, eram as atividades das companhias de mineração, sendo o melhor exemplo a **Ashanti Goldfields Company**, que se encontrava operando em Gana desde 1899. A maioria dessas companhias obteve suas concessões por uma barganha com governantes africanos e, persistentemente, se recusaram a pagar qualquer direito sobre lucros para aqueles. Em 1939, na Assembléia Legislativa da Costa do Ouro, um dos chefes, **nana** Sir Ofori Atta I, chamou a atenção para as ridículas taxas pagas pela **Ashanti Goldfields Company**. " Um chefe, ele disse, recebe 66 libras esterlinas, outro 133, um terceiro e um quarto 50, um outro 200 e mais um recebe 100, por ano. Essas são as rendas pagas aos chefes pela concessão à **Ashanti Goldfields Ltd.** e, dos fantásticos lucros obtidos, nada lhes cabe". Quando se dirigiu ao Governador para que aceitasse um projeto-de-lei, obrigando a companhia a pagar às autoridades nacionais direitos sobre os lucros da exploração, o governador, Sir Arnold Hudson, negou seu apoio, baseado no sentimento de que " seria demonstração de pouca visão, e também de uma política altamente danosa para o Governo, interferir em matéria dessa natureza, porque o capital é muito sensível e poderia haver o efeito de afastá-lo para outras partes do mundo". O projeto-de-lei foi, é certo, rejeitado pelo voto de 20 europeus contra 8 africanos. A companhia em questão não pagava nunca menos de 70% de dividendos para seus acionistas desde 1929.*

Face a esses fatores — completo desinteresse pela industrialização, a incapacidade de diversificar a economia, a ausência de controle pelos africanos sobre os preços, mesmo dos bens que produziam, os ridículos direitos de exploração pagos pelas companhias de mineração e total ausência de impostos sobre lucros — pode ser dito, sem maiores justificativas, que o período colonial foi a época da exploração econômica ao invés da de desenvolvimento da África, e que os grandes beneficiários foram as companhias de mineração e seus acionistas, bem como as indústrias das metrópoles.

Nos campos social e econômico, os governos coloniais asseguraram algum desenvolvimento. Todos, por exemplo, mantiveram a obra de introdução da educação européia. Os ingleses, os alemães e os portugueses inclinaram-se por deixar as atividades educacionais nas mãos de sociedades de missionários e limitavam-se a

auxiliá-las anualmente, enquanto os franceses assumiram responsabilidade direta pela educação a partir de 1907. É inegável que durante o período colonial houve expansão no setor educacional. Por exemplo, o número de crianças estudantes, na África francesa, aumentou de 11 mil, em 1912, para 106 mil, em 1951, enquanto na África britânica 1.295.000 crianças freqüentavam escolas em 1951. É evidente, a partir desses números, que havia mais meios de ensino nas colônias inglesas do que nas francesas, embora se possa apresentar como compensação o fato de que, na África francesa, o ensino não apenas era gratuito, como de melhor qualidade, um produto de sua política de assimilação.

Em relação ao índice populacional, as facilidades existentes para escolas primárias eram inadequadas. Ainda em 1947, 21,5% e 43,6% das crianças em idade escolar, efetivamente, iam à escola, na Nigéria e em Gana, respectivamente. Nas colônias francesas, o percentual era: 12,4% no Senegal, 5% no Mali, 2,7% na Mauritânia e 10% no Daomé. Os números relativos à educação secundária eram mais baixos ainda. Em 1950, Gana contava com apenas duas escolas secundárias públicas, e um auxílio governamental favorecia outras onze. Mas, praticamente todas as escolas encontravam-se em cidades da costa. O fato de que o número de escolas públicas e subsidiadas aumentou de 13, em 1950, para 38 em 1957 (o ano da Independência de Gana), e para 59 em 1960, mostra a dimensão da carência de escolas secundárias e, em contraste, o quase inexpressivo crescimento desse setor na era colonial. Se escolas secundárias e primárias eram limitadas, até 1945, para a educação universitária, com exceção de Fourah Bay, em Serra Leoa, simplesmente inexístiam.

Quando, após a II Guerra Mundial, com atraso, os ingleses concluíram que se fazia necessário assegurar educação de nível universitário para os africanos, decidiram criar uma universidade em Ibadan, na Nigéria, para toda a África ocidental. Os ganenses discordaram dessa medida e fizeram por construir sua própria universidade. O governo da Inglaterra negou-se a contribuir para o custeio, e a Universidade da Costa do Ouro, hoje Universidade de Gana, instalou-se, em 1948, com recursos exclusivos do País. Os franceses também não haviam instituído uma universidade sequer em toda a África ocidental, senão em 1950 (Dakar).

No campo da saúde e saneamento algo foi feito. Hospitais, casas de benemerência e centros de saúde foram construídos. A vacinação foi introduzida. Organizaram, em algumas cidades, Conselhos de saúde e africanos foram treinados e nomeados inspetores de saúde, a fim de manter certos padrões de higiene. Algumas cidades foram beneficiadas com água encanada e eletricidade. A mais especial atenção foi dedicada à pesquisa de doenças tropicais. Os franceses, já em 1896, montaram um Instituto Pasteur, enquanto os ingleses também criavam escolas para Medicina Tropical, em Liverpool e Londres, em 1899. Mas, no setor de saúde, como no da educação, o que era oferecido fazia-se insuficiente e mal distribuído. Para cada uma das colônias na África ocidental, até 1940, encontrava-se apenas um hospital modernamente equipado, e situava-se, invariavelmente, numa capital.

Embora as atividades das potências coloniais fossem muito limitadas e inclinadas para os campos social e econômico, não tiveram conseqüências de longo alcance na vida e economia da costa oeste. As atividades educacionais aumentaram ainda mais, no que um professor americano chamou de processo de aculturação, ou

seja, fazer surgir uma elite africana, antes referida. Da mesma forma, as novas medidas no campo da saúde — hospitais, dispensários, vacinação e inoculação — trouxeram alguma melhora na saúde e níveis de vida do povo e aumentaram a expectativa de vida dos africanos.

Na frente econômica, o aumento das exportações e importações levou ao aparecimento, na cena comercial, de várias companhias comerciais de origens européias e levantinas, e ao desaparecimento, na África, dos "príncipes mercantes" dos séculos dezoito e dezenove.

Ainda, o crescimento das exportações bem como das importações levou a um aumento do número de africanos tradicionalmente intermediários, que se postavam entre os produtores de gêneros e as firmas européias. Já a mineração e a construção de estradas provocaram um aumento das categorias de assalariados. Um considerável aumento também ocorreu na classe média — empresários privados, empreiteiros florestais e da construção civil, advogados e médicos liberais etc. Ainda mais, com a concentração na produção de gêneros de venda à vista, e da virtual exclusão da geração de produtos industrializados, a economia da África ocidental não apenas se tornou agrícola, mas foi, também, levada à órbita da economia mundial, sujeitando-se às suas regras e jogos. Como PcPhee asseverou, uma vez que inexistia demanda interna para alguns produtos, como o cacau, o fazendeiro da África ocidental tornou-se "mais dependente do mercado mundial para seu sustento do que os teares de Lancashire". E o que era ainda pior, uma vez que os governos coloniais e as companhias não procuravam diversificar a agricultura, mas, ao contrário, estimulavam apenas um produto: amendoim, no Senegal e Gâmbia; cacau, em Gana; dendê, no Daomé e Nigéria oriental, faziam com que essas economias se tornassem monoculturas muito precárias. O final e importante efeito dessas mudanças econômicas e sociais foi o surgimento de novas cidades e o rápido crescimento das tradicionais, devido ao fato das novas facilidades — escolas, hospitais, lojas e escritórios — concentrarem-se nos centros urbanos. Dakar, Abidjan, Takoradi, Acra, Port Harcourt eram exemplo do novo, enquanto Kumasi, Wagadugu e Kano representavam o antigo. A população de Acra, por exemplo, cresceu de 17.892, em 1901, para 135.926 em 1948; a de Abidjan, na costa do Marfim, pulou de 17.143 em 1937 para 125.153, e a de Lagos de 74.000, em 1910, para 230.000 em 1951. A população, no período colonial, era essencialmente urbana, e a vida rural permaneceu virtualmente inalterada. O significado de todos esses subprodutos das atividades das potências coloniais no surgimento de uma consciência nacional na África ocidental será examinado no próximo e último capítulo.

24 *Nascem os Atuais Países da África Ocidental*

O período entre 1900 e 1950, viu a consolidação do domínio colonial, a exploração econômica e alguns desdobramentos sociais na África do oeste. Ao findar a II Guerra Mundial todas as potências coloniais mantinham-se firmemente entrincheiradas e pensavam, com exceção da Inglaterra, que iriam governar a África para sempre. Os ingleses entenderam que, às colônias, deveria ser dada independência, mas, mesmo assim, consideravam a hipótese de fazê-lo depois de um período de transferência, com aprendizado, de mais ou menos cinqüenta anos.

Contudo, menos de vinte anos após o fim da guerra, todas as potências coloniais, com exceção de Portugal, asseguraram a independência às suas colônias, num processo que realmente adquiriu a força de um furacão após a conquista da independência por Gana, em março de 1957. Em outras colônias britânicas e todas as francesas da África ocidental, os sistemas operacionais descritos no capítulo anterior, mesmo em 1961, apenas um decênio e meio após o fim da guerra, tornaram-se coisas do passado. O que ensejou a verdadeiramente repentina liquidação do colonialismo na África ocidental?

Existem quatro principais respostas para a questão. A primeira é a natureza do colonialismo; a segunda, o surgimento do nacionalismo; a terceira, a atuação dos movimentos nacionalistas, que ensejaram o nascimento, dentro de si, dos partidos políticos, e a quarta, a pressão posta sobre as potências coloniais pelas sociedades anti-colonialistas da Europa, Rússia e Estados Unidos, especialmente pela Organização das Nações Unidas.

Na sua face pior, o colonialismo era desumano, tirânico e negava a igualdade racial entre negros e brancos. No que tinha de esclarecido, era paternalista e, assim, privava aqueles a quem sujeitava de seu inalienável direito de se governar; mesmo de malversar seus negócios. Sendo tirânico ou esclarecido, o colonialismo foi basicamente uma dominação estrangeira. Em assim sendo, cedo ou tarde, como qualquer dominação semelhante, estava fadado a ser desafiado e derrubado, como nas palavras do famoso clérigo inglês, Trevor Huddleston: "dominação estrangeira não pode coexistir com a liberdade".

O que fez a derrubada do colonialismo na África ocidental mais ou menos inevitável, e porque isto ocorreu mais cedo do que o esperado pelas potências colonialistas, foi que o colonialismo, por certo inadvertidamente, ensejou o surgimento de um número de forças capazes de derrubá-lo. A primeira e, por certo, a mais importante dessas forças foi o nacionalismo local, que pode ser definido como a consciência do desenvolvimento social e econômico, e do renascimento cultural de uma

nação — de parte de indivíduos ou grupos de cidadãos africanos, integrantes de nações-Estados já existentes, ou que aspiravam vir a existir, somando-se a isso o desejo de conseguir liberdade política e econômica.

O despertar da consciência nacional foi, paradoxalmente, devido às três revoluções, a econômica, a social e a política, desencadeadas pelas atividades das próprias potências econômicas, que formam os temas principais da terceira seção deste estudo.

A revolução econômica, como vimos, foi marcada pela troca ocorrida entre o sistema escravista, com a venda de escravos, e a legitimação do comércio de produtos naturais, a exploração de recursos minerais, a mudança dum regime de subsistência por outro de economia monetária, a substituição do tradicional sistema de posse da terra, o aumento da presença de empresas e bancos europeus e levantinos, o nascimento de uma classe obreira e de uma classe média, o surgimento de centros urbanos e o estabelecimento de uma economia colonial — tudo contribuindo, de muitas maneiras, para o despontar de uma consciência nacional.

A substituição do comércio de seres humanos pelo de produtos nativos significou, como já se disse antes, que o africano tornou-se um ser humano com direitos e esperanças, capaz de externar ressentimentos, bem como ansiar por liberdades políticas. Não é desarrazoado pensar que, tivesse o escravismo prosseguido até fins do século 19, o nacionalismo não teria assumido a forma como o conhecemos hoje.

A apropriação de imensas, e geralmente mais férteis, áreas das colônias por um número relativamente pequeno de colonos europeus causou, e ainda causa, mais reclamação e ressentimento entre os africanos no sul, leste e na África portuguesa do que provavelmente qualquer outro fator. Na África ocidental, as ridículas condições sob as quais concessões para exploração de madeiras e minerais foram outorgadas às companhias européias também tornaram-se em fonte de irritação para os africanos. Em Gana, as tentativas dos ingleses para introduzir mudanças no sistema de propriedade da terra, em 1890, conduziram à formação de uma Sociedade de Proteção aos Aborígenes, que foi o segundo movimento proto-nacionalista no País.

Os trabalhadores e a classe média, que surgiram como acidental subproduto das atividades dos europeus, começaram a demonstrar suas mágoas para com o regime colonial. Integrantes das classes trabalhadoras reclamavam, como fazem em qualquer lugar, de baixos salários, bem como da discriminação nos salários pagos para brancos e negros que desempenhavam as mesmas tarefas. O surgimento de uma classe média alta — os africanos negociantes de madeiras, empreiteiros de obras, comerciantes e importadores — que tinha de fechar seus negócios, tanto por má gestão, quanto por enfrentar a crescente competição por parte de empresas européias, acusava o governo colonial de injusto na distribuição de contratos etc., e os bancos europeus de discriminadores na concessão de empréstimos. Todo esse pessoal insatisfeito veio engrossar o número de líderes nacionalistas e de agitadores anticolonialistas.

Outro subproduto da atividade dos europeus, que grandemente afetou surgimento dos movimentos nacionalistas na África, foi o aparecimento de centros urbanos. Em primeiro lugar, característica maior das novas cidades, como já vimos, foi o firme aumento de sua população durante o período colonial — inchadas por imigrantes

que vieram de diferentes pontos dos países e, também, de além fronteiras. Eram analfabetos, pertencentes a diferentes grupos tribais, lingüísticos e culturais, misturando-se e associando-se, mais por interesses comuns e profissionais, do que por origem tribal, parentesco ou língua. Tendiam a se tornar mais urbanizados e cosmopolitas do que tribais; receptivos, então, a novas idéias, tais como apelos nacionalistas. Além disso, nem todos os imigrantes tiveram sucesso na busca de empregos. Sentindo-se orgulhosos demais para retornar à vila natal, tornaram-se parasitas de seus parentes mais bem sucedidos, próximos ou afastados, enquanto punham a culpa em agências de emprego, pertencentes ao governo colonial, por seu insucesso. Foi em meio a essa gente, comumente gazeteiros, que os líderes nacionalistas fizeram seus primeiros adeptos.

Outra característica dos centros urbanos, que fez aumentar o clamor nacionalista, era a divisão deles em setores europeu e africano. Imponentes edifícios, ruas pavimentadas, iluminadas e com verdes e floridos jardins, encontrados no setor europeu, contrastavam com bairros superpovoados e não planejados, cheios de raquíticos casebres, do setor africano, gerando mais ressentimento. Como Hodgkin afirmou, em 1956, "As cidades africanas, no momento, são duas nações... a nação dos brancos (ou relativamente brancos) e a nação dos negros, sendo que a correlação entre ser negro e ser pobre; ser branco e ser rico, é suficientemente próxima para estimular, em muitas cidades africanas, o espírito do radicalismo, que tende a se identificar com os reclamos dos negros contra os brancos".

Finalmente, com sua humilhada, frustrada e desempregada população, as cidades formaram a plataforma necessária aos líderes nacionalistas para lançarem seus programas e partidos políticos.

Todavia a mudança econômica que fez surgir a centelha que inflamou o sentimento nacionalista foi a introdução da economia colonial. E a característica principal dessa economia foi, como se viu, o estabelecimento de precárias monoculturas, a ausência de um processo de industrialização, e o virtual monopólio nos campos da exportação, importação, mineração e bancos por empresas estrangeiras. E mais, a marginalização dos africanos na fixação de preços, não apenas dos manufaturados, mas também das matérias primas que produziam. Tal característica gerou um amargo sentimento para com o regime colonial, que se sobrepunha a todos os segmentos da sociedade, do peão, nas zonas rurais, aos mais categorizados funcionários públicos, nos centros urbanos, e produziu um profundo e comum senso de consciência coletiva de sua condição como uma raça. Não é de surpreender que aspectos das mudanças econômicas provocaram reações sob a forma de boicotes, assaltos, greves e pilhagens às firmas européias, já a partir da segunda metade do século 19. O primeiro boicote registrado sobre produtos europeus, em Gana, ocorreu em Cape Coast em 1874. Essas reações intensificaram-se à medida que o sistema colonial tornava-se mais opressivo, culminando, em 1930, no bloqueio do cacau; em 1940, no boicote; e, em fevereiro de 1948, na pilhagem de gêneros de firmas estrangeiras, atos que lançaram Gana na trilha de ouro da sua Independência.

O despertar do nacionalismo africano foi intensificado pelas mudanças sociais produzidas, tais como a introdução das igrejas cristãs, da educação e do estilo de vida em moldes ocidentais. A mensagem cristã trazida pelos

missionários condenava, em seu entusiasmo, ou superentusiasmo, como já vimos anteriormente, tudo que era africano — a música, a dança, a arte, o sistema de casamento e, até, nomes próprios. Assim, uma vez que um africano fosse convertido tinha de casar apenas com uma mulher, viver nas proximidades das missões e, ainda mais embaraçoso, mudar nomes como, por exemplo, Kwadwo Mensah, para Moses Aaron Mends. Essa condenação de tudo o que fosse africano fez prosperar um mal-estar, a partir do fim do século 19, intensificando-se com o passar dos anos. Se, hoje, uma das manifestações positivas de nacionalismo africano é a tentativa de reviver a música, a dança e a arte, além da mudança de nomes como Moses Aaron Mends para Kwadwo Mensah, o é em reação à genérica condenação colonial e missionária a tudo o que era africano.

*A introdução da educação ocidental contribuiu para o surgimento do nacionalismo de várias maneiras. Uma: assegurou aos africanos letrados uma **língua franca** que veio a facilitar grandemente a comunicação com diversos grupos lingüísticos. Ainda mais, tendo-se educado em línguas européias — inglês, francês, português e holandês — muitos africanos instruídos puderam transmitir o ideário político, econômico e religioso, baseados na vasta experiência contida na literatura européia. Algumas dessas idéias viriam a abrir-lhes os olhos para formas mais sutis e más do imperialismo e colonialismo. Outra: praticamente todas as classes da sociedade mostravam-se ressentidas pelo descaso quanto ao ensino técnico e o universitário; à precária qualidade da estrutura de ensino do segundo grau e, nas colônias britânicas, à ausência de ensino primário gratuito. A omissão quanto ao ensino superior, até fins da década após 1940, foi interpretada como uma atitude deliberada de parte dos governos coloniais para evitar que os africanos lograssem qualificar-se e passassem a disputar postos elevados em repartições públicas e estabelecimentos comerciais. Barrados em casa, os africanos que tiveram meios, partiram para a Europa e América em busca de qualificação. Durante sua estada no estrangeiro foram apresentados à literatura anticolonial e marxista e conheceram técnicas de organização política. Não é, pois, de surpreender que fosse exatamente dentre esse grupo de africanos que surgissem os líderes dos movimentos nacionalistas africanos e de seus partidos políticos.*

A última das revoluções a contribuir para o nascimento de uma consciência nacional foi a política. Esta, como se viu antes, foi a temerária partilha do continente africano entre as potências européias. Essa revolução foi de crucial importância para o despertar nacionalista e o surgimento das atuais nações-Estados em dois principais aspectos. Primeiro, a partilha criou a moldura física dos atuais países da África ocidental. Segundo, os sistemas de governo colonial que foram introduzidos na África, como resultado dessa revolução, alienaram exatamente a classe melhor qualificada para promover a derrubada do governo europeu, ou seja, a elite. Tal situação aflorou da forma mais explosiva nas colônias britânicas, não sendo de se admirar que elas fossem as primeiras a se libertarem do jugo colonial. Os africanos educados já estavam, no longínquo 1860, aspirando a participar do governo de seus países, como se faz evidente na constituição da Confederação Fante em 1871. O número dos africanos educados na Inglaterra, Estados Unidos e França aumentou sensivelmente com o passar dos anos. Mas, ao invés de serem absorvidos na administração de seus países, como ocorrera na África Ocidental Francesa, eram virtualmente ignorados nas colônias

britânicas. Os postos de comissários de distrito e de oficial tornaram-se exclusivos dos europeus; ao mesmo tempo que, embora o grande número de brilhantes advogados africanos, o acesso às cortes se lhes permanecia fechado. Os africanos cultos protestavam veementemente contra essa exclusão e discriminação e exigiam seu ingresso nos postos elevados do serviço público, da legislatura e das cortes de justiça. Se essas demandas tivessem sido aceitas, houvesse a educada elite das colônias inglesas sido acolhida integral e incondicionalmente como "ingleses de pele escura", como seus irmãos da África francesa — o curso e final da luta nacionalista na África britânica do oeste teria sido diferente. Ao contrário, como resultado da discriminação a elite iniciou por reclamar, já em 1870, enquanto nas colônias francesas a pressão apareceu somente em torno de 1950.

O visível descontentamento nos campos econômico, político e social e a conseqüente geração de uma consciência nacionalista não teriam, por si mesmos, promovido a derrocada do colonialismo, não fora por outros dois fatores: primeiro, o surgimento de movimentos nacionalistas e de partidos políticos na África — o caminho através do qual os descontentes encontraram forma concreta de expressão — e, segundo, a pressão exercida sobre as potências coloniais pelas Nações Unidas e entidades anticolonialistas da Europa.

Os partidos políticos começaram a despontar na África apenas bem ao fim da II Guerra Mundial, e eram formados e liderados, geralmente, pela elite educada. Os primeiros surgiram em 1944 nas colônias francesas e inglesas. Nas colônias portuguesas e belgas apareceram somente em 1954 e 1955, respectivamente. Ainda mais, os partidos políticos, na África francesa e na inglesa, adotaram táticas diferentes, que afetaram a luta pela independência. Em primeiro lugar, a maioria dos partidos políticos, como o **Rassemblement Démocratique Africain** (R.D.A.) e o **Mouvement Socialiste Africain** (M.S.A.), formados em 1946 e 1957, respectivamente, eram partidos interterritoriais, embora todos os partidos que surgiram na África inglesa tenham sido territoriais.

Ainda, e o que é mais importante, até 1954, praticamente todos os partidos na África Ocidental Francesa eram aliados ou eram sucursais dos partidos franceses. Somente após 1954, quando líderes franceses e africanos compreenderam que "assimilação" era, realmente, impraticável, e souberam da marcha constitucionalista ocorrendo na vizinha Gana, na Nigéria e no Sudão é que começaram a romper os laços com os partidos políticos das metrópoles. Tudo isto — bem como estar a elite educada amplamente integrada ao sistema francês de administração colonial, e as colônias se encontrarem fracas economicamente — explica porque, até 1956, nenhum dos partidos questionou pela independência. Como Ken Post definiu, recentemente, ainda em junho de 1956, "a União Francesa ainda existia, e apenas estudantes e outros radicais falavam seriamente de independência". Os partidos, pelo contrário, atinham-se a demandas tais como igualdade salarial e melhores condições de trabalho para brancos e negros, igualdade eleitoral, direito de voto, assembléias locais democráticas, melhores preços para as matérias-primas e maior estrutura educacional. A maioria dessas demandas ocorreu entre 1954 e 1956. A partir de então, até 1958, os líderes da África francesa, com exceção de Sekou Toure, Leopold Senghor e Djibo Bakary, ainda não pensavam em termos de autodeterminação, mas, "se os territórios deveriam

desenvolver-se separadamente ou como uma união". De acordo com um pensador, a palavra independência foi incluída no vocabulário político de muitos desses líderes pelo general Charles de Gaulle, quando anunciou o referendo de setembro de 1958. É também significativo o fato de que apenas uma, entre oito colônias da África Ocidental Francesa, a Guiné, optou pela autonomia. Todas as outras, bem como as da África Equatorial Francesa optaram por permanecer na nova Comunidade Francesa. Dois anos mais tarde, em 1960, a independência foi outorgada, literalmente, numa bandeja, à Federação do Mali (Senegal e atual Mali), em junho de 1960; ao Grupo de Entente (Costa do Marfim, Daomé, Alto Volta e Níger), em agosto de 1960 e à Maurîtânia, dois meses depois.

Os partidos que surgiram nas colônias britânicas, por seu turno, não tinham qualquer vínculo com os partidos ingleses. Desde o início, seu objetivo era o autogoverno a ser atingido passo a passo ou através do método de Ghandi, da não violência, ausência de cooperação, greves, boicotes e desobediência civil. Não surpreende, pois, que os partidos, nas colônias inglesas da África ocidental, tenham sido os primeiros a conquistar independência para seus países. De todos os partidos que ali emergiram, nenhum foi tão dinâmico, militante, melhor organizado e melhor conduzido do que a Convenção do Partido do Povo, fundado em Gana pelo Dr. Kwame Nkrumah. A inspirada atuação, primeiro do U.G.C.C. (NT: União Para Assembléia da Costa do Ouro), sob o comando do Dr. J. B. Danquah, e depois o C.P.P. (NT: Partido da Assembléia do Povo - Convention People's Party) junto com a hegemonia do povo de Gana, sua riqueza econômica e relativamente alta renda per capita, somaram para formar a liderança que Gana assumiu na luta pela independência na costa oeste. Somou, da mesma forma, à campanha libertária na costa, ter Gana a mais antiga tradição de agitação política, que recuava ao Movimento da Confederação Fante, em 1870.

Mas, ainda temos um quarto e último fator a ser considerado na extinção do domínio colonial e este foi a pressão anticolonialista vinda do exterior e a reação das potências coloniais a isto. Em primeiro lugar, o Congresso Pan-Africano, entre 1919 e 1945, em associação com o Dr. DuBois, ajudou a chamar a atenção do povo inglês para a questão colonial. A fundação da Organização das Nações Unidas, após a II Guerra Mundial, e sua explícita adoção da emancipação das colônias como um de seus principais objetivos deu mais força aos líderes africanistas. Ainda mais, a ONU constituiu-se num fórum aonde as potências coloniais podiam ser constantemente atacadas pelos africanos, asiáticos, americanos e delegações comunistas. Os partidos socialistas na Inglaterra, França e Bélgica, com suas políticas anti-colonialistas, representaram, também, considerável pressão sobre seus governos.

A reação das potências colonialistas a todas os esforços dos movimentos e partidos nacionalistas na África, e fora dela, também deve ser reconhecida como importante auxílio na luta pela independência. Portugal e Espanha, por exemplo, mantiveram-se completamente impermeáveis às pressões não violentas. Como resultado, tiveram que enfrentar revoluções armadas em suas colônias. A Bélgica foi particularmente reage à pressão interna de direita, mas a atuação de Lumumba e seu partido, forçou-a a uma saída um tanto precipitada do Congo. E não resta dúvida de que Gana foi impellido para o caminho da independência não apenas pelos tumultos de

1948 e as campanhas, primeiro na Convenção da Unidade da Costa do Ouro e depois do C.P.P., mas também pelo Partido Trabalhista, no poder, então, na Inglaterra, que sofria a influência da Sociedade Fabian, e era simpático aos movimentos nacionalistas da África ocidental. É significativo que o Secretário para Colônias fosse Creech Jones, um membro executivo do Bureau Colonial Fabian, e de que o servidor indicado como novo governador de Gana fosse o liberal Sir Charles Noble Arden-Clarke. Houvessem os distúrbios em Gana, de 1948, sido esmagados, e com a mesma brutalidade com que o foram as rebeliões em Madagascar, pelos franceses, um ano antes, e tivessem a U.G.C.C. (Assembléia para União da Costa do Ouro) e o C.P.P. (Partido da Assembléia do Povo) sido atacados entre 1948 e 1950, como o foi o R.D.A. pelos franceses, a seqüência dos eventos em Gana teria sido outra. Similares e decisivos passos foram dados, na Nigéria, com as reformas introduzidas pelo novo governador, Sir. John Macpherson, entre 1948 e 1950. Os franceses, de outro lado, não se mostraram permeáveis, mesmo a moderados pedidos de alteração constitucional até 1954. A partir de então, as mudanças deram-se mais devido a instabilidades no governo da França e à crescente agitação na África do norte, mas, acima de tudo, à rápida deterioração de sua posição na Indochina, culminando com a humilhação de Dien-Bien-Phu em maio de 1954.

Solar torna-se a assertiva de que o término do domínio colonial na África do oeste, quinze anos após o fim da Segunda Guerra, foi causado por vários fatores: a natureza intrínseca do colonialismo; o surgimento de uma consciência nacional; a atividade dos partidos políticos; a pressão exercida sobre as potências coloniais pela ONU, e os partidos socialistas nas metrópoles colonialistas e nos países do leste europeu. Se o domínio colonialista foi extirpado primeiramente na África ocidental inglesa, o foi parcialmente, porque o sistema colonial britânico alienou a mais importante e influente seção dos seus súditos. Particularmente porque os partidos nas colônias britânicas não mantinham qualquer vínculo com os da Metrópole, tendo, por conseqüência, como objetivo direto o autogoverno. Mas, em parte, porque o governo inglês mostrou-se mais receptivo às pressões anticolonialistas do que os franceses, belgas e, sobretudo, do que os portugueses. Com a conquista da independência territorial, os movimentos e partidos nacionalistas partem para um segundo e final estágio da luta: a conquista da unidade africana. Desejemos-lhes todo o sucesso.